

PARPÚBLICA

PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.

Relatório de Gestão
e
Demonstrações Financeiras
Intercalares

1º Semestre 2014

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Elsa Maria Roncon Santos
Presidente

Bernardo Xavier Alabaça
Vice-Presidente

Maria Luísa da Silva Rilho
Secretário

Conselho de Administração

Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador Executivo

José Manuel Pereira Mendes de Barros
Administrador Executivo

Fernanda Maria Mouro Pereira
*Administradora não Executiva, Presidente da Comissão de Auditoria
e membro da Comissão de Avaliação*

Maria João Dias Pessoa Araújo
*Administradora não Executiva, Membro das Comissões
de Auditoria e de Avaliação*

Pedro Miguel Nascimento Ventura
*Administrador não Executivo, Membro das Comissões
de Auditoria e de Avaliação*

ROC

Grant Thornton & Associados, SROC
representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes
(ROC n.º 427)
ROC Efetivo

Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (ROC n.º 1202)
ROC Suplente

RELATÓRIO DE GESTÃO

- ❖ PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO 1.º SEMESTRE: PARPÚBLICA
- ❖ EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DO GRUPO PARPÚBLICA
- ❖ ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA
- ❖ ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL
- ❖ PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE
- ❖ DIVULGAÇÕES AO ABRIGO DO CVM E DO REGULAMENTO N.º 4/2004 DA CMVM
- ❖ DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES

RELATÓRIO DE GESTÃO

❖ **PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO 1.º SEMESTRE: PARPÚBLICA**

No início do ano, e no âmbito da privatização de 70% do capital dos CTT, S.A., a PARPÚBLICA procedeu à venda de um lote suplementar de 9 545 455 ações, pelo montante de 52,7 milhões € e à recompra de 2 253 834 ações, correspondentes a 1,5% do capital social alienado, pelo montante de 12,4 milhões €, no âmbito de atividades de estabilização realizadas no quadro da referida operação. Nessa medida, a PARPÚBLICA ficou detentora de 31,5% do capital social dos CTT, dos quais 30% por privatizar.

Por outro lado, é de referir a decisão do Governo, constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2014, de 24 de abril, de proceder à privatização de até 11% do capital social da REN, detido pela PARPÚBLICA e pela CGD, através de OPV e de venda direta institucional, operação concluída em junho de 2014. Com efeito, esta operação atingiu uma receita líquida para a PARPÚBLICA que atingiu cerca de 139 milhões €, tendo contribuído para aumentar o *free float* da REN e, conseqüentemente, a sua liquidez.

Foi igualmente publicado o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, autorizando a privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento, S.A., *subholding* do Grupo AdP para a área dos resíduos sólidos urbanos, operação que ainda decorre e se prevê concluir na segunda metade deste exercício.

Por fim, é de referir ainda que, em consequência da aplicação das regras do novo sistema de contas europeu SEC2010, a PARPÚBLICA deverá passar a integrar o perímetro de consolidação orçamental a partir de setembro do corrente ano enquanto EPR (Entidade Pública Reclassificada), o que está a implicar uma adaptação da empresa àquela realidade, com adoção de procedimentos internos compatíveis com as regras e sistemas da contabilidade pública, tendo este novo enquadramento alterado o processo de elaboração do orçamento para 2015. Esta nova realidade ditará que a PARPÚBLICA passará a integrar o Orçamento de Estado a partir de 1 de Janeiro de 2015.

❖ **EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DO GRUPO PARPÚBLICA**

Quando comparadas as demonstrações financeiras do Grupo PARPÚBLICA relativas ao primeiro semestre de 2014 com as apresentadas relativamente ao período homólogo, há desde logo que ter em conta a redução do perímetro de consolidação decorrente da privatização da ANA e da maioria do capital dos CTT, dois grupos particularmente significativos quer em termos patrimoniais quer em termos operacionais. Ainda em resultado do programa de privatizações em execução, as demonstrações financeiras em análise evidenciam a existência de ativos detidos para venda e passivos associados, os quais correspondem essencialmente ao valor da participação remanescente da PARPÚBLICA no capital dos CTT e aos ativos e passivos da EGF, sociedade detida pela Águas de Portugal, já que se encontram nesta data em preparação as respetivas alienações.

A situação patrimonial e financeira do Grupo PARPÚBLICA mantém-se estável embora as atividades desenvolvidas pelas empresas integradas no perímetro de consolidação ao longo do semestre tenham conduzido a um resultado líquido consolidado que é negativo e próximo dos 100 milhões €, pior portanto do que o registado no primeiro semestre de 2013 (- 57,3 milhões €). E uma vez descontados os interesses que o Grupo não controla, o resultado objeto de consolidação foi negativo no montante de 117,9 milhões €, quando em 2013 havia sido de -82,6 milhões €.

O capital próprio das empresas do Grupo PARPÚBLICA representa cerca de 22,4% do ativo consolidado, percentagem semelhante à verificada no final do exercício anterior (23,1%). Ainda assim apresenta uma ligeira redução de cerca de 3,8% refletindo não só o prejuízo registado no período em análise, mas também o pagamento de dividendos a acionistas no montante de 53 milhões €. Este montante corresponde, na sua quase totalidade, aos dividendos pagos pela PARPÚBLICA ao Estado no valor de 50 milhões €, sendo a parte restante referente aos dividendos pagos pela AdP ao acionista Parcaixa.

O ativo consolidado manteve-se praticamente inalterado, em cerca de 17,6 mil milhões €, assim como o passivo do Grupo, o qual registou apenas um aumento inferior a 1%, atingindo os 13,7 milhões €.

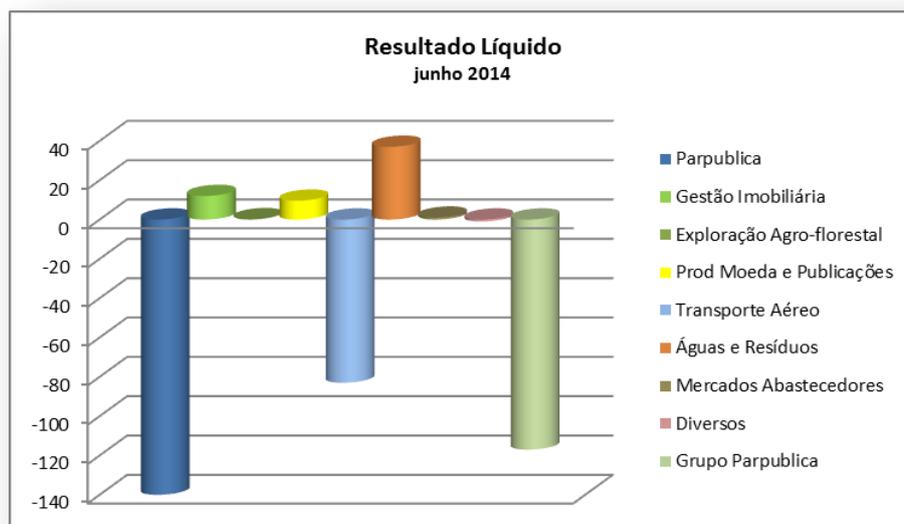
❖ ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

O quadro seguinte resume a formação dos resultados apurados para o Grupo no 1º semestre de 2014.

	<i>milhares de euros</i>		
	30-06-2014	30-06-2013*	%Δ
Rendimentos e Ganhos Operacionais	1.782.077	2.358.552	(24,4%)
Gasos e Perdas Operacionais desembolsáveis	(1.510.276)	(1.924.838)	21,5%
EBITDA	271.800	433.714	(37,3%)
Depreciações e Amortizações	(149.445)	(192.915)	22,5%
Resultados Operacionais	122.356	240.800	(49,2%)
Gastos e Perdas Financeiras	(189.260)	(244.285)	22,5%
Resultados Antes de Impostos	(66.905)	(3.486)	(1819,4%)
Imposto sobre rendimento	(29.899)	(53.869)	44,5%
Resultados Líquidos	(96.804)	(57.354)	(68,8%)
Resultado líquido dos interesses que não controlam	21.165	25.288	(16,3%)
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(117.969)	(82.642)	(42,7%)

* valores re-expressos

Como já referido, as atividades desenvolvidas no primeiro semestre conduziram ao apuramento de um prejuízo de 117,9 milhões €, que é superior ao registado no período homólogo, sendo a variação quase integralmente explicada pela saída dos negócios postais e de gestão de aeroportos. Para a formação do resultado consolidado contribuíram em particular as atividades prosseguidas pela própria *holding*, a PARPÚBLICA, que registou um resultado negativo de 140,2 milhões € e, em segundo plano, pelo conjunto das atividades operativas.



Ao nível da PARPÚBLICA o prejuízo foi ligeiramente inferior ao observado no período homólogo, em que situou nos 154,9 milhões €, e resultou, fundamentalmente, dos juros suportados com o endividamento (105,2 milhões €) e com o reforço da provisão constituída para fazer face à variação dos capitais negativos da TAP, num montante aproximado a 84,4 milhões €. Por outro lado, foram registados recebimentos de dividendos na ordem dos 74,9 milhões €.

O prejuízo apurado pelas atividades operativas atingiu os 23,8 milhões € sendo principalmente justificado pelo Grupo TAP, cujo prejuízo no primeiro semestre atingiu os 83,4 milhões €, embora compare favoravelmente com os alcançados no período homólogo de 2013 traduzindo um bom desempenho ao nível das vendas, mas também no que respeita à contenção de custos operacionais. Pelo contrário, os negócios prosseguidos nos restantes segmentos de atividade do grupo apresentam resultados positivos, sendo de registar mesmo um aumento face ao 1º semestre de 2013 dos lucros nos negócios de gestão e promoção imobiliária, que mais do que duplicaram passando de 5,4 milhões € para 12,3 milhões €, e da INCM. No caso do imobiliário, a evolução assinalada traduz, para além da redução dos juros suportados, a valorização dos ativos imobiliários detidos em carteira. Já os segmentos constituídos pela Companhia das Lezírias e pelas empresas do Grupo AdP apresentam resultados inferiores aos registados no período homólogo. A redução verificada no Grupo AdP é explicada essencialmente pela redução do valor contabilizado como défice tarifário, que passou de 22,4 milhões € e para 9,6 milhões €, redução que está associada à diminuição das taxas das OT's a 10 anos, referência para a remuneração dos ativos da empresa, e à melhoria da performance das empresas do Grupo.

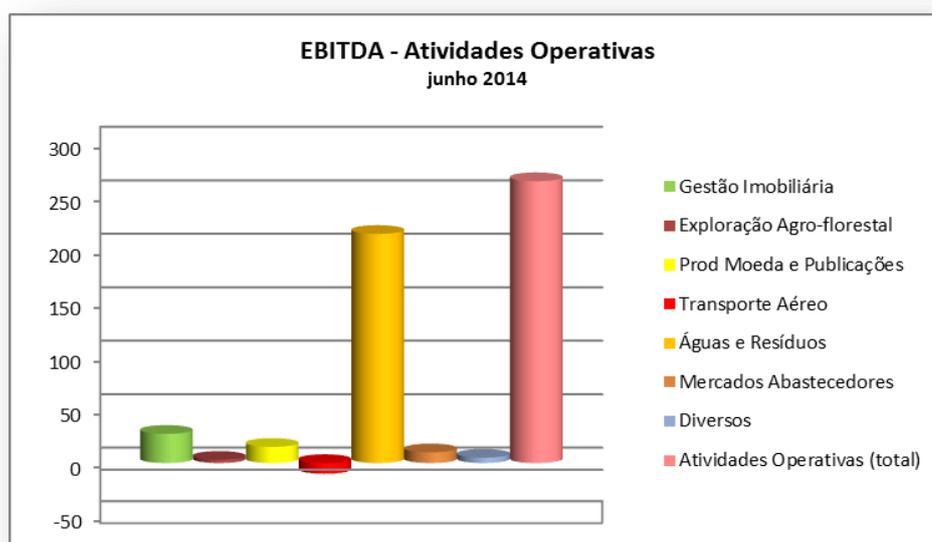
Analisando a conta de resultados consolidados verifica-se que as atividades relacionadas com o transporte aéreo continuam a ser as principais geradoras do volume de negócios do Grupo representando 71% do valor total consolidado, percentagem superior à verificada em períodos anteriores. Isto acontece, quer porque as vendas e prestações de serviços do Grupo TAP evoluíram favoravelmente, apresentando um crescimento em linha com os melhores desempenhos verificados em companhias congéneres europeias, mas também porque o total consolidado das vendas do Grupo PARPÚBLICA (1,6 mil milhões €) apresenta uma significativa redução de quase 1/3 quando comparado com o valor alcançado em igual período de 2013 (2,2 mil milhões €), redução que se fica a dever, exclusivamente, ao efeito da alienação da ANA e da perda de controlo dos CTT.

Pelas mesmas razões constata-se igualmente um aumento do peso relativo do segmento das atividades relacionadas com o transporte aéreo no que se refere aos custos operacionais, cujas principais rubricas continuam a ser os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal.

Quanto aos FSE's, que atingiram o valor consolidado de 946,6 milhões €, verifica-se que a sua principal componente (38%) está relacionada com o segmento do transporte aéreo e em concreto com os gastos com combustíveis, que ascenderam a 355,3 milhões €. Ainda assim, este valor representa uma redução de 3,7% quando comparado com o do período homólogo de 2013, redução que está associada a uma diminuição do preço médio nos mercados internacionais, já que o nível de atividade no transporte aéreo registou um crescimento acima do esperado.

Também os gastos com pessoal do Grupo PARPÚBLICA (361,8 milhões €) têm a sua principal origem (76,6%) no Grupo TAP, sendo o Grupo AdP o segundo mais expressivo, o que, naturalmente está associado à dimensão específica destes Grupos e ao seu peso no conjunto do Grupo PARPÚBLICA. Este último teve ao serviço, no período em análise, um número médio de trabalhadores de 16.908, traduzindo uma quebra de aproximadamente 1% face ao número médio do ano de 2013.

Em resultado das atividades desenvolvidas o Grupo PARPÚBLICA gerou um EBITDA de 271,8 milhões €, cerca de 63% do alcançado no 1º semestre de 2013, refletindo também, e uma vez mais, a alteração do perímetro de consolidação. O EBITDA alcançado apenas no âmbito das empresas com atividades operativas ascendeu aos 263,6 milhões €, representando uma margem de 15,7% sobre as vendas, margem que no período homólogo foi de 18,5 %.



Relativamente aos juros suportados pelo Grupo (189,5 milhões €) a parcela principal (105,2 milhões €) é da responsabilidade da *holding* PARPÚBLICA. De referir que a expressiva redução do valor consolidado dos gastos com juros também se fica a dever à alteração do perímetro de consolidação, embora, de uma forma geral, tenha ocorrido uma redução dos gastos nas diversas empresas, nomeadamente na PARPÚBLICA onde o encargo passou de 117,0 milhões € para os 105,2 milhões €, refletindo melhores condições de acesso ao *funding*, nomeadamente financeiras, aproveitando as condições favoráveis entretanto geradas no mercado.

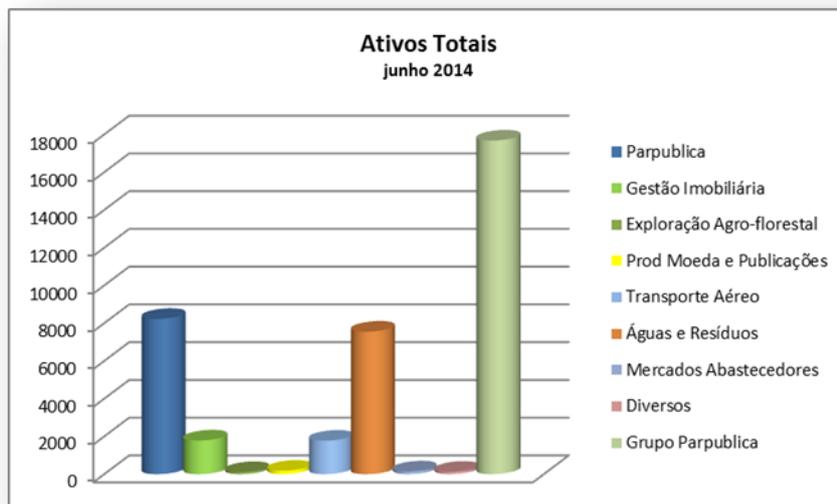
❖ ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Em termos patrimoniais, tal como já anteriormente referido, constata-se que não ocorreram variações assinaláveis mantendo-se a estrutura do balanço praticamente inalterada.

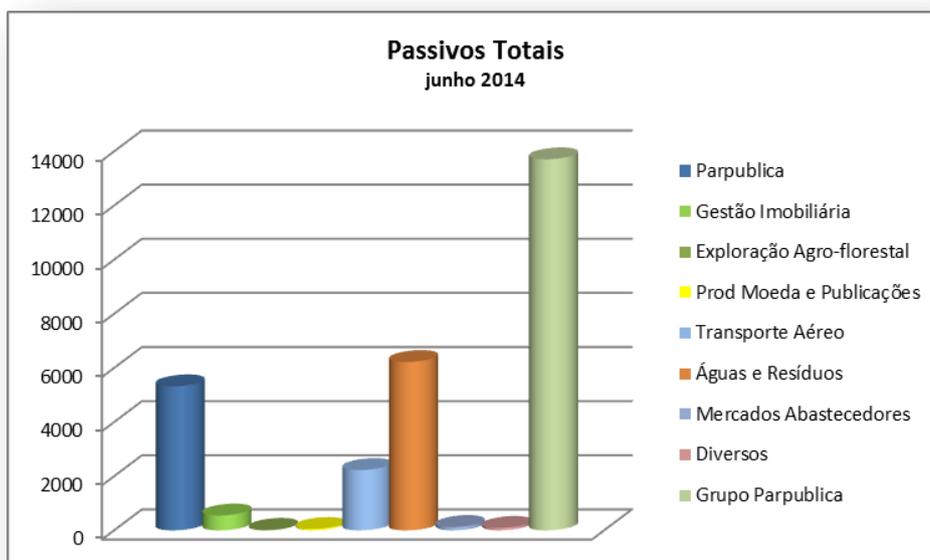
	<i>milhares de euros</i>		
	30-06-2014	31-12-2013*	%Δ
Ativo não corrente	13.414.283	14.333.509	-6,4%
Ativo corrente	3.051.808	3.116.353	-2,1%
Ativos não correntes detidos para venda	1.210.175	249.217	385,6%
TOTAL ATIVO	17.676.266	17.699.079	-0,1%
CAPITAL PRÓPRIO	3.966.955	4.100.715	-3,3%
Passivo não corrente	9.102.820	9.794.062	-7,1%
Passivo corrente	3.797.006	3.804.302	-0,2%
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	809.485	0	n.a.
TOTAL DO PASSIVO	13.709.311	13.598.364	0,8%
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	17.676.266	17.699.079	-0,1%

* valores *re-expressos*

Mais de metade do ativo do Grupo está afeta aos segmentos das atividades operativas, embora os ativos da *holding*, por si só, tenham um peso muito significativo representando 46,5% dos ativos consolidados. Os ativos afetos aos negócios das águas e resíduos, que incluem a gestão de significativas redes de infraestruturas, assumem maior relevância, representando cerca de 65% do total dos ativos dos segmentos operativos e 42,7% do total consolidado do Grupo. As atividades imobiliárias e as relacionadas com o transporte aéreo assumem uma importância semelhante, na ordem dos 10% em termos consolidados.



No que se refere ao passivo, os respeitantes aos segmentos das atividades operativas são responsáveis por uma parcela ainda superior, na ordem dos 68% do total consolidado. Nestas, o segmento das águas e resíduos é o que se destaca com 6,3 mil milhões €, sendo responsável por quase metade do valor do passivo total consolidado, embora se deva salientar que aquele montante inclui 1,6 mil milhões € relativo a subsídios para ativos, correspondendo por isso a passivo não exigível



No conjunto dos passivos merece referência a situação do endividamento financeiro do Grupo. No semestre em análise verifica-se uma redução de aproximadamente 140 milhões €, ascendendo agora a dívida financeira consolidada a cerca de 8,3 mil milhões €. Deste valor, a PARPÚBLICA é responsável por 4,2 mil milhões €, o que significa a manutenção do seu nível de endividamento relativamente a 31 de dezembro de 2013. Para além da PARPÚBLICA, há a realçar a situação da AdP, cujo endividamento ascende a cerca de 3 mil milhões €, o que significa uma ligeira redução de cerca de 40 milhões € no período em análise. A principal redução em termos de endividamento ocorreu no Grupo TAP, onde se registou uma diminuição de aproximadamente 80 milhões €, situando-se agora o endividamento financeiro em 972 milhões €. Paralelamente, e porque se registou um aumento das disponibilidades de tesouraria, em parte explicado pelo aumento em 170 milhões € do montante relativo aos pagamentos antecipados de viagens, a dívida líquida passou de 780 milhões € para cerca de 670 milhões €.

❖ PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE

No que ao programa de privatizações diz respeito, para além da conclusão esperada da privatização da EGF como referido anteriormente, foi publicado em agosto o Decreto-Lei n.º 124/2014, de 18 de agosto, que veio regulamentar a venda da participação remanescente da PARPÚBLICA no capital social dos CTT - Correios de Portugal, S.A., correspondente a 31,5% do capital social da empresa, dispondo que a referida privatização pode concretizar-se através de uma ou mais operações de venda direta institucional com vista à dispersão das ações por investidores qualificados, nacionais ou internacionais.

Em matéria de financiamento, foi efetuada em Julho uma emissão de obrigações nos mercados internacionais destinada ao segmento institucional no montante de 600 milhões €, encontrando-se previsto adicionalmente um *private placement* de dívida junto de um sindicato de bancos para setembro do corrente ano. Estas operações inserem-se numa estratégia devidamente concertada de financiamento das necessidades da empresa para 2014 e 2015, nomeadamente no que respeita ao serviço da dívida.

Esta estratégia não prejudicará a tendência de médio prazo de redução gradual da dívida da empresa iniciado em 2011, situada em menos 660 milhões € face a 31 de Dezembro de 2010 (-14%).

❖ **DIVULGAÇÕES AO ABRIGO DO CVM E DO REGULAMENTO N.º 4/2004 DA CMVM**

➤ Auditoria ou revisão limitada à informação semestral

As demonstrações financeiras intercalares não foram sujeitas a auditoria ou revisão limitada.

➤ Valores mobiliários emitidos por empresas do grupo detidos por titulares dos órgãos sociais

Os membros dos órgãos sociais não são detentores de instrumentos financeiros emitidos por empresas do grupo.

➤ Titulares de participações qualificadas

O capital da PARPÚBLICA - SGPS,SA, sociedade de capitais públicos, é detido na totalidade pelo Estado.

❖ **DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante das demonstrações financeiras consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da PARPÚBLICA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

É igualmente nossa convicção que o relatório de gestão expõe fielmente as informações relativas à indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período em análise, do seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo ainda a adequada descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 29 de agosto de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador

José Manuel Pereira Mendes Barros
Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira
Administradora não executiva

Maria João Dias Pessoa Araújo
Administradora não executiva

Pedro Miguel Nascimento Ventura
Administrador não executivo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2014.....	3
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014.....	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 30 DE JUNHO DE 2014.....	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014	7
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA.....	8
2 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas.....	13
3 - Reexpressões e reclassificações.....	41
4 - Fluxos de caixa	42
5 - Ativos fixos tangíveis.....	43
6 - Propriedades de investimento.....	45
7 - <i>Goodwill</i>	47
8 - Ativos intangíveis	48
9 - Ativos biológicos	48
10 - Participações financeiras em associadas	50
11 - Outras participações financeiras	51
12 - Outros ativos financeiros	52
13 - Ativos e Passivos por impostos diferidos.....	53
14 - Clientes.....	54
15 - Adiantamentos a fornecedores	55
16 - Estado e outros entes públicos.....	55
17 - Outras contas a receber.....	56
18 - Diferimentos	58
19 - Inventários	60
20 - Caixa e depósitos bancários.....	61
21 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados.....	61
22 - Capital próprio	63
23 - Interesses que não controlam – Balanço.....	64
24 - Provisões.....	64
25 - Financiamentos obtidos.....	67
26 - Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....	72
27 - Adiantamentos de clientes	75
28 - Fornecedores	75
29 - Outras contas a pagar	76
30 - Outros passivos financeiros	78
31 - Vendas e serviços prestados.....	78
32 - Subsídios à exploração.....	79

33 - Ganhos e perdas imputados de associadas	79
34 - Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	80
35 - Ganhos/Perdas em alienações de participações	80
36 - Variação nos inventários da produção	80
37 - Trabalhos para a própria entidade	81
38 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	81
39 - Fornecimentos e serviços externos	82
40 - Gastos com o pessoal.....	83
41 - Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	84
42 - Imparidade de dívidas a receber	85
43 - Provisões	85
44 - Imparidade de investimentos	86
45 - Aumentos / reduções de justo valor	86
46 - Outros rendimentos e ganhos	87
47 - Outros gastos e perdas	88
48 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	89
49 - Subsídios ao investimento	89
50 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados	89
51 - Imposto sobre o rendimento do período	90
52 - Interesses que não controlam – Resultado Líquido	92
53 - Unidades operacionais descontinuadas	92
54 - Entidades Relacionadas	94
55 - Ativos e passivos financeiros	94
56 - Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros	98
57 - Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes.....	115
58 - Divulgações de natureza não contabilística.....	127

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2014

RUBRICAS	Notas	30-Jun-14	31-Dez-13 (Reexpresso)	01-01-2013 (Reexpresso)
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	1 859 331	1 914 974	1 925 721
Propriedades de investimento	6	548 092	545 833	440 836
Goodwill	7	297 382	297 530	299 638
Ativos intangíveis	8	4 005 808	4 688 575	4 722 248
Ativos biológicos	9	18 611	18 564	17 613
Participações financeiras em associadas	10	479 391	485 821	468 863
Outras participações financeiras	11	794 762	817 871	1 142 325
Outros ativos financeiros	12	4 321 611	4 350 415	4 166 856
Ativos por impostos diferidos	13	280 807	368 332	356 985
Outras contas a receber	17	226 625	281 084	262 955
Diferimentos	18	581 863	564 509	511 933
		13 414 283	14 333 509	14 315 974
Ativo corrente				
Inventários	19	1 084 623	1 062 225	1 227 997
Ativos biológicos	9	2 786	2 797	2 849
Clientes	14	799 758	734 100	783 198
Adiantamentos a fornecedores	15	22 128	18 328	7 088
Estado e outros entes públicos	16	56 938	61 868	51 714
Accionistas / sócios		-	54	-
Outras contas a receber	17	170 579	271 071	239 654
Diferimentos	18	31 495	32 773	28 455
Outros ativos financeiros	12	7 080	6 495	17 265
Caixa e depósitos bancários	20	876 420	926 643	770 007
		3 051 808	3 116 353	3 128 227
Ativos não correntes detidos para venda	21	1 210 175	249 217	2 453 854
		4 261 983	3 365 570	5 582 080
Total do ativo		17 676 266	17 699 079	19 898 054
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado		1 027 151	1 027 151	1 027 151
Reservas legais		731 213	725 556	730 231
Outras reservas		20 149	9 609	86 795
Ajustamentos em ativos financeiros		(41 782)	(16 194)	(371 713)
Resultados transitados		1 830 667	1 048 080	1 072 768
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe		(117 970)	792 001	481 620
Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	22	3 449 428	3 586 203	3 026 852
Interesses que não controlam	23	517 527	514 512	682 783
Total do capital próprio		3 966 955	4 100 715	3 709 635
Passivo não corrente				
Provisões	24	49 865	48 957	56 137
Financiamentos obtidos	25	6 188 069	5 868 721	5 824 821
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	78 138	77 097	104 871
Passivos por impostos diferidos	13	338 009	382 613	395 053
Estado e outros entes públicos	16	63 399	59 898	76 557
Outras contas a pagar	29	128 513	618 523	150 581
Outros passivos financeiros	30	170 590	125 869	59 680
Diferimentos	18	2 086 236	2 612 384	2 507 576
		9 102 820	9 794 062	9 175 276
Passivo corrente				
Provisões		63	63	63
Fornecedores	28	147 237	184 055	172 022
Adiantamentos de clientes	27	1 954	1 722	1 151
Estado e outros entes públicos	16	86 677	79 761	74 637
Accionistas / sócios		18	18	18
Financiamentos obtidos	25	1 920 476	2 564 167	3 315 829
Outras contas a pagar	29	1 539 816	880 377	1 317 069
Diferimentos	18	100 764	94 138	91 831
		3 797 006	3 804 302	4 972 621
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	21	809 485	0	2 040 521
		4 606 491	3 804 302	7 013 142
Total do passivo		13 709 311	13 598 364	16 188 418
Total do capital próprio e do passivo		17 676 266	17 699 079	19 898 054

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

RUBRICAS	Notas	1º semestre 2014	1º semestre 2013 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	31	1 673 381	2 201 114
Subsídios à exploração	32	2 841	2 585
Ganhos e perdas imputados de associadas	33	5 499	4 703
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	34	36 645	16 364
Ganhos/ perdas em alienações de participações	35	(20 376)	-
Variação nos inventários da produção	36	17 062	886
Trabalhos para a própria entidade	37	6 411	10 156
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	38	(149 467)	(150 252)
Fornecimentos e serviços externos	39	(946 602)	(1 110 357)
Gastos com o pessoal	40	(361 895)	(573 245)
Ajustamentos de inventários	41	5 409	(1 815)
Imparidade de dívidas a receber	42	(5 128)	(2 268)
Provisões	43	(727)	(207)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	44	23	6 933
Aumentos / reduções de justo valor	45	(13 942)	(35 872)
Outros rendimentos e ganhos	46	63 209	122 744
Outros gastos e perdas	47	(40 544)	(57 754)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		271 800	433 714
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	48	(186 280)	(228 593)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	44	-	(1 031)
Subsídios ao investimento	49	36 835	36 709
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		122 356	240 800
Juros e rendimentos similares obtidos	50	2 202	1 620
Juros e gastos similares suportados	50	(191 463)	(245 906)
Resultado antes de impostos		(66 905)	(3 486)
Imposto sobre o rendimento do período	51	(29 899)	(53 869)
Resultado líquido do período		(96 804)	(57 354)
Resultado líquido dos interesses que não controlam	52	21 165	25 288
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe		(117 970)	(82 642)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	53	21 599	54 220
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	53	20 224	53 926
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas		-0,29	-0,21
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas		0,05	0,13

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

RUBRICAS	1º semestre 2014	1º semestre 2013 (Reexpresso)
Resultado líquido	(96 804)	(57 354)
Outro rendimento integral		
Rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Remensuração de responsabilidades com planos de benefícios definidos	2 777	(240)
Outro rendimento integral imputado de associadas e empreendimentos conjuntos	10 849	78 687
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos (só de rubricas do CP)	(833)	-
Outros ganhos / perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	(38)	(879)
Outros ganhos e perdas	7 438	(5 890)
	20 193	71 678
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente	3 833	(2 849)
Aumentos / diminuições de valor de activos disponíveis para venda	4 699	43 695
Variação na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura (só fluxos de caixa)	(2 297)	(3 358)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos (só de rubricas do CP)	-	-
Outros ganhos / perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	(1 497)
Outros ganhos e perdas	-	-
	6 235	35 991
Total de Outro rendimento integral para o período, líquido de imposto sobre o rendimento	26 428	107 669
Total Rendimento Integral	(70 378)	50 315
Rendimento integral		
Atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	(86 775)	21 013
Atribuível aos interesses que não controlam	16 398	29 302

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 30 DE JUNHO DE 2014

Demonstração de Alterações no Capital Próprio	TOTAL	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado Líquido do Período	Subtotal (antes de I.M.)	Interesses que não Controlam
Posição financeira em 01-01-2013	3 709 634	1 027 151	730 231	86 795	(323 862)	1 075 583	430 953	3 026 851	682 783
Ajustamentos e correções com efeitos retrospectivos	-	-	-	-	(47 851)	(2 815)	50 666	-	-
Posição em 01-01-2013	3 709 634	1 027 151	730 231	86 795	(371 713)	1 072 768	481 619	3 026 851	682 783
Transações com proprietários no 1º semestre de 2013	(520 142)	-	5 479	(10 376)	(259 028)	436 517	(481 619)	(309 027)	(211 115)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(61 445)	-	5 479	(10 376)	-	436 517	(481 619)	(50 000)	(11 445)
Outras transações	0	-	-	-	(0)	0	(0)	0	0
Aquisição (31,44%) de ações da ANA	(376 651)	-	-	-	(249 930)	-	-	(249 930)	(126 721)
Aquisição (8,82%) de ações da AdP	(82 047)	-	-	-	(9 098)	-	-	(9 098)	(72 949)
Rendimento integral no 1º semestre de 2013	50 315	0	1 131	25 399	306 563	(229 437)	(82 642)	21 013	29 302
Resultado líquido do período	(57 354)	-	-	-	-	0	(82 642)	(82 642)	25 288
Outro rendimento integral	107 669	0	1 131	25 399	306 563	(229 437)	(0)	103 655	4 014
Posição financeira em 30-06-2013	3 239 807	1 027 151	736 841	101 818	(324 178)	1 279 848	(82 642)	2 738 837	500 970
Transações com proprietários no 2º semestre de 2013	(0)	-	-	0	-	(0)	0	(0)	-
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	0	-	-	0	-	0	0	0	-
Outras transações	(0)	-	-	-	-	(0)	-	(0)	-
Rendimento integral no 2º semestre de 2013	860 908	(0)	(11 285)	(92 209)	307 985	(231 768)	874 643	847 365	13 542
Resultado líquido do período	1 188 361	-	-	-	-	-	1 143 475	1 143 475	44 886
Outro rendimento integral	(327 454)	(0)	(11 285)	(92 209)	307 985	(231 768)	(268 833)	(296 110)	(31 344)
Posição financeira em 31-12-2013	4 100 715	1 027 151	725 556	9 609	(16 194)	1 048 080	792 000	3 586 203	514 512
Transações com proprietários no 1º semestre de 2014	(63 383)	-	6 250	556	-	735 194	(792 000)	(50 000)	(13 383)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(63 383)	-	6 250	556	-	735 195	(792 000)	(50 000)	(13 383)
Outras transações	(0)	-	-	-	-	(0)	-	(0)	-
Rendimento integral no 1º semestre de 2014	(70 378)	-	(593)	9 984	(25 588)	47 393	(117 970)	(86 775)	16 398
Resultado líquido do período	(96 804)	-	-	-	-	-	(117 970)	(117 970)	21 165
Outro rendimento integral	26 428	-	(593)	9 984	(25 588)	47 393	-	31 196	(4 767)
Posição financeira em 30-06-2014	3 966 955	1 027 151	731 213	20 149	(41 782)	1 830 667	(117 970)	3 449 428	517 527
Dividendos distribuídos em 2014 (a acionistas da empresa-mãe)	50 000								
N.º de ações do capital	400 000 000								
Dividendos por ação (euros)	0,12								

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

RUBRICAS	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Atividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	1 666 193	2 446 884
Pagamentos a fornecedores	(1 199 619)	(1 639 841)
Pagamentos ao pessoal	(266 021)	(495 579)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	200 553	311 464
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(24 887)	(47 649)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	131 606	330 398
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	307 271	594 213
Atividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Outros ativos fixos tangíveis	1 334	573
Ativos fixos intangíveis	-	222
Investimentos financeiros	182 991	461 268
Subsídios ao investimento	44 136	37 913
Juros e rendimentos similares	8 062	13 168
Empréstimos concedidos	-	16
Dividendos	36 774	28 865
	273 297	542 026
Pagamentos respeitantes a:		
Outros ativos fixos tangíveis	(15 660)	(28 882)
Propriedades de investimento	(3 577)	(183)
Outros ativos intangíveis	(94 562)	(81 040)
Investimentos financeiros	(13 191)	(38 906)
Empréstimos concedidos	(1 400)	-
Outros ativos	(0)	(277)
Direito de concessão	-	(800 000)
	(128 391)	(949 288)
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>	144 906	(407 262)
Atividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	2 376	3 207
Financiamentos obtidos	1 002 993	1 970 285
Juros e rendimentos similares	307	11 437
	1 005 676	1 984 929
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(1 201 374)	(1 012 851)
Contratos de locação financeira	(47 961)	(64 748)
Juros e gastos similares	(131 252)	(146 781)
Dividendos	(53 062)	(17 094)
Outras operações de financiamento	(2 663)	(335)
	(1 436 311)	(1 241 809)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>	(430 635)	743 121
Variações de caixa e seus equivalentes	21 542	930 072
Das quais provenientes de unidades operacionais descontinuadas (Nota 53)	6 652	203 269
Efeito das diferenças de câmbio	(31 380)	(13 908)
Caixa e seus equivalentes no início do período	758 122	658 647
Caixa e seus equivalentes no fim do período	748 285	1 574 811

Reconciliação da Caixa e seus equivalentes

RUBRICAS	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Caixa e seus equivalentes no fim do período	748 285	1 574 811
Descobertos bancários	183 820	170 448
Variações de caixa por concentrações	-	490 426
Outros	65	1 464
Caixa e seus equivalentes classificados como ativos não correntes detidos para venda	(55 749)	(709 457)
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	876 420	1 527 692

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA (abreviadamente designada por Empresa ou PARPÚBLICA) é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- a) Gestão de participações em empresas em processo de privatização ou privatizáveis a prazo;
- b) Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo governo;
- c) Reestruturação de empresas transferidas para a sua carteira para o efeito;
- d) Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- e) Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- f) Apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças na tutela financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral;
- g) Promoção da utilização das parcerias público-privadas para o desenvolvimento de serviços públicos em condições de maior qualidade e eficiência.

Considerando as atividades desenvolvidas pelas entidades cujas demonstrações financeiras foram incluídas na consolidação do Grupo PARPÚBLICA e a forma de reporte da informação, foram identificados oito segmentos de negócio: (i) PARPÚBLICA; (ii) Gestão e Promoção Imobiliária; (iii) Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal; (iv) Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança; (v) Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas; (vi) Águas e Resíduos; (vii) Mercados abastecedores; e (viii) Diversos.

Relato por segmentos

30-Jun-14											
Rubricas	SGPS	Atividades Operativas							Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado	
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Diversos			Total
Ativos											
Ativos Não Correntes	7 695 627	707 823	96 910	68 453	967 453	5 773 814	141 186	114 645	7 870 284	(2 151 627)	13 414 283
Ativos Correntes	531 097	1 076 018	12 130	112 520	804 769	1 778 098	3 648	11 021	3 798 204	(67 317)	4 261 983
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	<i>260 887</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>948 470</i>	<i>817</i>	<i>0</i>	<i>949 288</i>	<i>-</i>	<i>1 210 175</i>
Ativos totais	8 226 724	1 783 841	109 039	180 973	1 772 222	7 551 913	144 834	125 666	11 668 488	(2 218 944)	17 676 266
Passivos											
Passivos Não Correntes	3 933 575	420 031	18 001	27 604	663 285	4 729 996	112 982	80 397	6 052 297	(883 053)	9 102 820
<i>(dos quais de financiamento obtido)</i>	<i>3 322 249</i>	<i>376 393</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>497 549</i>	<i>2 267 450</i>	<i>69 741</i>	<i>80 029</i>	<i>3 291 162</i>	<i>(425 342)</i>	<i>6 188 069</i>
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>14</i>	<i>-</i>	<i>1 642 540</i>	<i>15 782</i>	<i>-</i>	<i>1 658 336</i>	<i>-</i>	<i>1 658 336</i>
Passivos Correntes	1 388 123	130 742	2 895	25 611	1 566 647	1 561 191	12 239	13 266	3 312 592	(94 223)	4 606 491
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>0</i>	<i>809 485</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>809 485</i>	<i>-</i>	<i>809 485</i>
<i>(dos quais de financiamento obtido)</i>	<i>885 127</i>	<i>66 085</i>	<i>-</i>	<i>0</i>	<i>474 560</i>	<i>544 784</i>	<i>5 975</i>	<i>8 515</i>	<i>1 099 919</i>	<i>(64 570)</i>	<i>1 920 476</i>
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1 141</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>471</i>	<i>-</i>	<i>1 612</i>	<i>-</i>	<i>1 612</i>
Passivos totais	5 321 698	550 773	20 896	53 215	2 229 932	6 291 187	125 221	93 664	9 364 888	(977 276)	13 709 311
Capital Próprio do Grupo	2 905 026	1 231 622	88 144	127 758	-463 134	754 941	19 644	27 098	1 786 073	(1 241 668)	3 449 428
Interesses que não controlam	0	1 446	-	-	5 424	505 784	-31	4 904	517 527	-	517 527
Capital Próprio	2 905 026	1 233 067	88 144	127 758	-457 710	1 260 726	19 612	32 002	2 303 599	(1 241 668)	3 966 955

31-12-2013 (Reexpresso)											
Rubricas	SGPS	Atividades Operativas								Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Diversos	Total		
Ativos											
Ativos Não Correntes	7 767 094	716 589	97 119	71 308	1 007 696	6 606 423	143 789	117 127	8 760 052	(2 193 635)	14 333 509
Ativos Correntes	502 627	1 081 466	11 780	97 375	694 546	990 103	4 016	13 204	2 892 490	(29 547)	3 365 570
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	248 400	0	0	0	0	0	817	0	817	-	249 217
Ativos totais	8 269 721	1 798 055	108 900	168 682	1 702 242	7 596 526	147 805	130 331	11 652 542	(2 223 182)	17 699 079
Passivos											
Passivos Não Correntes	3 646 177	441 264	17 962	27 742	820 276	5 462 652	116 872	82 050	6 968 818	(820 932)	9 794 062
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	2 680 609	397 524	-	0	660 131	2 423 506	72 892	81 679	3 635 732	(447 620)	5 868 721
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	-	-	-	14	-	1 943 203	15 718	-	1 958 935	-	1 958 935
Passivos Correntes	1 563 388	137 996	2 828	10 896	1 247 595	889 667	12 764	15 350	2 317 096	(76 180)	3 804 302
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	0
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	1 540 583	69 083	-	0	390 512	616 695	5 609	11 001	1 092 900	(69 317)	2 564 167
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	0	0	1 252	-	-	-	771	0	2 024	-	2 024
Passivos totais	5 209 565	579 259	20 791	38 638	2 067 871	6 352 319	129 637	97 400	9 285 914	(897 113)	13 598 364
Capital Próprio do Grupo	3 060 156	1 217 388	88 109	130 045	-374 137	744 307	18 447	27 956	1 852 116	(1 326 069)	3 586 203
Interesses que não controlam	0	1 408	-	-	8 508	499 900	(278)	4 975	514 512	-	514 512
Capital Próprio	3 060 156	1 218 796	88 109	130 045	-365 629	1 244 207	18 169	32 931	2 366 628	(1 326 069)	4 100 715

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S. A.

1º semestre de 2014											
Rubricas	SGPS	Atividades Operativas								Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Diversos	Total		
Vendas e serviços prestados	-	39 987	1 253	40 246	1 191 852	387 882	7 827	4 454	1 673 500	(120)	1 673 381
Subsídios à exploração	-	8	994	-	1 694	145	-	-	2 841	-	2 841
Ganhos e perdas imputados de associadas	6 414	-	-	-	(916)	-	-	-	(916)	-	5 499
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	74 879	-	-	-	-	-	-	-	-	(38 234)	36 645
Ganhos em alienações de participações	(20 376)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20 376)
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade	-	(44)	1 089	2 391	13 811	6 227	-	-	23 475	-	23 474
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(11 212)	(1 313)	(10 945)	(111 227)	(14 770)	-	-	(149 467)	-	(149 467)
Fornecimentos e serviços externos	(1 073)	(5 336)	(1 501)	(6 349)	(817 093)	(113 145)	(1 563)	(679)	(945 666)	137	(946 602)
Gastos com o pessoal	(863)	(3 012)	(1 273)	(9 251)	(277 428)	(68 871)	(847)	(351)	(361 032)	-	(361 895)
Ajustamentos de inventários	-	4 866	-	3	540	-	-	-	5 409	-	5 409
Provisões	(84 398)	101	-	-	(801)	(48)	21	-	(727)	84 398	(727)
Imparidade (reversão) de activos não depreciáveis / amortizáveis	29	(75)	(24)	192	(4 408)	(827)	8	-	(5 134)	-	(5 105)
Aumentos / reduções de justo valor	(13 653)	-	186	-	-	(688)	-	213	(289)	-	(13 942)
Outros rendimentos e ganhos	14 787	5 459	1 441	1 023	26 872	24 756	210	195	59 956	(11 535)	63 209
Outros gastos e perdas	(2 281)	(3 386)	(166)	(2 161)	(26 049)	(6 279)	(218)	(3)	(38 263)	-	(40 544)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(26 534)	27 354	687	15 150	(3 153)	214 382	5 439	3 829	263 688	34 647	271 800
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(19)	(460)	(566)	(2 383)	(54 092)	(123 621)	(2 494)	(2 643)	(186 261)	-	(186 280)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	-	-	75	-	-	36 524	236	-	36 835	-	36 835
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(26 553)	26 894	196	12 767	(57 245)	127 285	3 180	1 185	114 262	34 647	122 356
Juros suportados	(105 200)	(10 602)	-	(0)	(23 106)	(47 594)	(904)	(2 101)	(84 307)	-	(189 507)
Outros ganhos e perdas de financiamento	(8 521)	105	-	-	(178)	(2 592)	(84)	-	(2 750)	11 517	246
Resultado antes de impostos	(140 273)	16 396	196	12 767	(80 529)	77 099	2 192	(916)	27 205	46 164	(66 905)
Imposto sobre o rendimento do período	(12)	(4 032)	(39)	(3 164)	(1 283)	(20 427)	(929)	(14)	(29 888)	-	(29 899)
Resultado líquido do período	(140 285)	12 364	157	9 603	(81 812)	56 672	1 263	(930)	(2 683)	46 164	(96 804)
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	0	38	-	-	1 636	19 250	233	9	21 165	-	21 165
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(140 285)	12 326	157	9 603	(83 448)	37 422	1 030	(939)	(23 848)	46 163	(117 970)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	18 902	-	-	-	0	2 698	-	-	2 698	-	21 599
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	18 902	-	-	-	0	1 323	-	-	1 323	-	20 224

PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S. A.

1º semestre de 2013 (Reexpresso)												
Rubricas	SGPS										Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Serviços Postais	Diversos	Total		
Vendas e serviços prestados	-	42 135	1 206	37 663	1 372 238	394 327	7 814	344 185	5 041	2 204 609	(3 495)	2 201 114
Subsídios à exploração	-	-	933	-	1 603	49	-	-	-	2 585	-	2 585
Ganhos e perdas imputados de associadas	5 080	6	-	-	(383)	-	-	-	-	(377)	-	4 703
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	127 656	-	-	-	14	-	-	-	-	14	(111 306)	16 364
Ganhos em alienações de participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própr	-	(2)	926	(869)	2 193	8 648	-	146	-	11 042	-	11 042
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(10 167)	(1 532)	(8 616)	(107 121)	(15 054)	-	(7 760)	(1)	(150 252)	-	(150 252)
Fornecimentos e serviços externos	(1 215)	(5 732)	(1 343)	(6 146)	(870 425)	(110 640)	(1 625)	(115 591)	(1 136)	(1 112 638)	3 495	(1 110 357)
Gastos com o pessoal	(961)	(2 815)	(1 135)	(10 824)	(320 880)	(73 887)	(826)	(161 550)	(367)	(572 284)	-	(573 245)
Ajustamentos de inventários	-	1 679	-	1	(3 307)	-	-	(188)	-	(1 815)	-	(1 815)
Provisões	(145 527)	(120)	-	-	2 717	717	-	(3 520)	-	(207)	145 527	(207)
Imparidade (reversão) de activos não depreciáveis / amortizáveis	2 033	(175)	-	4 935	106	(509)	3	(1 729)	-	2 632	-	4 664
Aumentos / reduções de justo valor	(47 185)	(2 853)	854	-	(135)	13 267	-	-	180	11 313	-	(35 872)
Outros rendimentos e ganhos	27 062	2 663	1 327	1 289	28 900	26 723	107	10 977	188	72 174	23 508	122 744
Outros gastos e perdas	(36)	(2 527)	(166)	(2 483)	(41 077)	(6 073)	(262)	(5 127)	(3)	(57 718)	0	(57 754)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(33 092)	22 092	1 070	14 949	64 444	237 568	5 211	59 841	3 902	409 077	57 730	433 714
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(22)	(525)	(625)	(2 505)	(85 903)	(121 310)	(2 537)	(12 414)	(2 753)	(228 571)	-	(228 593)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	-	1	-	-	-	-	-	(1 031)	-	(1 031)	-	(1 031)
Subsídios ao investimento	-	-	138	-	111	36 075	386	-	-	36 709	-	36 709
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(33 114)	21 568	583	12 444	(21 348)	152 333	3 060	46 396	1 149	216 185	57 730	240 800
Juros suportados	(117 087)	(12 850)	(0)	(140)	(52 516)	(54 380)	(1 574)	(140)	(3 407)	(125 007)	18 046	(224 048)
Outros ganhos e perdas de financiamento	(4 731)	38	-	-	(10 368)	(5 000)	(142)	(34)	-	(15 506)	-	(20 237)
Resultado antes de impostos	(154 932)	8 755	583	12 304	(84 232)	92 953	1 345	46 223	(2 258)	75 672	75 776	(3 486)
Imposto sobre o rendimento do período	(10)	(3 307)	(26)	(4 041)	(8 964)	(22 642)	(475)	(14 405)	-	(53 859)	-	(53 869)
Resultado líquido do período	(154 942)	5 449	557	8 263	(93 196)	70 311	870	31 818	(2 258)	21 813	75 776	(57 354)
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	0	41	-	-	2 122	23 346	27	174	-422	25 289	-	25 288
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(154 942)	5 408	557	8 263	(95 318)	46 965	843	31 644	(1 836)	(3 476)	75 776	(82 642)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	7 205	-	-	-	15 644	-	-	31 803	-	47 447	(432)	54 220
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	7 205	-	-	-	15 524	-	-	31 629	-	47 153	(432)	53 926

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

2 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

2a - Introdução

As presentes demonstrações financeiras consolidadas respeitam ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das empresas do Grupo efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do regime de acréscimo e estão apresentadas em milhares de euros, salvo quando referida outra unidade.

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo PARPÚBLICA na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são expostas nas notas seguintes. Excetuando as situações descritas na nota 2b, estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (International Accounting Standards and Interpretations), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas. Requer igualmente que a Administração exerça juízos de valor ao aplicar as políticas contabilísticas do Grupo PARPÚBLICA da forma mais apropriada. As áreas onde foram feitas as estimativas e os juízos de valor mais significativos encontram-se apresentadas na nota 2ab.

2b – Alterações nas políticas contabilísticas

2bi Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de Janeiro de 2014

2bi.1 Sem impacte significativo nas demonstrações financeiras

- **Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro)** > O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial. A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores. A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, foi também emitida uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28.
- **Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril)** > O objetivo

das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.

- **Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro)** > A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.
- **Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro)** > As principais alterações envolvem: (i) a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; (ii) introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o goodwill) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; (iii) introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; (iv) remoção do termo “material”, por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo goodwill) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão “material” de imparidade tenha sido incorrida durante o período.
- **Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro)** > O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.
- **Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho)** > Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de

uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

2bii Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2015

À data da aprovação das presentes demonstrações financeiras não existem novas normas, interpretações e alterações a normas que tenham sido adotadas na União Europeia e que não estejam já em vigor.

2c - Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas das entidades integradas no Grupo PARPÚBLICA são apresentadas como as de uma única entidade económica. As transações e balanço intra-grupo são eliminados integralmente.

As subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se listadas na nota 2e.

2d - Concentrações de atividades empresariais

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incorporam os resultados de concentrações de atividades empresariais usando o método de compra. Os resultados das operações das adquiridas são incluídos na demonstração consolidada dos resultados a partir da data em que o controlo é obtido.

2e - Subsidiárias

Foram consideradas como subsidiárias todas as entidades controladas pelo Grupo PARPÚBLICA, considerando-se que a PARPÚBLICA tem controlo quando tiver cumulativamente: (i) poder sobre a subsidiária; (ii) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a subsidiária; (iii) a capacidade de usar o seu poder sobre a subsidiária para afetar o valor dos resultados para os investidores. Presumiu-se a existência de controlo quando a PARPÚBLICA possui direta ou indiretamente através de subsidiárias, mais de metade do poder de voto de uma entidade.

As entidades que se qualificam como subsidiárias são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2014	31 Dez 2013
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	81%	81%
CE – Circuito do Estoril, SA	Alcabideche	Organização de eventos desportivos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Companhia das Lezírias, S.A.	Samora Correia	Produção agrícola e animal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	Lisboa	Produção de moeda, impressos e publicações	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
MARGUEIRA - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Almada	Gestora do fundo de investimento imobiliário Margueira Capital	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A.	Lisboa	Est., desenv. E participação em investimentos mobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	80,50%	80,50%
SAGESTAMO - Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais e prestação de serviços	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados abastecedores, S.A.	S. Julião do Tojal	Promoção, construção, instalação, exploração e gestão de mercados destinados ao comércio grossista	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão das participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Aquasis, S.A.	Lisboa	Sistemas de Informação Geográfica	AdP - Águas de Portugal Serviços, S.A. EGF AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,98% 0,01% 0,01%	54,98% 0,01% 0,01%
Águas de Santo André, S.A.	V.N. Santo André	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Lisboa	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF)	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP Energias, S.A. (Reciclamos – Multigestão Ambiental, S.A.)	Lisboa	Gestão ambiental	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2014	31 Dez 2013
AdP – Águas de Portugal Internacional, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Águas de Timor, S.A. (a)	Timor	Exploração de serviço de abastecimento de água	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Aquatec, Lda	Maputo	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Brasil, S.A.	Rio de Janeiro	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Algarve, S.A.	Faro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,44%	54,44%
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Évora	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Centro, S.A.	Castelo Branco	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,00%	70,00%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Porto	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Noroeste, S.A.	Barcelos	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	56,66%	56,66%
Águas do Mondego, S.A.	Taveiro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Norte Alentejano, S.A.	Portalegre	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Oeste, S.A.	Óbidos	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Vila Real	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,54%	70,54%
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Guarda	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	87,46%	87,46%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2014	31 Dez 2013
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Aveiro	Gestão integrada dos serviços municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas	AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
AGDA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Beja	Exploração e gestão Concessionária do Sistema de exploração e gestão dos serviços de água “em alta”	AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
Sanest, S,A	Cascais	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Simarsul, S.A.	Setúbal	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Simlis, S.A.	Leiria	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,16%	70,16%
Simria, S.A.	Aveiro	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	67,72%	67,72%
Simtejo S.A.	Lisboa	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,50%	50,50%
Simdouro S.A.	Vila Nova de Gaia	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Algar, S.A.	Faro	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	56,00%	56,00%
Amarsul, S.A.	Palmela	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Ersuc, S.A	Coimbra	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,46%	51,46%
Resiestrela, S.A.	Serra da Estrela	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	62,95%	62,95%
Resinorte, S.A.	Celorico de Basto	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Resulima, S.A.	Viana do Castelo	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2014	31 Dez 2013
Suldouro, S.A.	Sermonde	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	60,00%	60,00%
Valnor, S.A.	Avis	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	53,33%	53,33%
Valorlis, S.A.	Leiria	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Valorminho, S.A.	Valença	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Valorsul, S.A.	São João da Talha	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	56,17%	56,17%
Lazer e Floresta - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal Imobiliário Turístico e Cingético, SA	Lisboa	Desenvolvimento agro-florestal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A.	Lisboa	Minas / minérios	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	81,13%	81,13%
BAÍA DO TEJO, S.A. (ex-QUIMIPARQUE – Parques Empresariais, S.A.	Barreiro	Desenvolvimento e gestão de parques empresariais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AMBISIDER - Recuperações Ambientais, S.A.	Paio Pires	Desmantelamento de inst. industriais e recup. Ambiental	BAÍA DO TEJO, S.A. (em 2008 SNESGES, S.A.)	100,00%	100,00%
ECODETRA - Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A.	Paio Pires	Aterro de resíduos industriais especiais	BAÍA DO TEJO, S.A. (em 2008) URBINDÚSTRIA, S.A.	51,00%	51,00%
APIS – Associação Parque Industrial do Seixal	Lisboa	Parques tecnológicos e industriais	BAÍA DO TEJO, S.A.	93,88%	93,88%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Estamo	Lisboa	Fundo Imobiliário	SAGESECUR, S.A. ESTAMO, SGPS, S.A.	99,97% 0,03%	99,97% 0,03%
CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
FUNDIESTAMO - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	Administração de Fundos de Investimento Imobiliário	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2014	31 Dez 2013
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	Lisboa	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAPGER - Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de gestão	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
CATERINGPOR - Catering de Portugal, S.A.	Lisboa	Catering	TAPGER, S.A.	51,00%	51,00%
L.F.P. - Lojas Francas de Portugal, S.A.	Lisboa	Exploração de “free shop”	TAPGER, S.A.	51,00%	51,00%
MEGASIS - Soc. de Serviços e Engenharia Informática, S.A.	Lisboa	Engenharia e prestação de serviços informáticos	TAPGER, S.A.	100,00%	100,00%
U.C.S. - Cuidados Integrados de Saúde, S.A.	Lisboa	Prestação de cuidados de saúde	TAPGER, S.A.	100,00%	100,00%
Aeropar Participações, S.A.	Brasil	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A. PORTUGÁLIA	99,00% 1,00%	99,00% 1,00%
PORTUGÁLIA – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“PORTUGÁLIA”)	Lisboa	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM)	Brasil	Manutenção e engenharia aeronáutica	Aeropar Participações TAP, SGPS, S.A.	47,64% 51,00%	47,64% 51,00%
MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.	Lisboa	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARL	SIMAB, S.A.	87,87%	87,87%
MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A.	Braga	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARB	SIMAB, S.A.	83,35%	83,35%
MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A.	Faro	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARF	SIMAB, S.A.	74,68%	74,68%
MARE – Mercado Abastecedor da Região de Évora, S.A.	Évora	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARÉ	SIMAB, S.A.	68,85%	68,85%

(a) – em 2014 foi reativada a atividade da empresa AdP Timor-Leste, que estava inativa desde 2006.

2f - Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo PARPÚBLICA exerça influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos. Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das associadas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Considerou-se a existência de influência significativa quando a PARPÚBLICA detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

As entidades que se qualificam como associadas, incluindo aquelas cujas participações estão classificadas nos ativos não correntes detidos para venda (vide nota 21), são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2014	31 Dez 2013
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	Lisboa	Administrações de unidades de cuidados de saúde	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	45,00%	45,00%
Parcaixa, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	49,00%	49,00%
INAPA – Investimentos Participações e Gestão, SA (a)	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	10,88%	32,72%
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	Faro	Desenvolvimento de empreendimentos turísticos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	31,05%	31,05%
Clube de Golf das Amoreiras, S.A. (b)	Lisboa	Promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe.	EPAL, S.A.	100,00%	100,00%
ORIVÁRZEA, S.A.	Benavente	Produção e comercialização de arroz	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	27,12%	27,12%
CRL – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	Benavente	Receção, triagem e primeira transformação de madeira, biomassa e produtos e subprodutos florestais	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	20,00%	20,00%
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	Lisboa	Serviços de Certificação Eletrónica	INCM	20,00%	20,00%
Trevoeste (b)	Alcobaca	Saneamento de águas residuais.	AdP, SGPS	43,24%	43,24%
Miese (b)	Vila Real		AdP Energias, S.A.	40,00%	40,00%
SML – Sociedade Mineira do Lucapa, Lda (c)	Angola	Exploração, prospeção e extração de diamantes.	SPE, S.A.	49,00%	49,00%
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”)	Lisboa	Handling	TAPGER, SA PORTUGÁLIA	43,90% 6,00%	43,90% 6,00%
Propnery – Propriedade e Equipamentos, S.A.	Castelo Branco	Gestão de investimentos imobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	41,82%	41,82%
CTT – Correios de Portugal, S.A. (d)	Lisboa	Serviços Postais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	31,5%	30%

- (a) Em 23 de abril de 2014, por atribuição de direitos de voto às ações preferenciais, as 49.084.738 ações da INAPA detidas pela PARPÚBLICA passaram a representar 10,88% dos direitos de voto da PARPÚBLICA (em 31DEZ13: 32,72%), deixando a PARPÚBLICA de deter influência significativa nesta participação. Em sequência, a participação na INAPA passou a ser classificada na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda e mensurada pelo justo valor com as variações de justo valor reconhecidas em Outro rendimento integral.
- (b) Entidade sem atividade em 2014, em fase de liquidação.
- (c) Empresa sem atividade e situação de falência
- (d) A participação da PARPÚBLICA no Grupo CTT, encontra-se incluída num grupo para alienação classificado como detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

Informação financeira resumida das associadas:

Valores em milhares de euros

Empresas Participadas	Ativo total 30Jun14	Ativo total 2013	Passivo 30Jun14	Passivo 2013	Total rendimentos e ganhos 30Jun14	Total rendimentos e ganhos 30Jun13	RL 30Jun14	RL 30Jun13
Clube Golf das Amoreiras (i)	1 354	1 366	1 400	1 393	-	N.d.	-13	-14
CLR – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	3	3	3	3	-	0	-	-2
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	43 117	38 150	32 319	27 290	17 642	17 645	-64	-405
CTT - Correios de Portugal, S.A. (ii)	1 274 500	1 100 134	1 024 600	824 200	356 800	349 097	36 100	31 644
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	N.d.	203	N.d.	3	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.
Miese (i)	12	32	24	13	-	N.d.	-9	-9
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	-	11	-	N.d.	-	3 716	-	656
ORIVÁRZEA, S.A.	15 382	4 131	8 636	9 226	20 427	17 402	662	452
Parcaixa, SGPS, S.A.	972 497	965 821	17 041	15 366	14 458	12 588	12 520	10 491
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”)	21 639	22 444	27 334	28 887	50 044	50 900	-2 619	-768
Propnery - Propriedades e Equipamentos, S.A.	3 450	3 709	649	653	99	91	-113	-109
Trevoeste (i)	3 201	3 201	787	787	0	N.d.	-40	-40

(i) - Empresa sem atividade

(ii) - Participação classificada como ativo não corrente detido para venda

N.d. - informação não disponível

Na aquisição dos investimentos em associadas, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parte do Grupo no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada é incluída na quantia escriturada do investimento.

As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é depois ajustado em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos das investidas detidos pelo Grupo. Os resultados do Grupo incluem a sua quota-parte nos resultados das investidas e o outro rendimento integral do Grupo inclui a sua quota-parte no outro rendimento integral das investidas.

Se a parte do Grupo nas perdas de uma associada igualar ou exceder o seu interesse, é descontinuado o reconhecimento de perdas adicionais; depois do interesse ser reduzido a zero, é reconhecido um passivo se o Grupo tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos por conta da associada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial são aplicados os requisitos da IAS 39 para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por imparidade adicional com respeito ao interesse do Grupo em cada uma das associadas.

2g – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um ativo, o Grupo PARPÚBLICA considera no respetivo custo: (i) o seu preço de compra; (ii) quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; e (iii) a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de ativos do Grupo PARPÚBLICA são capitalizados no ativo tangível. Esta capitalização é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida de trabalhos para a própria empresa.

Os gastos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos como tal apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com a manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o pressuposto do acréscimo.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as depreciações dos seus ativos tangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Ativos fixos tangíveis	Vida útil
Edifícios e outras construções	4 a 50
Equipamento básico	3 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 16
Ferramentas e utensílios	4 a 16
Outros ativos tangíveis	4 a 10

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, é estimada a sua quantia recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que a quantia escriturada exceda a sua quantia recuperável. O Grupo PARPÚBLICA reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

A quantia recuperável é determinada como a mais elevada entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida pelo Grupo nas seguintes situações: (i) no momento da alienação; e (ii) quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível: (i) é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido; e (ii) é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

2h – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo PARPÚBLICA provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, o qual reflete as condições de mercado. As mensurações do justo valor têm por base avaliações independentes realizadas no final de cada exercício.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

2i - Goodwill

O goodwill representa o excesso do agregado: (i) da retribuição transferida, que geralmente exige o justo valor à data de aquisição; ii) da quantia de qualquer interesse que não controla na adquirida; e iii) numa concentração de atividades empresariais alcançada por fases, do justo valor à data de aquisição do interesse de capital próprio anteriormente detido da adquirente na adquirida, sobre o líquido das quantias à data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

O *goodwill* de aquisições de subsidiárias é incluído nos ativos intangíveis e o de aquisições de associadas é incluído em investimentos em associadas.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o efeito do *goodwill* referente à mesma.

2j – Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se escriturados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as amortizações dos seus ativos intangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Outros ativos intangíveis	Vida útil
Despesas de desenvolvimento	3
Propriedade Industrial e Outros Direitos	3 a 10
Software	3
Direito de concessão	50

2k – Imparidade de ativos em geral

Os ativos intangíveis que não têm uma vida útil definida e os ativos intangíveis em curso não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais a exemplo do que acontece com o *goodwill*. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo excesso da quantia escriturada do ativo face à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Na impossibilidade de atribuir uma quantia recuperável a um determinado ativo, o mesmo deverá ser agregado com outros ativos, de forma que conjuntamente gerem fluxos de caixa independentes e, dessa forma, constituam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Sempre que se verifique uma perda por imparidade numa UGC à qual tenha sido

alocado *goodwill*, a perda será imputada em primeiro lugar ao *goodwill* sendo o remanescente rateado por entre os ativos que a compõem com base na quantia escriturada dos mesmos. Nesta repartição pelos ativos, o valor ajustado de cada um não poderá ficar inferior ao maior de entre o justo valor deduzido dos custos de venda, o seu valor de uso e zero.

A perda por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. A amortização do bem será ajustada prospectivamente de acordo com o valor amortizável ajustado pela imparidade registada.

2l – Ativos biológicos e produtos agrícolas

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são mensurados pelo custo depreciado.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o montante a registar em inventários.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda de um ativo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surgem.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um ativo biológico ou produto agrícola mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados for condicional, o Grupo PARPÚBLICA reconhece o subsídio como rendimento apenas quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

2m – Outros ativos financeiros

Os ativos financeiros enquadráveis na IAS 39 são classificados de acordo com cada uma das seguintes categorias, dependendo do objetivo para o qual esse ativo foi adquirido:

- Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos são ativos financeiros que foram designados como tal ou estão classificados como detidos para negociação, pelo que são detidos pelo Grupo PARPÚBLICA com o objetivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. São mensurados inicialmente no balanço pelos seus justos valores e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente nos lucros ou prejuízos.

- Investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que o Grupo PARPÚBLICA tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados em cada uma das categorias anteriores. São mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente no capital próprio, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais, até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativa anteriormente reconhecido no capital próprio deverá ser reconhecido nos resultados. Os dividendos resultantes de um instrumento de capital próprio disponível para venda são reconhecidos nos resultados quando o direito da entidade de receber pagamento for estabelecido.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado (bem como os derivados que estejam ligados a esses instrumentos de capital próprio e que devam ser liquidados pela entrega dos mesmos) são mensurados pelo custo.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram; (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, o Grupo não reteve o controlo sobre esse ativo.

O Grupo PARPÚBLICA avalia regularmente se existem sinais de imparidade para os ativos financeiros, ou grupos de ativos financeiros que não sejam mensurados pelo justo valor via resultados, e em caso afirmativo, determina os fluxos de caixa futuros descontados e reconhece a perda.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada registada no capital próprio (correspondente às variações negativas no justo valor) é transferida para resultados. Para as categorias de ativos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado (incluindo investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados pelo custo), as perdas por imparidade reconhecidas são registadas diretamente nos resultados.

Se num período subsequente a quantia da perda por imparidade diminuir e tal facto for objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda, esta é revertida, até ao

ponto em que não exceda o custo ou o custo amortizado que resultaria caso a imparidade não tivesse sido reconhecida.

No caso de investimentos em instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo, bem como, de investimentos em instrumentos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, as perdas de imparidade reconhecidas não são reversíveis. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a reversão dessas perdas é efetuada por via dos resultados.

2n – Inventários

Os Inventários são mensurados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em existências.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados previamente de acordo com a IAS 41, conforme referido na nota 2I.

2o – Caixa e depósitos bancários

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

2p – Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

O Grupo PARPÚBLICA classifica um ativo não corrente ou um grupo para alienação como detido para venda se a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através de uma transação de venda em vez de através de uso continuado e se estiverem em condições para venda imediata e esta seja altamente provável e concretizável dentro de um ano após a classificação.

Espera-se que as vendas dos ativos não correntes ou dos grupos para alienação sejam concluídas até um ano a partir da data da respetiva classificação como detidos para venda. Podem existir acontecimentos e circunstâncias fora do controlo do Grupo PARPÚBLICA que obrigam a estender o período para concluir as vendas para lá de um ano, apesar de se manter comprometimento com a venda dos ativos ou dos grupos para alienação; nestes casos, é mantida a classificação como detidos para venda.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre as respetivas quantias escrituradas e os respetivos justos valores menos os custos de venda. Antes da classificação inicial dos ativos ou grupos para alienação como detidos para venda, as

respetivas quantias escrituradas foram mensuradas de acordo com as IFRS aplicáveis. Por outro lado, são reconhecidas perdas por imparidade relativamente a reduções do ativo ou grupo do ativo para alienação para o justo valor menos os custos de vender e são reconhecidos ganhos para qualquer aumento no justo valor menos os custos de vender dos ativos até à quantia inicial.

A participação financeira detida pelo Grupo AdP no Capital da Empresa Geral do Fomento foi classificada como detida para venda, conforme se evidencia na nota 21.

2q – Instrumentos de capital próprio da entidade

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio do Grupo PARPÚBLICA apenas são reconhecidas (como passivo ou pagamento) e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista do Grupo PARPÚBLICA.

2r – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas para passivos de tempestividade ou quantia incerta sendo que como resultado de acontecimentos passados e são reconhecidas pelo seu valor descontado quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2s – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é apurado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções conforme seja apropriado.

O Grupo PARPÚBLICA utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo PARPÚBLICA.

Um relacionamento de cobertura qualifica-se para contabilidade de cobertura quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- No início da cobertura, existir designação e documentação formais do relacionamento de cobertura e do objetivo e estratégia da gestão de risco para levar a efeito a cobertura. Essa documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberto, a natureza do risco a ser coberto e a forma como vai ser avaliada a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto atribuíveis ao risco coberto.
- Existir a expectativa que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir alterações de compensação no justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para esse relacionamento de cobertura em particular.
- Quanto a coberturas de fluxos de caixa, uma transação prevista que seja o objeto da cobertura tem de ser altamente provável e apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.
- A eficácia da cobertura poder ser fiavelmente mensurada, isto é, o justo valor ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao justo valor do instrumento de cobertura poderem ser fiavelmente mensurados.
- A cobertura ser avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente eficaz durante todo o período de relato financeiro para o qual a cobertura foi designada.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo, a quantia escriturada desse ativo ou passivo, determinada com base na respetiva política contabilística, é ajustada por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos e passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é classificado como instrumento de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente e o ativo ou passivo coberto passam a ser mensurados em conformidade com a categoria onde se enquadram.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida no capital próprio, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte não efetiva da cobertura é registada em resultados do período. Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. No caso de a cobertura estar associada a uma operação futura, se for previsível que a operação futura não se efetuará, os montantes registados no capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados no período.

As operações de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo uma cobertura de um item monetário que seja contabilizada como parte do investimento líquido, são contabilizadas de forma semelhante às coberturas de fluxo de caixa.

2t – Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

2u – Benefícios dos empregados

O Grupo PARPÚBLICA atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada. Porém, além dos planos de benefícios definidos, algumas subsidiárias do Grupo PARPÚBLICA atribuem benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, através de planos de contribuição definida.

Os planos de benefícios definidos são financiados através de fundos de pensões complementados por provisões específicas quando necessário.

Neste contexto, o Grupo PARPÚBLICA determina o deficit ou excedente (o valor atual da obrigação de benefícios definidos, menos o justo valor dos ativos do plano (caso existam), (i) usando uma técnica atuarial, o método da unidade de crédito projetada, para fazer uma estimativa fiável do custo final que representa para a entidade o benefício que os empregados obtiveram em troca do seu serviço no período em curso e em períodos anteriores; (ii) descontando esse benefício de modo a determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos e do custo corrente do serviço, e (iii) deduzindo o justo valor de quaisquer ativos do plano do valor presente da obrigação de benefícios definidos.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades do Grupo PARPÚBLICA são calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, sendo assim determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente.

Custos de serviços passados são reconhecidos nos resultados no período de alterações no plano. O montante de juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos.

Custos de benefícios definidos compreendem:

- Custo do serviço (incluindo custo de serviço corrente, custo de serviço passado e ganhos e perdas aquando da liquidação), a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal

- Juro líquido sobre o passivo (ativo) líquidos de benefícios definidos, a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal
- Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, a reconhecer (ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, e qualquer variação do efeito do limite máximo dos ativos, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos), a reconhecer em outro rendimento integral.

Na determinação das responsabilidades, são usados determinados pressupostos atuariais. Os pressupostos atuariais são as melhores estimativas da entidade das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

- pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
 - (i) mortalidade, tanto durante como após o emprego;
 - (ii) taxas de rotação, de incapacidade e de reforma antecipada dos empregados;
 - (iii) a proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e
 - (iv) taxas de reivindicação segundo os planos médicos.
- pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
 - (i) a taxa de desconto;
 - (ii) níveis de ordenados futuros e de benefícios;
 - (iii) no caso de benefícios médicos, custos médicos futuros incluindo, quando material, o custo de administrar reivindicações e pagamentos de benefícios; e
 - (iv) taxa esperada de retorno dos ativos do plano.

2v – Locações

O Grupo PARPÚBLICA classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, dando cumprimento aos critérios estabelecidos na IAS 17.

Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, ou pelo montante atual das rendas de locação vincendas, se menor. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados; e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os pagamentos de locação ao abrigo de contratos de locação operacional são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha reta durante o período de locação.

O Grupo PARPÚBLICA apresenta no balanço os ativos locados a terceiros (locação operacional) de acordo com a natureza do ativo.

Os rendimentos provenientes de contratos de locação operacional são reconhecidos no rendimento numa base de linha reta durante o prazo da locação.

Os custos diretos iniciais incorridos são adicionados à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação, na mesma base do rendimento da locação.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na IAS 36.

2w – Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

O rédito proveniente das vendas de bens é reconhecido quando forem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo PARPÚBLICA tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo PARPÚBLICA não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente do uso de ativos do Grupo PARPÚBLICA que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;
- Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito do Grupo PARPÚBLICA (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

Os rendimentos e gastos dos contratos de construção são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento.

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são objeto de capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, de acordo com o regime do acréscimo e em conformidade com o método do juro efetivo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Embora a taxa de juro das obrigações com opção embutida tenha sido fixada tendo em conta também as perspetivas de evolução do valor das ações subjacentes e logo do valor da opção, a diferença entre as variações de justo valor nas opções e nas ações são incluídas na rubrica “variações de justo valor” da demonstração dos resultados e não como complemento ou atenuação dos juros reconhecidos nos gastos de financiamento, por se considerar que tais variações têm relação próxima com as operações de reprivatização de ativos que suportam.

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que o Grupo PARPÚBLICA cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo recebidos para financiamento de aquisições de ativos são registados como um rendimento diferido no passivo e reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como créditos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar. Os subsídios do Governo relacionados com ativos biológicos têm o tratamento descrito na nota 21.

2x – Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar de impostos sobre o rendimento respeitante ao lucro ou à perda tributável de um período. Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a não ser que o ativo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que:

- Não seja uma concentração de atividades empresariais; e
- No momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de:

- Reconhecimento inicial do *goodwill*; ou
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Os Ativos por Impostos Diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

2y – Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data de transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As demonstrações financeiras das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas cuja moeda funcional difere do euro são transpostas para euros da seguinte forma:

- Os ativos e passivos de cada balanço são transpostos à taxa de câmbio na data desse balanço;
- Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa evidenciados em cada demonstração financeira são transpostos às taxas de câmbio nas datas das transações; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no capital próprio.

2z – Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) atuam no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de Maio, e DL 277/2009, de 2 de Outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, as empresas do Grupo com atividades reguladas adotaram as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o novo IFRS emitido pelo IASB sobre atividades reguladas). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

A atividade das empresas Multimunicipais do Grupo AdP é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

É entendido que se encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual, bem como o registo dos desvios tarifários. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

a) Desvio tarifário ativo e passivo

Os contratos de concessão das empresas do Grupo AdP estabelecem os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos, em termos anuais, baseados na completa recuperação dos custos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios das concessionárias. Potencialmente, a esta remuneração ainda pode acrescer uma remuneração relativa a ganhos de produtividade.

Assim, anualmente o Grupo AdP efetua o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios tarifários – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do rédito do desvio tarifário corresponde ao crédito ou ao débito a fazer ao rédito das atividades reguladas por forma a que este revele os rendimentos necessários ao cumprimento do disposto contratualmente relativamente à recuperação integral dos custos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

Se a diferença for positiva (tarifa praticada > tarifa necessária) gera-se um desvio tarifário negativo que deve ser levado a débito dos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um ativo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associada ao débito dos rendimentos. O efeito líquido corresponde à correção do resultado líquido para a recuperação integral dos custos e a remuneração acionista garantida anualmente.

Se a diferença for negativa (tarifa praticada < tarifa necessária) gera-se um desvio tarifário positivo que deve ser levado a crédito dos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um passivo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associada ao crédito dos rendimentos. O efeito líquido corresponde à correção do resultado líquido para a recuperação integral dos custos e a remuneração acionista garantida anualmente.

b) Acréscimos de custos para investimentos contratuais e política de amortizações

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos custos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão e da parceria.

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, normalmente fazem-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

Estas amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos, iniciais e ainda por realizar, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade. São registadas nos resultados por contrapartida de amortizações acumuladas e de acréscimos de custos para investimentos contratuais regulados no passivo.

2aa – Serviços no âmbito de concessões de águas e resíduos

As empresas concessionárias do Grupo AdP exercem atividades que constituem serviços de interesse económico geral (30 concessões multimunicipais e parcerias – 11 de resíduos e 19 de água e saneamento).

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Águas do Algarve	Concessão	35 anos	2001-2037	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro	Concessão	30 anos	2001-2031	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro Alentejo	Concessão	30 anos	2003-2032	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Douro e Paiva	Concessão	30 anos	1996-2026	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Mondego	Concessão	35 anos	2004-2039	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Norte Alentejano	Concessão	30 anos	2001-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Noroeste	Concessão	50 anos	2010-2060	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Oeste	Concessão	35 anos	2001-2035	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas da Região de Aveiro	Parceria	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Santo André	Concessão	30 anos	2001-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Trás-os-Montes	Concessão	30 anos	2001-2031	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Zêzere e Côa	Concessão	30 anos	2000-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas Públicas do Alentejo	Parceria	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Sanest	Concessão	25 anos	1995-2020	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simarsul	Concessão	30 anos	2004-2034	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simdouro	Concessão	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simlis	Concessão	30 anos	2000-2029	Euribor 6 meses + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simria	Concessão	50 anos	2000-2049	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simtejo	Concessão	43 anos	2001-2044	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

Resíduos	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Algar	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Amarsul	Concessão	25 anos	1997-2022	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Ersuc	Concessão	33 anos	1997-2030	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resiestrela	Concessão	25 anos	2003-2027	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resinorte	Concessão	30 anos	2009-2039	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resulima	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Suldouro	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorlis	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorminho	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorsul	Concessão	25 anos	2011-2034	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valnor	Concessão	35 anos	2001-2036	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

(1) A remuneração acionista incide, para além do capital social e da reserva legal, quando aplicável, sobre a remuneração e dívida (dividendos não distribuídos).

Das atividades exercidas pelo Grupo AdP são reguladas as atividades desenvolvidas em regime de concessão pelos sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos (serviços em “alta”). Estas atividades são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As concessões geridas pelo Grupo AdP são do tipo BOT (Built-Operate-Transfer), e genericamente incluem a receção de infraestruturas já edificadas pelos municípios (mediante o pagamento ou não de uma contrapartida), a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo da concessão estas infraestruturas são transferidas de novo ao concedente em pleno estado

de utilização. Por não deter o pleno usufruto das infraestruturas (por exemplo existem restrições no que concerne à sua venda, dação como garantia, etc.), estas são classificadas como ativo intangível ao abrigo da IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços.

Contratualmente, as concessões assentam em modelos tendentes à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado. No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, as empresas do Grupo AdP concessionárias de SMM ou gestoras de parcerias classificam as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

De acordo com o IFRIC 12, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. Saliente-se ainda que o Grupo AdP, na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem, no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada das empresas do Grupo AdP, o rédito reconhecido é aquele que resulta estritamente da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador, mais ou menos o desvio tarifário subjacente, tal como previsto nos contratos de concessão, pelo que não é reconhecido o rédito de serviços de construção.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à sua disponibilização para uso.

As despesas que se materializem em expansão ou modernização das infraestruturas iniciais, por via da regulação económica das concessões, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), sendo desta forma contabilizadas como parte do ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data, pelo que estes montantes são classificados como ativos financeiros (valor a receber, descontado).

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas da UNA-PD são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão. As amortizações nas empresas da UNR são calculadas tendo por base o prazo da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro.

2ab – Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Grupo PARPÚBLICA efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação ou amortização, é essencial para determinar o montante de depreciações ou amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Justo valor de propriedades de investimentos e ativos biológicos

As propriedades de investimento e os ativos biológicos mensurados pelo justo valor são objeto de avaliações por avaliadores independentes com adequada qualificação profissional, realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas com base nos seguintes métodos: método do rendimento, método do valor residual, método do custo e método de comparação de mercado.

Imparidade

O Grupo testa a imparidade de acordo com a política contabilística indicada na nota 2k. As quantias recuperáveis dos ativos ou das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso ou de valores de mercado baseados nas melhores estimativas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o “*mark-to-market*” desses instrumentos. São usadas técnicas de avaliação e pressupostos para a avaliação dos derivados contratados à data do reporte financeiro, com apoio de

especialistas, tendo como *inputs* designadamente, curvas de taxas de juro, ativos subjacentes e volatilidades.

Provisões

As provisões são reconhecidas pelo Grupo para passivos de tempestividade ou quantia incerta como resultado de acontecimentos passados e são mensuradas pela melhor estimativa disponível no fim do período do relato. Sempre que a estimativa não seja possível ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo PARPÚBLICA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Imposto sobre o rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no exercício em que tais diferenças se constatarem.

2ac – Especificidades ao abrigo da IAS 34 (relato financeiro intercalar)

A IAS 34 prescreve o conteúdo mínimo de um relato financeiro intercalar e os princípios de reconhecimento e de mensuração em demonstrações financeiras completas ou condensadas para um período intercalar.

O Grupo PARPÚBLICA está sujeita a relato financeiro intercalar em base consolidada, apresentando demonstrações financeiras completas que devem seguir a disciplina da IAS 1 (IAS 34.9).

Ao abrigo da IAS 34.23, no reconhecimento, mensuração, classificação ou divulgação de itens para efeitos de relato financeiro intercalar, a materialidade deve ser aferida com relação aos dados do período intercalar.

Na preparação de um relato financeiro intercalar, as mensurações poderão fazer uso de estimativas em maior extensão do que as utilizadas para efeitos de relato financeiro anual (IAS 34.41).

Os apêndices B e C da IAS 34 (IFRS/IASB) facultam exemplos, para efeitos de relato financeiro intercalar, sobre a aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração e sobre o uso de estimativas.

3 - Reexpressões e reclassificações

Foram reexpressas e reclassificadas quantias comparativas, tendo em conta as seguintes situações principais:

RUBRICAS	31-Dez-13 (Reexpresso)	Reexpressões	31-Dez-13
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1 914 974	-	1 914 974
Propriedades de investimento	545 833	-	545 833
<i>Goodwill</i>	297 530	-	297 530
Ativos intangíveis	4 688 575	-	4 688 575
Ativos biológicos	18 564	-	18 564
Participações financeiras em associadas	485 821	-	485 821
Outras participações financeiras	817 871	-	817 871
Outros ativos financeiros	4 350 415	-	4 350 415
Ativos por impostos diferidos	368 332	-	368 332
Outras contas a receber	281 084	-	281 084
Diferimentos	564 509	-	564 509
	14 333 509	-	14 333 509
Ativo corrente			
Inventários	1 062 225	-	1 062 225
Ativos biológicos	2 797	-	2 797
Clientes	734 100	-	734 100
Adiantamentos a fornecedores	18 328	-	18 328
Estado e outros entes públicos	61 868	-	61 868
Accionistas / sócios	54	-	54
Outras contas a receber	271 071	-	271 071
Diferimentos	32 773	-	32 773
Outros ativos financeiros	6 495	-	6 495
Caixa e depósitos bancários	926 643	-	926 643
	3 116 353	-	3 116 353
Ativos não correntes detidos para venda	249 217	-	249 217
	3 365 570	-	3 365 570
Total do ativo	17 699 079	-	17 699 079
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	1 027 151	-	1 027 151
Reservas legais	725 556	-	725 556
Outras reservas	9 609	-	9 609
Ajustamentos em ativos financeiros	(16 194)	(38 639)	22 445
Resultados transitados	1 048 080	47 852	1 000 228
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	792 001	(9 213)	801 214
Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	3 586 203	-	3 586 203
Interesses que não controlam	514 512	-	514 512
Total do capital próprio	4 100 715	-	4 100 715
Passivo não corrente			
Provisões	48 957	-	48 957
Financiamentos obtidos	5 868 721	-	5 868 721
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	77 097	-	77 097
Passivos por impostos diferidos	382 613	-	382 613
Estado e outros entes públicos	59 898	-	59 898
Outras contas a pagar	618 523	-	618 523
Outros passivos financeiros	125 869	-	125 869
Diferimentos	2 612 384	-	2 612 384
	9 794 062	-	9 794 062
Passivo corrente			
Provisões	63	-	63
Fornecedores	184 055	-	184 055
Adiantamentos de clientes	1 722	-	1 722
Estado e outros entes públicos	79 761	-	79 761
Acionistas / sócios	18	-	18
Financiamentos obtidos	2 564 167	-	2 564 167
Outras contas a pagar	880 377	-	880 377
Diferimentos	94 138	-	94 138
	3 804 302	-	3 804 302
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	0	-	0
	3 804 302	-	3 804 302
Total do passivo	13 598 364	-	13 598 364
Total do capital próprio e do passivo	17 699 079	-	17 699 079

RUBRICAS	1º semestre 2013 (Reexpresso)	Reexpressões	1º semestre 2013
Vendas e serviços prestados	2 201 114	0	2 201 114
Subsídios à exploração	2 585	-	2 585
Ganhos e perdas imputados de associadas	4 703	-	4 703
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	16 364	-	16 364
Ganhos/ perdas em alienações de participações	-	-	-
Variação nos inventários da produção	886	-	886
Trabalhos para a própria entidade	10 156	-	10 156
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(150 252)	-	(150 252)
Fornecimentos e serviços externos	(1 110 357)	-	(1 110 357)
Gastos com o pessoal	(573 245)	-	(573 245)
Ajustamentos de inventários	(1 815)	-	(1 815)
Imparidade de dívidas a receber	(2 268)	-	(2 268)
Provisões	(207)	-	(207)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	6 933	-	6 933
Aumentos / reduções de justo valor	(35 872)	(6 876)	(28 996)
Outros rendimentos e ganhos	122 744	-	122 744
Outros gastos e perdas	(57 754)	-	(57 754)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	433 714	(6 876)	440 590
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(228 593)	-	(228 593)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	(1 031)	-	(1 031)
Subsídios ao investimento	36 709	-	36 709
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	240 800	(6 876)	247 676
Juros e rendimentos similares obtidos	1 620	-	1 620
Juros e gastos similares suportados	(245 906)	-	(245 906)
Resultado antes de impostos	(3 486)	(6 876)	3 390
Imposto sobre o rendimento do período	(53 869)	-	(53 869)
Resultado líquido do período	(57 354)	(6 876)	(50 478)
Resultado líquido dos interesses que não controlam	25 288	-	25 288
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(82 642)	(6 876)	(75 765)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	54 220	-	54 220
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	53 926	-	53 926
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas	-0,21	-0,02	-0,19
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas	0,13	0,00	0,13

As reexpressões efetuadas a 31 de dezembro de 2013 e aos resultados do primeiro semestre de 2013, referem-se à reclassificação e mensuração na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda de participações de capital em empresas não associadas na PARPÚBLICA (investimentos em instrumentos de capital próprio, isto é, ações da REN, da GALP – ações que não estão subjacentes à opção embutida no empréstimo obrigacionista, da PT e da ZON) que estavam classificadas na categoria de Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Os Ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo justo valor com as variações do justo valor a serem reconhecidas em Outro rendimento integral (e não no resultado do período).

4 - Fluxos de caixa

Os fluxos de caixa relativos à atividade operacional respeitam essencialmente ao segmento do Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas, traduzindo os recebimentos de clientes num peso de 77% (30JUN13: 67%) sobre o total. Nos pagamentos a fornecedores e ao pessoal este segmento tem um peso de 88% (30JUN13: 81%) e de 83% (30JUN13: 57%), respetivamente.

As atividades de financiamento e de investimento respeitam essencialmente a operações do Grupo AdP e do Grupo TAP, com exceção para os recebimentos e pagamentos provenientes de investimentos

financeiros da atividade de investimento e os recebimentos e pagamentos provenientes de financiamentos obtidos da atividade de financiamento, que englobam na sua maioria operações da PARPÚBLICA.

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas apresentam-se na nota 53.

5 - Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis	1º semestre 2014									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
Ativo bruto										
Saldo inicial	330 822	844 036	3 233 852	14 257	31 837	115 136	159 006	16 813	68 265	4 814 022
Adições	2 820	463	7 699	128	526	1 017	130	7 692	67	20 541
Transferência para Detidos para venda	(2)	-	(831)	(1 084)	-	(228)	(430)	-	-	(2 575)
Alienações	(282)	(31)	(1 950)	(50)	-	(7)	(31)	-	-	(2 351)
Outras transferências/ abates	1 069	(362)	(4 868)	(21)	(1)	(142)	(175)	(2 316)	(107)	(6 924)
Diferenças câmbio	57	360	1 219	7	880	318	-	171	-	3 012
Saldo final	334 484	844 465	3 235 120	13 237	33 242	116 093	158 499	22 360	68 225	4 825 726
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	1 053	484 742	2 152 854	13 367	20 194	106 657	78 741	1	-	2 857 610
Adições	87	9 889	58 921	274	855	1 493	3 748	-	-	75 265
Transferência para Detidos para venda	-	-	(757)	(1 084)	-	(222)	(201)	-	-	(2 264)
Alienações	-	(17)	(1 843)	(28)	-	(6)	(31)	-	-	(1 925)
Outras transferências/ abates	-	(232)	(4 849)	(21)	(1)	(322)	(246)	-	-	(5 670)
Diferenças câmbio	-	120	1 078	6	450	288	(1)	-	-	1 941
Saldo final	1 140	494 502	2 205 404	12 514	21 498	107 888	82 011	1	-	2 924 957
Perdas de imparidade acumuladas										
Saldo inicial	21 273	18 689	-	-	-	-	1 090	386	-	41 438
Saldo final	21 273	18 689	-	-	-	-	1 090	386	-	41 438
Valor líquido	312 072	331 275	1 029 716	723	11 744	8 205	75 398	21 973	68 225	1 859 331

Ativos fixos tangíveis	2013									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
Ativo bruto										
Saldo inicial	301 260	704 333	3 226 616	14 223	31 066	112 828	154 496	18 482	70 137	4 633 441
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	30 870	137 972	847	99	-	1 397	2 346	26	-	173 558
Adições	233	752	11 603	421	1 447	2 061	2 283	12 329	205	31 334
Alienações	(699)	(6)	(2 200)	(31)	(19)	(30)	(3)	(416)	(31)	(3 436)
Outras transferências/ abates	(704)	1 844	(172)	(437)	1 101	(383)	(114)	(13 137)	(2 046)	(14 048)
Diferenças câmbio	(137)	(860)	(2 842)	(18)	(1 758)	(737)	(2)	(473)	-	(6 827)
Saldo final	330 822	844 036	3 233 852	14 257	31 837	115 136	159 006	16 813	68 265	4 814 022
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	878	422 552	2 035 884	13 146	19 311	104 142	70 608	1	-	2 666 522
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	-	40 787	722	98	-	1 373	968	-	-	43 949
Adições	175	21 706	125 350	595	1 866	3 709	7 415	-	-	160 816
Alienações	-	(5)	(640)	(31)	(15)	(1)	(2)	-	-	(694)
Outras transferências/ abates	-	(35)	(5 984)	(425)	(19)	(1 894)	(246)	-	-	(8 603)
Diferenças câmbio	-	(263)	(2 477)	(16)	(949)	(673)	(2)	-	-	(4 380)
Saldo final	1 053	484 742	2 152 854	13 367	20 194	106 657	78 741	1	-	2 857 610
Perdas de Imparidade Acumuladas										
Saldo inicial	25 356	12 282	-	-	-	-	3 560	-	-	41 198
Perdas Imparidade reconhecidas	1 135	6 407	-	-	-	-	-	386	-	7 928
Perdas Imparidade revertidas	(5 168)	-	-	-	-	-	(2 470)	-	-	(7 638)
Alienações	(50)	-	-	-	-	-	-	-	-	(50)
Saldo final	21 273	18 689	-	-	-	-	1 090	386	-	41 438
Valor Líquido	308 496	340 604	1 080 997	890	11 643	8 479	79 175	16 426	68 265	1 914 974

Os Terrenos e edifícios (valores líquidos) a 30 de junho de 2014 incluem na sua maioria:

- 235 milhões de euros (31DEZ13: 237 milhões de euros) relativos a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP;
- 146 milhões de euros (31DEZ13: 148 milhões de euros) relativos essencialmente aos terrenos e edifícios do reduto TAP no aeroporto de Lisboa;
- 119 milhões de euros (31DEZ13: 148 milhões de euros) relativos às diversas tipologias de edificações afetas ao exercício da atividade dos mercados abastecedores do Grupo SIMAB (pavilhões hortofrutícolas, armazéns, entrepostos e outros); e
- 62 milhões de euros (31DEZ13: 59 milhões de euros) relativos ao Grupo Baía do Tejo.

O Equipamento básico (valores líquidos) a 30 de junho de 2014 inclui na sua maioria:

- 492 milhões de euros (31DEZ13: 534 milhões de euros) de equipamento de voo, dos quais 408 milhões de euros (31DEZ13: 450 milhões de euros) em regime de locação financeira provenientes do Grupo TAP;
- 512 milhões de euros (31DEZ13: 522 milhões de euros) respeitante a equipamento de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP; e
- 21 milhões de euros (31DEZ13: 21 milhões de euros) de máquinas e aparelhagem diversa provenientes do Grupo TAP.

O aumento da rubrica Equipamento básico refere-se essencialmente às aquisições, pelo Grupo TAP, de reatores, sobressalentes e modificações nos montantes de 1 487 milhares de euros, 1 846 milhares de euros e 2 219 milhares de euros, respetivamente.

As alienações da rubrica de Equipamento básico são provenientes na sua maioria do Grupo TAP, com 1 865 milhares de euros.

As transferências e abates da rubrica de Equipamento básico são essencialmente provenientes do Grupo TAP, com 5 175 milhares de euros, relativas a sobressalentes por sucata e outros equipamentos diversos de manutenção.

O montante de Equipamento de transporte (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo AdP, com 311 milhares de euros (31DEZ13: 408 milhares de euros) e do Grupo TAP, com 245 milhares de euros (31DEZ13: 272 milhares de euros).

O montante de Ferramentas e utensílios (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo TAP, com 11,7 milhões de euros (31DEZ13: 11,6 milhões de euros).

O montante de Equipamento administrativo (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo TAP com 3,2 milhões de euros (31DEZ13: 3,3 milhões de euros) e do Grupo AdP, com 2,5 milhões de euros (31DEZ13: 2,6 milhões de euros).

A rubrica de Outras imobilizações corpóreas (valores líquidos) inclui essencialmente: (i) 61,1 milhões de euros (31DEZ13: 63,6 milhões de euros) de material circulante em operação no Eixo Ferroviário Norte-Sul respeitante à SAGESECUR; (ii) 8,7 milhões de euros (31DEZ13: 8,7 milhões de euros) referentes à INCM; (iii) 2,4 milhões de euros (31DEZ13: 3,2 milhões de euros) do Grupo TAP; e (iv) 1,7 milhões de euros (31DEZ13: 2,1 milhões de euros) do Grupo AdP.

Na rubrica de Imobilizações em curso salienta-se as adições realizadas pelo Grupo AdP no montante de 6,3 milhões de euros e a redução por via de transferência para equipamento básico do montante de 1,7 milhões de euros.

A rubrica de Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas (valores líquidos) refere-se a:

- adiantamentos efetuados pelo Grupo Baía do Tejo no montante de 56,8 milhões de euros (31DEZ13: 56,8 milhões de euros), relacionados com o valor do contrato promessa de compra e venda celebrado entre o Grupo Baía do Tejo com o Estado Português para a aquisição dos imóveis do complexo da Margueira;
- adiantamentos efetuados pelo Grupo TAP no montante de 7 milhões de euros (31DEZ13: 6,9 milhões de euros), relacionados com a aquisição futura de aeronaves; e
- adiantamentos efetuados pela Lazer e Floresta no montante de 4,5 milhões de euros (31DEZ13: 4,6 milhões de euros), relacionados com a aquisição de propriedades, aguardando-se a efetivação da escritura.

O saldo inicial das perdas por imparidade acumuladas está maioritariamente relacionado com ativos da Companhia das Lezírias, Circuito do Estoril, SAGESECUR e Lazer e Floresta.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda no primeiro semestre de 2014 no valor líquido de 311 milhares de euros correspondem ao saldo a 1 de janeiro de 2014 do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), o qual passou a estar incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21 onde são apresentados os saldos a 30 de junho de 2014.

6 - Propriedades de investimento

Propriedades de investimento	30-Jun-14		31-Dez-13	
	Ao justo valor	Ao custo	Ao justo valor	Ao custo
Saldo inicial	544 860	973	439 767	1 069
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	-	-	1 148	-
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos	(2)	-	9 100	-
Aumentos - aquisições	4 153	-	1 149	-
Alienações	(1 829)	-	-	-
Transferências para e de inventários e propriedade ocupada pelo dono	-	-	91 431	-
Transferências para ativos tangíveis	-	-	318	-
Depreciações	-	(64)	-	(96)
Transferência de/ para Detidos para venda	-	-	2 002	-
Outras variações	-	-	(53)	-
Saldo final	547 183	909	544 860	973
Total		548 092		545 833

Propriedades de investimento (por nível da hierarquia do justo valor)	30-Jun-14	31-Dez-13
Nível 1 (preços cotados)	-	-
Nível 2 (outras fontes que não preços cotados, mas que sejam observáveis)	2 035	3 864
Nível 3 (fontes que não tenham por base o mercado observável)	545 148	540 996
	547 183	544 860

As Propriedades de investimento respeitam às seguintes entidades:

Propriedades de Investimento por entidade	30-Jun-14	31-Dez-13
Grupo SAGESTAMO	278 377	274 800
Grupo Baía do Tejo	128 585	128 009
Companhia das Lezírias	63 233	63 234
Fundo IIF Estamo	31 854	31 854
Lazer e Floresta	38 639	38 639
Grupo TAP	2 035	3 864
Grupo AdP	909	973
SIMAB	4 460	4 460
Total	548 092	545 833

O principal critério usado para distinguir Propriedades de investimento de Propriedades detidas para venda no curso ordinário dos negócios provém do arrendamento.

O aumento do ano refere-se essencialmente a aquisições do Grupo SAGESTAMO no montante de 3,6 milhões de euros e do Grupo Baía do Tejo no montante de 0,6 milhões de euros.

Os métodos significativos aplicados na determinação do justo valor de Propriedades de investimentos são descritos de seguida:

- Método de Comparação de Mercado – Consiste em relacionar o valor de um imóvel com os dados de mercado relativos às transações recentes de propriedades na mesma área de localização cujas características sejam comparáveis ou semelhantes.
- Método do Custo – Considera-se o somatório dos gastos necessários para reproduzir uma propriedade com as mesmas características da avaliada, de acordo com os preços vigentes no mercado.
- Método do Rendimento – Considera-se que o valor do imóvel é equivalente ao investimento necessário para obter o rendimento real gerado pela exploração do negócio, sendo calculado através do desconto desse rendimento por uma taxa *yield* (binómio risco/rendimento associado ao investimento) adequada às características do imóvel e ao nível de risco do investimento imobiliário. É um método indireto, comum na aferição do valor de mercado de ativos suscetíveis de gerar rendimento em função da utilização para a qual estarão mais vocacionados.
- Método do Valor Residual – Baseia-se no princípio da máxima e melhor utilização de um terreno urbano, segundo as premissas aprovadas pelas entidades com jurisdição sobre o imóvel e considerando que o mesmo se encontra expectante, isto é, livre de construções, salvaguardas e compromissos urbanísticos de carácter público. O valor do solo urbano determina-se deduzindo ao conjunto das receitas potencialmente geradas pelo empreendimento (apuradas através do Método de Comparação de Mercado e/ou do Rendimento), os gastos necessários à execução física do

edificado, infraestruturas e obras de urbanização, bem como os gastos indiretos afetos, como projetos, taxas, encargos de gestão, fiscalização, promoção e comercialização (obtidos através do Método do Custo). Tendo em atenção o carácter temporal de desenvolvimento do empreendimento o estudo da rentabilidade global decorre de uma análise de fluxos de caixa (*cash flow*), sendo utilizada uma taxa de atualização correspondente à rentabilidade mínima exigida pelo investidor/promotor.

Os principais pressupostos assumidos na utilização do Método do Valor Residual e do Método do Rendimento são os seguintes:

Taxas de atualização por método/Subsidiária	Método do Rendimento	Método do Valor Residual
Grupo SAGESTAMO	Entre 6,5% e 9,75%	Entre 8% e 11%
Grupo Baía do Tejo	Entre 7% a 11%	n.a.
Companhia das Lezírias	5,25%	15%
Fundo IIF Estamo	n.a.	10%
Lazer e Floresta	5,25%	n.a.

7 - Goodwill

Goodwill	1º semestre 2014				2013			
	Saldo inicial	Transferência para Detidos para venda	Outras variações	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Outras variações	Saldo final
Manutenção e Engenharia Brasil	129 940	-	3 289	133 229	137 796	-	(7 856)	129 940
Transporte Aereo	63 099	-	-	63 099	63 099	-	-	63 099
AdP	95 005	-	-	95 005	95 005	-	-	95 005
Valorsul	3 307	(3 307)	-	-	3 307	-	-	3 307
Algar	130	(130)	-	-	130	-	-	130
Aquasis	210	-	-	210	210	-	-	210
Baía do Tejo	91	-	-	91	91	-	-	91
Simab	5 749	-	-	5 749	0	5 749	-	5 749
	297 530	(3 437)	3 289	297 382	299 638	5 749	(7 856)	297 530

As outras variações no montante de 3 289 milhares de euros (31DEZ13: 7 856 milhares de euros) respeitam à variação cambial do *goodwill* da Manutenção e Engenharia Brasil que se encontra denominado em Reais (124 880 960 Reais).

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda no primeiro semestre de 2014 no valor de 3 437 milhares de euros correspondem ao saldo a 1 de janeiro de 2014 do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), o qual passou a estar incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21 onde são apresentados os saldos a 30 de junho de 2014.

Para efeitos de teste de imparidade, o valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) foi determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os testes de imparidade são efetuados numa base anual, tendo os mesmos sido efetuados com referência a 31 de dezembro de 2013 e não tendo ocorrido desenvolvimentos significativos no valor recuperável das UGCs durante o primeiro semestre de 2014.

8 - Ativos intangíveis

Ativos intangíveis (valores líquidos)	30-Jun-14			31-Dez-13		
	Outros Ativos fixos intangíveis		Total	Outros Ativos fixos intangíveis		Total
	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita		Com vida útil indefinida	Com vida útil finita	
Saldo inicial	3	4 688 572	4 688 575	3	4 722 245	4 722 248
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	-	-	-	-	847	847
Transferência para Detidos para Venda	-	(682 443)	(682 443)	-	-	-
Adições	-	63 125	63 125	-	155 947	155 947
Alienações (sinal -)	-	(872)	(872)	-	-	-
Outras transferências/ abates	-	1 493	1 493	-	(32 416)	(32 416)
Amortizações	(3)	(64 071)	(64 074)	-	(158 052)	(158 052)
Diferenças Câmbio (sinal + ou -)	-	5	5	-	-	-
Saldo final	-	4 005 808	4 005 808	3	4 688 572	4 688 575

Os ativos intangíveis advêm essencialmente do Grupo AdP num montante de 4 mil milhões de euros (31DEZ13: 4,7 mil milhões de euros). Estes ativos intangíveis correspondem maioritariamente a direitos de utilização de infraestruturas (IFRIC 12) da unidade de negócio UNA-PD (unidade de negócios de produção e depuração de água).

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda no primeiro semestre de 2014 no valor 682 443 milhares de euros correspondem ao saldo a 1 de janeiro de 2014 do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), o qual passou a estar incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21 onde são apresentados os saldos a 30 de junho de 2014.

As adições (63,1 milhões de euros), as outras transferências / abates (1,5 milhões de euros) e as amortizações (64,1 milhões de euros) advêm essencialmente do Grupo AdP. A unidade de negócio que mais contribuiu para este volume de investimentos foi a UNA-PD.

No período findo em 30 de junho de 2014, à semelhança do ano anterior, verifica-se uma redução significativa do nível de investimentos efetuados pelas empresas do Grupo AdP, face aos anos anteriores. Esta redução deve-se aos condicionantes económicos, financeiros e regulatórios atuais.

9 - Ativos biológicos

1º semestre 2014							
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	9 577	-	-	-	-	-	9 577
Eucaliptal	7 281	-	-	(43)	-	-	7 238
Bovinos reprodutores	659	-	(16)	(21)	-	-	622
	17 517	-	(16)	(64)	-	-	17 437
Ativos - mensurados ao custo							
Olival	361	-	-	-	(8)	-	353
Vinha	661	162	-	-	(26)	-	797
Outros	26	-	-	-	(2)	-	24
	1 048	162	-	-	(35)	-	1 174
Total	18 564	162	(16)	(64)	(35)	-	18 611

2013							
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	9 333	-	281	(37)	-	-	9 577
Eucaliptal	6 431	-	1 245	(395)	-	-	7 281
Bovinos reprodutores	736	-	(77)	-	-	-	659
	16 500	-	1 449	(432)	-	-	17 517
Ativos - mensurados ao custo							
Olival	381	-	-	-	(8)	(12)	361
Vinha	713	-	-	-	(51)	-	661
Outros	20	8	-	-	(2)	-	26
	1 114	8	-	-	(62)	(12)	1 048
Total	17 613	8	1 449	(432)	(62)	(12)	18 564

1º semestre 2014							
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	0	-	-	-	-	-	0
Eucaliptal	2 000	-	-	-	-	-	2 000
Bovinos reprodutores	797	31	(42)	-	-	-	786
Total	2 797	31	(42)	-	-	-	2 786

2013							
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	0	-	-	-	-	-	0
Eucaliptal	2 000	-	-	-	-	-	2 000
Bovinos reprodutores	849	-	(52)	-	-	-	797
Total	2 849	-	(52)	-	-	-	2 797

Os principais ativos biológicos são a floresta (sobretudo pinhal, eucaliptal e montado de sobro), o olival, a vinha e ainda os bovinos reprodutores.

A floresta, com exceção do montado de sobro, encontra-se registada ao justo valor calculado através do método do valor atual dos fluxos de caixa descontados, conforme previsto na IAS 41. A área afeta é: (i) de Pinheiro e outras resinosas, 3 434 hectares (3 434 hectares em 31DEZ13); (ii) de Eucalipto, 5 434 hectares (5 669 hectares em 31DEZ13) e (iii) de Sobreiros, 8 287 hectares (8 287 hectares em 31DEZ13).

Em virtude do montado de sobro ser um ativo sujeito a regime condicionante, o ativo montado de sobro encontra-se classificado como um ativo fixo tangível.

Os Ativos biológicos olival e vinha encontram-se também valorizados ao custo depreciado (considerando uma vida útil de 20 e 25 anos, respetivamente), dado não ser possível estimar com fiabilidade o respetivo justo valor.

No que diz respeito aos animais de trabalho e bovinos reprodutores estes encontram-se valorizados ao justo valor.

O justo valor dos Ativos biológicos foi determinado por avaliadores independentes, adotando indicadores físicos, temporais e valorimétricos relevantes para os tipos de ativos. Para o apuramento do justo valor, foi utilizado o método dos fluxos de caixa descontados e uma taxa de atualização de 5,25%.

10 - Participações financeiras em associadas

Participações financeiras em associadas	1º semestre 2014						
	Saldo inicial	Adições	Movimentos de equivalência patrimonial	Transferência para "Ativos disponíveis para venda"	Perdas imparidade revertidas	Outras transferências	Saldo final
Parcaixa, SGPS, SA	465 723	-	2 450	-	-	-	468 173
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	5 814	-	(29)	-	29	-	5 814
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	62	-	-	-	-	-	62
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	256	-	-	-	-	-	256
ORIVÁRZEA, S.A.	1 776	-	-	-	-	-	1 776
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	10 799	-	349	(11 148)	-	-	-
Águas de Timor	5	-	-	-	-	(5)	-
Mieses	232	-	-	-	-	(24)	208
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	-	-	1
Trevoeste	-	30	-	-	-	-	30
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	1 150	-	1 917	-	-	-	3 067
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	-	-	4
	485 821	30	4 688	(11 148)	29	(29)	479 391

Participações financeiras em associadas	2013							
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Movimentos de equivalência patrimonial	Perdas imparidade reconhecidas	Perdas Imparidade revertidas	Outras transferências	Saldo final
Parcaixa, SGPS, SA	452 166	-	-	13 557	-	-	-	465 723
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	5 902	-	-	-	(88)	-	-	5 814
Credip - Instituição Financeira de Crédito	2 359	-	(2 359)	-	-	-	-	-
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	64	-	-	(2)	-	-	-	62
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	642	-	-	(150)	-	-	(236)	256
ORIVÁRZEA, S.A.	1 621	-	-	155	-	-	-	1 776
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	5 890	-	-	(110)	-	5 018	-	10 799
Águas de Timor	5	-	-	-	-	-	-	5
Mieses	209	23	-	-	-	-	-	232
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	-	-	-	1
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	-	1 255	-	(105)	-	-	-	1 150
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	-	-	-	4
	468 863	1 278	(2 359)	13 346	(88)	5 018	(236)	485 821

Em 23 de abril de 2014, por atribuição de direitos de voto às ações preferenciais da INAPA, as 49 084 738 ações detidas pela PARPÚBLICA passaram a representar 10,88% dos direitos de voto (em 31DEZ13: 32,72%), deixando a PARPÚBLICA de deter influência significativa nesta participação.

Não obstante, foi aplicado o método da equivalência patrimonial até à perda de influência significativa (com base nas demonstrações financeiras da INAPA do 1º trimestre), tendo esta participação da

PARPÚBLICA na INAPA sido remensurada para o justo valor, apurado pela cotação bolsista de 23 de abril de 2014.

Subsequentemente (a 30 de junho de 2014) as ações da INAPA, estão mensuradas pelo justo valor com as alterações reconhecidas em outro rendimento integral. Para o efeito, a cotação considerada foi de 0,21 euros/ação, resultando em 10 308 milhares de euros (vide nota 11).

11 - Outras participações financeiras

Outras participações financeiras	30-Jun-14	31-Dez-13
Valorizadas ao justo valor		
GALP	779 641	694 277
INAPA	10 308	-
Portugal Telecom e ZON Multimédia	2 686	3 142
REN	-	118 326
Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.	2 000	2 000
Outros	21	20
	794 656	817 765
Valorizadas ao custo		
Soc. Parque Industrial de Vendas Novas	36	36
P.I.S.	3	3
Outros	67	67
	106	106
	794 762	817 871

Das principais variações verificadas no primeiro semestre de 2014, destacam-se:

- Acréscimo de 85 358 milhares de euros em função da variação positiva do justo valor das ações da GALP que estão subjacentes à opção do empréstimo obrigacionista (vide nota 45);
- Reclassificação da participação da INAPA e valorização ao justo valor a 30 de junho de 2014, no montante de 10 308 milhares de euros (vide notas 10 e 22);
- Alienação das ações (participação remanescente de 9,9%) da REN, decorrente da 2.ª fase de reprivatização, que gerou uma receita de 141 669 milhares de euros e o reconhecimento de uma menos valia no montante de 20 376 milhares de euros (vide nota 35), que inclui: (i) 17 399 milhares de euros da reclassificação em resultados de variações de justo valor registadas até ao momento da venda em Outro rendimento integral (variação de 2014: 23 369 milhares de euros e variação até 2013: 40 768 milhares de euros negativos); e (ii) as despesas com o processo de reprivatização.

A estimativa utilizada para o cálculo do justo valor das Participações financeiras foi baseada nas referências de mercado (sempre que disponível cotação desses ativos), em transações recentes ou em avaliações técnicas.

12 - Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros	30-Jun-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados				
Detido para negociação				
Unidades de Participação - Fundo Imopoupança e Fundiestamo I	7 055	-	6 459	-
Detidos até à maturidade	-	6 165	-	6 158
Empréstimos correntes e contas a receber				
Adiantamentos relativos a privatizações	-	4 215 562	-	4 215 417
Fundo de renovação	-	-	-	2 678
Fundo de reconstituição	-	97 139	-	123 316
Outros	-	2 736	-	2 803
Disponíveis para venda				
Adiantamentos por conta de investimentos	-	-	-	34
Outros	25	9	36	9
	7 080	4 321 611	6 495	4 350 415

A rubrica de Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados – ativo corrente, corresponde a unidades de participação detidas pela SAGESECUR no Fundo Fundiestamo I com 6 563 unidades de participação (31DEZ13: 6 008 unidades de participação) e no Fundo Imopoupança com 1 970 unidades de participação (31DEZ13: 1 970 unidades de participação), no montante global de 7 055 milhares de euros (31DEZ13: 6 459 milhares de euros).

O valor constante em Outros ativos financeiros – detidos até à maturidade, no montante de 6 165 milhares de euros (31DEZ13: 6 158 milhares de euros), refere-se essencialmente a obrigações do tesouro detidas pela INCM no montante de 5 679 milhares de euros.

A quantia de 4 216 milhões de euros respeita essencialmente a Adiantamentos relativos a privatizações no montante de 4 203 milhões de euros (31DEZ13: 4 203 milhões de euros), de entregas de receitas de reprivatizações do Estado por força da Lei n.º 11/90, de 14 de abril, a compensar nos termos do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, e a quantias não compensadas pelo Estado em resultado da intervenção da PARPÚBLICA na liquidação da ex-IPE.

Os Fundos de renovação e reconstituição são constituídos ao abrigo dos contratos de concessão e correspondem a aplicações financeiras de médio e longo prazo.

O montante de 2 736 milhares de euros da rubrica Outros empréstimos correntes e contas a receber são provenientes do Grupo TAP com 2 032 milhares de euros (31DEZ13: 2 220 milhares de euros) e do Grupo AdP com 704 milhares de euros (31DEZ13: 583 milhares de euros).

13 - Ativos e Passivos por impostos diferidos

Impostos diferidos	1º semestre 2014					2013				
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Transferência para Detidos para venda	Saldo final	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Transferência de Detidos para venda	Saldo final
Ativos por impostos diferidos										
Prejuízos fiscais reportáveis	44 594	(3 380)	-	-	41 214	43 559	1 084	(49)	-	44 594
Responsabilidades com benefícios de reforma	27 803	(266)	97	-	27 634	30 359	(3 336)	(180)	960	27 803
Perdas de imparidade em inventários	11 147	(286)	-	-	10 861	10 077	1 070	-	-	11 147
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	6 034	-	-	-	6 034	7 588	(1 563)	9	-	6 034
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	5 990	(25)	(833)	-	5 131	5 651	355	(16)	-	5 990
Outros	272 764	4 346	24	(87 201)	189 933	259 750	12 751	263	-	272 764
	368 332	388	(712)	(87 201)	280 807	356 985	10 361	26	960	368 332
Passivos por impostos diferidos										
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	71 982	-	39	-	72 020	74 520	(1 601)	(937)	-	71 982
Reinvestimento de valores de realização	56	-	-	-	56	92	(36)	-	-	56
Outros	310 576	(2 037)	(429)	(42 178)	265 933	320 441	(14 427)	4 562	-	310 576
	382 613	(2 037)	(390)	(42 178)	338 009	395 053	(16 064)	3 625	-	382 613

Os Ativos por impostos diferidos incluem 41,2 milhões de euros (31DEZ13: 44,6 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis, provenientes na sua maioria do Grupo SAGESTAMO com 31 milhões de euros (31DEZ13: 34,4 milhões de euros), do Grupo TAP com 5,2 milhões de euros (31DEZ13: 5,2 milhões de euros) e do Grupo AdP com 4,4 milhões de euros (31DEZ13: 4,4 milhões de euros).

A variação ocorrida com efeitos em resultados nos prejuízos fiscais reportáveis em ativos por impostos diferidos, no montante positivo de 3,38 milhões de euros negativos, provém do Grupo SAGESTAMO.

Os Ativos por impostos diferidos incluem 27,6 milhões de euros (31DEZ13: 27,8 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de responsabilidades com benefícios de reforma não aceites fiscalmente, sendo que as variações do período provêm do Grupo TAP.

A variação ocorrida nos ativos por impostos diferidos por via de perdas de imparidade em inventários, no montante de 286 milhares de euros, advém na sua totalidade do Grupo TAP, grupo que tem 8,2 milhões de euros (31DEZ13: 8,5 milhões de euros) de ativos por impostos diferidos de perdas por imparidade acumuladas em inventários.

Os Ativos por impostos diferidos incluem 5,1 milhões de euros (31DEZ13: 6,0 milhões de euros) relativos a Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente, sendo a variação negativa com efeitos no capital próprio no montante de 0,8 milhões de euros, proveniente do Grupo AdP, decorrente do reconhecimento de impostos diferidos relacionados com desvios tarifários, e com os acréscimos de gastos de investimento contratual.

Os Ajustamentos de transição e variações de justo valor passivos no montante de 72 milhões de euros, respeita a reavaliações realizados aquando da transição para as IFRS, sendo 23,5 milhões de euros do Grupo TAP, 20,8 milhões de euros do Grupo Baía do Tejo, 15,6 milhões de euros da Companhia das Lezírias, 6,2 milhões de euros da Lazer e Floresta, 3,6 milhões de euros da INCM e 2,3 milhões de euros do Grupo SAGESTAMO.

Os Outros ativos e Outros passivos por impostos diferidos, respetivamente de 189,9 milhões de euros (31DEZ13: 272,8 milhões de euros) e 265,9 milhões de euros (31DEZ13: 310,6 milhões de euros), são provenientes na sua quase totalidade do Grupo AdP, com 170,8 milhões de euros em ativo não corrente (31DEZ13: 253,1 milhões de euros) e 261,2 milhões de euros em passivo não corrente (31DEZ13: 305,2 milhões de euros), respeitando à aplicação da IFRIC 12 no Grupo AdP, onde existem diferenças temporárias significativas, entre as amortizações contabilísticas e fiscais, e com impacto equivalente nos impostos diferidos associados aos subsídios ao investimento. Também nesta rubrica, se encontram registados os impostos diferidos ativos e passivos dos desvios tarifários.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda no primeiro semestre de 2014 correspondem ao saldo a 1 de janeiro de 2014 do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), o qual passou a estar incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21 onde são apresentados os saldos a 30 de junho de 2014.

O cálculo dos impostos diferidos ativos e passivos, foi ajustado de acordo com a alteração da taxa de imposto sobre o rendimento refletida na Lei nº2/2014, de 16 de janeiro, a qual se reduz de 25% para 23%, cujos valores estão refletidos nas linhas de IRC e colunas de correções.

14 - Clientes

Clientes	30-Jun-14	31-Dez-13
Clientes c/c	785 682	729 762
Clientes de cobrança duvidosa	58 743	57 563
"Água em contador" por facturar	39 275	25 669
Outros	16	6
Perdas de imparidade acumuladas	(83 958)	(78 900)
	799 758	734 100

A rubrica de Clientes c/c inclui dívidas provenientes de:

- Clientes do Grupo AdP no montante de 441,3 milhões de euros (31DEZ13: 420 milhões de euros), dos quais 381,7 milhões de euros (31DEZ13: 383,2 milhões de euros) estão relacionados com dívidas de municípios;
- Clientes do Grupo TAP com um montante total de 257,2 milhões de euros (31DEZ13: 228,8 milhões de euros), que correspondem essencialmente a saldos ativos com entidades privadas no montante de 112,0 milhões de euros (31DEZ13: 91,7 milhões de euros), com agências de viagem no montante de 94,3 milhões de euros (31DEZ13: 91,7 milhões de euros) e com companhias de aviação no montante de 40,2 milhões de euros (31DEZ13: 29,7 milhões de euros);
- Clientes do Grupo SAGESTAMO com um montante total de 78,7 milhões de euros (31DEZ13: 68,5 milhões de euros), respeitando essencialmente a arrendamentos a entidades do Estado Português.

O saldo de Clientes de cobrança duvidosa advém essencialmente do Grupo TAP com o montante de 38,0 milhões de euros (31DEZ13: 36,7 milhões de euros) e do Grupo AdP com o montante global de 18,2 milhões de euros (31DEZ13: 18,4 milhões de euros).

A água em contador por faturar corresponde à estimativa de água a 30 de junho de 2014 que só será faturada após essa data.

A evolução das Perdas por imparidade dos saldos de clientes apresenta-se na nota 42.

15 - Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores	Correntes	
	30-Jun-14	31-Dez-13
Adiantamentos a fornecedores		
Conta corrente	20 962	16 315
De imobilizado	1 166	2 013
	22 128	18 328

O saldo da rubrica Adiantamentos a fornecedores em 30 de junho de 2014 corresponde na sua maioria ao Grupo TAP com 14,6 milhões de euros (31DEZ13: 8,9 milhões de euros) e ao Grupo AdP com 7,5 milhões de euros (31DEZ13: 9,4 milhões de euros).

16 - Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	30-Jun-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Ativo				
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento a receber	34 289	-	37 148	-
Outros	22 650	-	24 720	-
	56 938	-	61 868	-
Passivo				
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento a pagar	37 746	-	16 234	-
Outros	48 932	63 399	63 527	59 898
	86 677	63 399	79 761	59 898

O Imposto sobre o rendimento a receber é proveniente na sua maioria da PARPÚBLICA com o montante global de 26,4 milhões de euros (31DEZ13: 23,8 milhões de euros), que provém, fundamentalmente, de retenções na fonte efetuadas por terceiros relativas a rendimentos com dividendos, juros obtidos e swaps.

A rubrica Outros – ativo corrente inclui na sua maioria: (i) 13,2 milhões de euros (31DEZ13: 14,3 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP, dos quais 2,1 milhões de euros (31DEZ13: 4,2 milhões de euros) são referentes a indemnizações compensatórias e 5,1 milhões de euros (31DEZ13: 5,6 milhões de euros) são relativos a IVA a recuperar; e (ii) 7,6 milhões de euros (31DEZ13: 8,8 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, que correspondem na sua maioria a IVA a recuperar.

O montante registado na rubrica Outros – passivo corrente inclui na sua maioria:

- 29,5 milhões de euros (31DEZ13: 27,1 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP, dos quais: (i) 7,3 milhões de euros (31DEZ13: 7,0 milhões de euros) de dívidas ao Estado Brasileiro referentes ao processo REFIS; (ii) 9,6 milhões de euros (31DEZ13: 8,9 milhões de euros) de dívidas à Segurança Social; e (iii) 8,8 milhões de euros (31DEZ13: 8,3 milhões de euros) de dívidas de IRS.

- 14,8 milhões de euros (31DEZ13: 30,4 milhões de euros) relativos ao Grupo AdP, dos quais 7,2 milhões de euros referentes às Taxas de Recursos Hídricos e de Gestão de Resíduos (31DEZ13: 22,7 milhões de euros). Esta variação está relacionada com a Transferências para detidos para venda no primeiro semestre de 2014 da participação detida pelo Grupo AdP, no capital da EGF a qual passou a estar incluída num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

O montante registado na rubrica Outros – passivo não corrente do Grupo TAP, 63,4 milhões de euros (31DEZ13: 59,9 milhões de euros) corresponde a dívidas ao Estado Brasileiro. A TAP Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. aderiu em 2009 ao programa de refinanciamento fiscal, denominado REFIS, pelo que compensou parte dos juros e multas de contingências com imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, tendo reduzido à sua dívida o montante de 49 448 milhares de euros. O Decreto-Lei n.º 258/98, de 17 de agosto, revogou as isenções fiscais de que a TAP S.A. havia vindo a beneficiar, e que tinham sido estabelecidas na base XII anexa ao Decreto-Lei nº 39 188, de 25 de abril de 1953, e nos Decretos-Lei nº 39 673, de 22 de maio de 1954, nº 41 000, de 12 de fevereiro de 1957 e nº 44 373, de 29 de maio de 1962, pelo que deixou de estar isenta do pagamento, ao Estado, de impostos e contribuições.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Grupo PARPÚBLICA entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014.

17 - Outras contas a receber

Outras contas a receber	30-Jun-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Entidades participadas e participantes	6 497	3 700	4 856	3 700
Pessoal	11 234	-	12 145	-
Clientes	-	86 740	-	137 994
Ajustamentos por imparidade de outros devedores	(10 327)	(3 226)	(10 829)	(1 921)
Acréscimos de rendimentos	42 367	-	53 156	-
Subsídios ao investimento a receber	48 254	-	71 543	9 191
Venda de imóveis	10 538	35 515	6 759	47 336
Outros	62 017	103 896	133 441	84 784
	170 579	226 625	271 071	281 084

A rubrica Entidades participadas e participantes – ativo não corrente de 3,7 milhões de euros (31DEZ13: 3,7 milhões de euros) respeita a saldos da TAP com a sua associada SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (prestações acessórias de capital concedidas). O ativo corrente inclui (i) saldos da TAP com a SPdH de 5,1 milhões de euros (31DEZ13: 3,5 milhões de euros em) e (ii) saldos de 1,4 milhões de euros provenientes do Grupo AdP (31DEZ13: 1,4 milhões de euros).

A rubrica de Pessoal – ativo corrente é proveniente na sua maioria do Grupo TAP com o montante global de 10,4 milhões de euros (31DEZ13: 11,5 milhões de euros).

A rubrica de Clientes – ativo não corrente corresponde a saldos com clientes do Grupo AdP resultantes da assinatura de acordos de pagamentos, com 86,7 milhões de euros (31DEZ13: 138 milhões de euros). A variação está relacionada com Transferências para detidos para venda no primeiro semestre de 2014 da participação detida pelo Grupo AdP, no capital da EGF a qual passou a estar incluída num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5.

O valor de 10,3 milhões de euros a 30 de junho de 2014 referente a Ajustamentos por imparidade de outros devedores – ativo corrente é proveniente na sua maioria do Grupo AdP, no montante total de 5,1 milhões de euros (31DEZ13: 5,6 milhões de euros), e do Grupo TAP, no montante total de 4,4 milhões de euros (31DEZ13: 4,4 milhões de euros).

A rubrica de Acréscimos de rendimentos – ativo corrente inclui maioritariamente 16 milhões de euros (31DEZ13: 17,1 milhões de euros) referentes ao Grupo TAP, respeitantes maioritariamente a *hedging* de combustível, trabalhos para companhias de aviação e venda de milhas a passageiros, e 17,7 milhões de euros relativos ao Grupo AdP (31DEZ13: 29,7 milhões de euros).

As rubricas de Subsídios ao investimento a receber, ativo corrente e ativo não corrente, são provenientes do Grupo AdP e estão relacionadas com os subsídios a receber do Fundo de Coesão.

As rubricas de Venda de imóveis, ativo corrente e ativo não corrente, correspondem a quantias devidas à ESTAMO pela venda de imóveis que serão liquidadas em prestações.

A rubrica de Outros em Outras contas a receber – ativo corrente inclui essencialmente:

- 37,7 milhões de euros (31DEZ13: 38,7 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP, dos quais (i) 10,5 milhões de euros (31DEZ13: 12,1 milhões de euros) correspondem maioritariamente a faturação interline, (ii) 12,8 milhões de euros (31DEZ13: 7,9 milhões de euros) que respeitam a devedores diversos provenientes do Brasil e da Itália; e
- 21 milhões de euros (31DEZ13: 37,1 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP.

A rubrica de Outros em Outras contas a receber – ativo não corrente inclui essencialmente:

- 41,2 milhões de euros (31DEZ13: 38,9 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP, dos quais (i) 19,7 milhões de euros (31DEZ13: 17,6 milhões de euros) correspondem a depósitos judiciais no Brasil, (ii) 8,2 milhões de euros (31DEZ13: 8,2 milhões de euros) correspondem a depósitos de garantia no âmbito de contratos de locação operacional para aviões e reatores e (iii) 5,1 milhões de euros (31DEZ13: 4,9 milhões de euros) que respeitam a garantias no âmbito da prestação futura de serviços de manutenção aos aviões da Força Aérea Francesa; e
- 61,7 milhões de euros (31DEZ13: 44,8 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, sendo o principal valor referente ao valor residual a receber no final da concessão, relativos a bens de modernização e expansão. Esta variação resulta na sua maioria de alterações ao volume de investimento existentes nos contratos de concessão iniciais, surgindo em alguns casos investimentos de expansão ou modernização que podem apresentar valor residual no final do prazo da concessão.

18 - Diferimentos

Diferimentos - ativo	30-Jun-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Ativo regulatório - desvio tarifário	-	581 863	-	564 509
Outros gastos diferidos	31 495	-	32 773	-
Excesso de cobertura de responsabilidades pós-emprego	-	-	-	-
	31 495	581 863	32 773	564 509

Diferimentos - passivo	30-Jun-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Passivo regulatório - desvio tarifário	-	62 865	-	132 441
Rendimentos diferidos				
Subsídios relacionados com ativos	1 612	1 658 336	2 024	1 958 935
Outros	5 153	22 958	35 034	23 764
Investimentos contratuais	-	342 077	-	497 244
Outros	93 998	-	57 081	-
	100 764	2 086 236	94 138	2 612 384

As rubricas de Ativo regulatório – desvio tarifário e Passivo regulatório – desvio tarifário, advêm na totalidade do Grupo AdP e detalham-se como se segue:

	ATIVO DIFERIDO		PASSIVO DIFERIDO		Efeito líquido balanço	Efeito em resultados
	Desvio Ativo	Imposto diferido	Desvio Passivo	Imposto diferido		
Produção, Tratamento e Transporte						
Águas do Algarve, S.A.	15 930	-	-	(3 971)	11 959	600
Águas do Centro Alentejo, S.A.	10 394	-	-	(3 971)	6 423	590
Águas do Centro, S.A.	73 186	-	-	(18 223)	54 963	4 329
Águas do Douro e Paiva, S.A.	-	-	(25)	-	-25	(859)
Águas do Mondego, S.A.	10 586	-	-	(2 639)	7 947	(708)
Águas do Norte Alentejano, S.A.	35 471	-	-	(8 841)	26 630	1 706
Águas do Noroeste, S.A.	111 917	-	-	(27 887)	84 030	4 054
Águas do Oeste, S.A.	69 684	-	-	(17 347)	52 337	2 758
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	66 291	-	-	(16 584)	49 707	(2 191)
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	53 730	-	-	(13 407)	40 323	391
Águas Públicas Alentejo, S.A.	-	379	(1 540)	-	379	(570)
Sanest, S.A.	-	6 686	(26 782)	-	6 686	(1 947)
Simarsul, S.A.	42 534	-	-	(10 587)	31 947	3 255
Simdouro, S.A.	8 219	-	-	(2 044)	6 175	694
Simlis, S.A.	14 415	-	-	(3 612)	10 803	(419)
Simria, S.A.	35 387	-	-	(8 824)	26 563	762
Simtejo, S.A.	-	8 609	(34 517)	-	8 609	(2 424)
Total Produção, Tratamento e Transporte	547 744	15 674	(62 865)	(137 937)	425 456	10 021
Distribuição e Recolha						
AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.	34 137	-	-	(8 560)	25 577	2 751
Total Distribuição e Recolha	34 137	-	-	(8 560)	25 577	2 751
Total	581 863	15 674	(62 865)	(145 115)	451 033	12 773

A rubrica de Outros gastos diferidos correntes é proveniente, essencialmente, do Grupo TAP com o montante de 13,8 milhões de euros (31DEZ13: 12,6 milhões de euros) relacionado na sua maioria com (i) comissões pagas a agentes por bilhetes vendidos mas ainda não voados e não caducados até 30 de junho de 2014, (ii) rendas de locação financeira pagas antecipadamente, e (iii) pagamentos antecipados de

seguros e rendas; e do Grupo AdP com o montante de 11 milhões de euros (31DEZ13: 11,5 milhões de euros).

Os Rendimentos diferidos não correntes correspondem na sua quase totalidade a subsídios de investimento registados pelo Grupo AdP, conforme se segue:

Subsídios para investimento – Grupo AdP	30-Jun-14	31-Dez-13
Subsídios ao Investimento – Fundo Coesão	1 384 364	1 663 124
Subsídios ao Investimentos – Outros	8 966	25 734
Integração de património	249 210	254 345
	1 642 540	1 943 203

Fundo de coesão – movimentos do período	30-Jun-14	31-Dez-13
Subsídios ao investimento (ano N-1)	1 663 124	1 643 519
Reconhecimento de direito ao subsídio	20 466	86 198
Reconhecimento de rendimentos	(21 314)	(61 309)
Correções a reconhecimentos	(1 742)	158
Correções a reconhecimentos de direito	(6 620)	(5 442)
Reclassificação para ativos/passivos detidos para venda (saldo a 1JAN14)	(269 550)	0
Subsídios ao investimento (ano N)	1 384 364	1 663 124
Recebimentos no período	40 889	130 776

A rubrica de Rendimentos diferidos – Outros passivos não correntes respeita na totalidade ao Grupo SIMAB, corresponde aos valores de rendimentos a reconhecer, relativos a taxas de acesso pagas pelos operadores (clientes dos mercados abastecedores) no início do contrato de utilização dos espaços. Os valores são reconhecidos em rendimentos do exercício, ao longo do período de vigência dos contratos e nas situações de rescisão contratual é efetuada a integração plena do valor que se encontrava por reconhecer à data da rescisão.

A rubrica de Rendimentos diferidos – Outros passivos correntes inclui:

- 1,8 milhões de euros provenientes de rendas recebidas antecipadamente pela ESTAMO (31DEZ13: 1,6 milhões de euros).
- 1,6 milhões de euros provenientes de rendimentos a reconhecer, relativos a taxas de acesso pagas pelos operadores (clientes dos mercados abastecedores) no início do contrato de utilização dos espaços do Grupo SIMAB (31DEZ13: 2 milhões de euros);

A rubrica de Investimentos contratuais – passivo não corrente refere-se unicamente ao Grupo AdP e detalha-se como se segue:

Investimentos contratuais	30-Jun-14	31-Dez-13
Água – Produção, Tratamento e Transporte	315 674	299 474
Água – Distribuição e Recolha	26 403	23 197
Resíduos Sólidos	-	174 574
	342 077	497 244

A rubrica de Outros diferimentos – passivo corrente é proveniente na sua maioria do Grupo TAP no montante de 76,7 milhares de euros (31DEZ13: 57,1 milhões de euros) que inclui: (i) a faturação provisória de trabalhos de manutenção para companhias de aviação no montante de 53,2 milhões de euros (31DEZ13: 34,1 milhões de euros) e (ii) o justo valor das milhas e pontos atribuídos aos clientes aderentes aos programas de fidelização denominados por TAP Victória, não utilizados nem caducados em 30 de junho de

2014, com expectativa de utilização, no montante de 22,1 milhões de euros (31DEZ13: 21,9 milhões de euros).

19 - Inventários

Inventários	30-Jun-14	31-Dez-13
Mercadorias	836 700	826 573
Produtos acabados e intermédios	7 185	10 218
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	2 222	2 040
Produtos e trabalhos em curso	38 309	22 138
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	168 411	159 353
Adiantamentos por conta de compras	220 264	238 828
Ajustamentos acumulados em inventários	(188 469)	(196 925)
TOTAL	1 084 623	1 062 225

As Mercadorias incluem, essencialmente, o montante de 807,1 milhões de euros de imóveis de propriedade da ESTAMO (31DEZ13: 798,1 milhões de euros), as mercadorias provenientes do Grupo TAP no montante de 15,9 milhões de euros (31DEZ13: 14,8 milhões de euros) e as propriedades da Lazer e Floresta no montante global de 13,0 milhões de euros (31DEZ13: 13 milhões de euros).

Os Produtos acabados e intermédios correspondem na sua maioria a 6,8 milhões de euros referentes à INCM (31DEZ13: 8,8 milhões de euros), dos quais 3,4 milhões de euros relativos a livros diversos (31DEZ13: 3,4 milhões de euros), 2,6 milhões de euros relativos a moeda comemorativa de coleção (31DEZ13: 2,1 milhões de euros) e 0,7 milhões de euros relativos a cartões em PVC (31DEZ13: 1,1 milhões de euros).

A rubrica de Produtos e trabalhos em curso compreende, essencialmente, (i) 16 milhões de euros (31DEZ13: 16 milhões de euros) de projetos de loteamento relacionados com o Grupo Baía do Tejo, dos quais 8,4 milhões de euros (31DEZ13: 8,4 milhões de euros) em projetos em fase de infraestruturização e 6,8 milhões de euros (31DEZ13: 6,8 milhões de euros) em terrenos com infraestruturas; e (ii) 18,7 milhões de euros (31DEZ13: 5,3 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP que correspondem ao valor dos materiais e horas aplicados em obras de manutenção de aeronaves para terceiros que ainda se encontravam em curso a 30 de junho de 2014.

As Matérias-primas, subsidiárias e de consumo incluem essencialmente:

- material técnico, afeto ao Grupo TAP, para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação, no montante de 149 milhões de euros (31DEZ13: 138 milhões de euros);
- moedas e outros bens afetos à INCM, no montante de 12,3 milhões de euros (31DEZ13: 14,3 milhões de euros); e
- reagentes e contadores provenientes do Grupo AdP, no montante global de 6,1 milhões de euros (31DEZ13: 6,1 milhões de euros).

Os Adiantamentos por conta de compras correspondem na sua totalidade a imóveis da ESTAMO.

Os Ajustamentos acumulados em inventários incluem maioritariamente 134,5 milhões de euros (31DEZ13: 139,3 milhões de euros) da ESTAMO e 50,3 milhões de euros (31DEZ13: 49,2 milhões de euros) do Grupo TAP.

20 - Caixa e depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	30-Jun-14	31-Dez-13
Aplicações financeiras	1 720	800
Depósitos a prazo	458 870	519 172
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	414 220	403 034
Numerário	1 513	3 637
Outros	98	-
	876 420	926 643

As disponibilidades apresentadas pelo Grupo PARPÚBLICA correspondem essencialmente a aplicações efetuadas em Depósitos a prazo e Depósitos bancários imediatamente disponibilizáveis, destacando-se os saldos do Grupo TAP com 305,6 milhões de euros (31DEZ13: 270,6 milhões de euros), do Grupo AdP com 271 milhões de euros (31DEZ13: 369,4 milhões de euros), da PARPÚBLICA com 175,1 milhões de euros (31DEZ13: 146 milhões de euros), da INCM com 69,4 milhões de euros (31DEZ13: 67,7 milhões de euros) e do Grupo SAGESTAMO com 22,1 milhões de euros (31DEZ13: 34,7 milhões de euros).

21 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados	30-Jun-14	31-Dez-13
Ativos		
Participações Financeiras		
CTT - Participação financeira	260 887	248 400
EGF - subholding da AdP		
EGF - Ativos intangíveis	681 710	-
EGF - Investimentos financeiros	27 424	-
EGF - Ativos por Impostos diferidos	88 930	-
EGF - Clientes e outros ativos não correntes	26 168	-
EGF - Clientes - correntes	63 331	-
EGF - Outros ativos correntes	14 121	-
EGF - Caixa e seus equivalentes	43 487	-
EGF - Outros ativos	3 299	-
	948 470	-
Terreno MARF - SIMAB	110	110
Terreno MARB - SIMAB	707	707
Total de ativos não correntes detidos para venda	1 210 175	249 217
Passivos		
EGF - subholding da AdP		
EGF - Financiamentos obtidos	183 982	-
EGF - Passivos por Impostos diferidos	40 633	-
EGF - Amortizações de investimento contratual	182 193	-
EGF - Subsídios ao investimento	278 487	-
EGF - Desvio tarifário	77 198	-
EGF - Outros passivos	46 992	-
Total de passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	809 485	-
	400 690	249 217

A 31 de dezembro de 2013, encontrava-se previsto alienar o restante capital dos CTT e os terrenos da MARF e MARB do Grupo SIMAB. A 30 de junho de 2014, espera-se ainda privatizar a totalidade da participação detida pelo Grupo AdP, no capital da Empresa Geral de Fomento.

Pelo Decreto-lei nº 125/2014 de 18 de agosto e comunicado do Conselho de Ministros de 26 de junho de 2014 foi aprovada a privatização da participação remanescente no capital social dos CTT – Correios de Portugal, S.A.. Durante o ano de 2013 foi realizada uma venda parcial, com alienação de 70% do capital do Grupo. Da parte alienada, foram recompradas ações correspondentes a 1,5% já no início de 2014, ao abrigo de uma *put option* prevista no prospeto de privatização.

Considerando que o processo de privatização do capital dos CTT, e em particular os períodos de *lock-up* fixados no prospeto, refletem orientação do Governo, o avanço do programa para privatização da participação remanescente não depende do controlo da PARPÚBLICA, donde se considera a manutenção da classificação desta participação como ativo não corrente detido para venda.

Embora as ações privatizadas dos CTT estejam significativamente dispersas, considerou-se, pela declaração no prospeto da privatização de que a PARPÚBLICA não terá qualquer direito que lhe permita exercer influência dominante, nem o propósito de o fazer, pelo nível de participação de acionistas em assembleias gerais de empresas com ações admitidas a negociação e pelo tempo que se prevê para manutenção de posição acionista da PARPÚBLICA, que esta não exerça controlo de facto, não fazendo vencer as suas propostas unilateralmente e de forma continuada, pelo que a participada é tratada como associada.

No que respeita aos terrenos MARF, encontra-se em processo de venda um lote de imóveis, propriedade da MARF,SA constituído por um prédio urbano e 3 prédios rústicos, situados nas imediações do Mercado e que não se encontram afetos à exploração.

No que respeita aos terrenos da MARB, encontra-se classificado nesta rubrica um terreno não afeto à exploração, consubstanciado em contrato de promessa de compra e venda, cuja alienação estava prevista ocorrer durante o ano de 2013. No entanto, em dezembro de 2013 foi manifestado pelo comprador intenção de resolução do contrato, encontrando-se ainda em negociações.

Através do Decreto-Lei n.º 45/2014, o Governo aprovou o processo de privatização do capital social da participação detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., no capital da Empresa Geral de Fomento. Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2014, de 3 de abril, publicada no Diário da República de 8 de abril, o Governo, nomeadamente, determinou a alienação das ações representativas do capital da Empresa Geral de Fomento, aprovou o caderno de encargos do concurso público de alienação, aprovou os termos do exercício pelos municípios da opção de alienação das respetivas participações sociais no capital das empresas gestoras de sistemas multimunicipais de exploração e gestão das atividades de recolha e tratamento de resíduos sólidos e determinou a abertura do concurso público previsto no n.º 2 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março. No dia 31 de julho de 2014, 4 dos 7 concorrentes convidados à apresentar propostas vinculativas para a aquisição da participação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. no capital social da Empresa Geral de Fomento, efetivaram as suas propostas. Por este motivo, as demonstrações financeiras do período findo em 30 de Junho de 2014 apresentam o Grupo EGF classificado como detido para venda. Na data da emissão do presente relatório e respetivas demonstrações financeiras desconhece-se quer o preço de venda, quer o desfecho final deste processo.

As participações classificadas como ativo não corrente detido para venda são mensuradas pela menor entre a quantia no momento da classificação e a quantia correspondente ao justo valor menos custos de venda.

22 - Capital próprio

O Capital nominal no montante de 2 000 000 milhares de euros é composto por 400 000 000 ações nominativas de 5 euros cada, está parcialmente realizado em 1 027 151 milhares de euros e é detido pelo Estado Português.

A rubrica Reservas legais, reservas não distribuíveis, é composta essencialmente pela reserva legal constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros corresponde essencialmente a: (i) ajustamentos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial previsto na IAS 28; (ii) ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda previstos na IAS 39; e (iii) ajustamentos ao justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de fluxos de caixa, bem como as diferenças de câmbio resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira.

A rubrica resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O outro rendimento integral respeita essencialmente ao reconhecimento de outro rendimento integral de associadas pela aplicação do método de equivalência patrimonial, ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e de remensuração de responsabilidade com benefícios de plano definidos.

A 30 de junho de 2014 o outro rendimento integral incluía também ganhos e perdas de instrumentos de cobertura relativos a *swaps* de cobertura do preço de *jet fuel* e ganhos e perdas com conversão de Balanços expressos em moeda estrangeira (vide notas 2m e 2y).

23 - Interesses que não controlam – Balanço

Interesses que não controlam (balanço)	30-Jun-14	31-Dez-13
Interesses minoritários de capital próprio		
Grupo AdP (exceto EGF - detido para venda)	434 935	499 900
EGF - detido para venda	70 850	-
Cateringpor	3 090	2 650
LFP	2 334	5 858
APIS	90	94
SAGESECUR	6 791	6 782
ECODETRA	888	890
Margueira	468	424
SPE	(1 887)	(1 807)
MARL, SA	2 277	2 036
MARF, SA	(2 201)	(2 181)
MARE, SA	(495)	339
MARB, SA	388	(472)
	517 527	514 512

24 - Provisões

Provisões (balanço)	1º semestre 2014							Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Efeito da passagem do tempo e de alterações na taxa de desconto	Outros movimentos	Transferência para Detidos para venda	
Provisões - não corrente								
Provisão para processos judiciais em curso	18 942	611	(8)	(661)	726	290	(206)	19 693
Processos ambientais	4 415	-	-	-	-	-	-	4 415
Remoção de materiais	499	-	-	-	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	328	-	-	-	-	-	-	328
Provisões para investimentos financeiros	5 733	917	-	-	-	411	-	7 061
Impostos	408	-	-	-	-	-	(29)	379
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	114	-	(16)	-	-	-	-	98
Outras provisões	17 831	1 693	(18)	(883)	93	(130)	(1 882)	16 703
Provisão para contingências laborais	688	-	-	-	-	-	-	688
	48 957	3 221	(42)	(1 544)	819	571	(2 117)	49 865

Provisões (balanço)	2013							Saldo final
	Saldo inicial	Alterações ao perímetro de consolidação	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Efeito da passagem do tempo e de alterações na taxa de desconto	Outros movimentos	
Provisões - não corrente								
Provisão para processos judiciais em curso	24 139	27	2 612	(80)	(6 660)	(1 937)	841	18 942
Processos ambientais	6 112	-	-	(1 697)	-	-	-	4 415
Remoção de materiais	499	-	-	-	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	371	-	-	(43)	-	-	-	328
Provisões para investimentos financeiros	6 794	-	-	-	(706)	-	(355)	5 733
Impostos	409	-	-	(1)	(82)	-	82	408
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	147	-	-	(33)	-	-	-	114
Outras provisões	16 979	-	2 875	(338)	(1 882)	(175)	372	17 831
Provisão para contingências laborais	688	-	-	-	-	-	-	688
	56 137	27	5 487	(2 192)	(9 330)	(2 112)	940	48 957

Processos judiciais em curso

As Provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelas empresas do Grupo PARPÚBLICA e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável. As provisões

existentes em 30 de junho de 2014 incluem essencialmente provisões para diversos processos judiciais intentados contra o Grupo TAP, no país e no estrangeiro, no montante de 17 966 milhares de euros.

Processos ambientais

As Provisões para responsabilidades ambientais e remoção de materiais advêm do Grupo Baía do Tejo e destinam-se a acautelar os encargos que poderão vir a ser suportados com a recuperação ambiental do território que lhe está afeto, incluindo igualmente os gastos com a demolição e desmantelamento de antigas instalações siderúrgicas e remoção de resíduos e escombros, com destino a aterro.

No âmbito do desenvolvimento do projeto de recuperação ambiental encontram-se em desenvolvimento, através de dois Agrupamentos Complementares de Empresas, constituídos entre a Baía do Tejo e a Empresa Geral de Fomento, processos de candidatura a apoios comunitários no âmbito do QREN. Em resultado dos trabalhos desenvolvidos até ao final do 1º semestre de 2014, foi apurado que as responsabilidades a suportar pela Empresa, pelos trabalhos realizados pelos ACE's ascendem a 4 415 milhares de euros.

Provisões para investimentos financeiros

As provisões para investimentos financeiros incluem o montante de 6 563 milhares de euros do Grupo TAP relativos essencialmente à participação na SPdH. Em 2014 o Grupo TAP apropriou perdas com a associada SPdH no montante de 917 milhares de euros, que foram registados na rubrica de ganhos e perdas em associadas. Adicionalmente, a rubrica Outros movimentos, no montante de 411 milhares de euros, corresponde à apropriação das perdas com remensurações dos benefícios pós-emprego da SPdH, que foram registados nos resultados transitados do Grupo. Em 2013 esta rubrica, no montante de 355 milhares de euros negativos, corresponde à apropriação dos ganhos com remensurações dos benefícios pós-emprego da SPdH, que foram registados nos resultados transitados do Grupo.

Em março de 2009, um consórcio de três bancos (BIG, Banif e Banco Invest) transferiu para a TAP S.A. a participação detida na SPdH (50,1%) por 31,6 milhões de euros. Na mesma data, e durante o período de pendência do processo de concentração na Autoridade da Concorrência (“AdC”), a TAP S.A. transferiu o exercício dos seus direitos de voto e supervisão, enquanto acionista maioritária da SPdH, para uma entidade independente do Grupo TAP. A AdC deliberou, em 19 de novembro de 2009, após uma investigação aprofundada, adotar uma decisão de proibição, relativamente à operação de concentração, que consistia na aquisição, pela TAP S.A., do controlo exclusivo da SPdH, mediante a aquisição de uma participação de 50,1% do capital social da SPdH. A AdC, impôs, assim, a obrigação de separação da SPdH mediante a alienação, por parte do Grupo TAP, das ações referentes a, pelo menos, 50,1% do capital social da SPdH. Até à venda, o regulador impôs que a gestão da SPdH fosse efetuada por um mandatário de gestão, que agia em nome da AdC, gerindo a SPdH de forma independente do Grupo TAP.

Em 18 de junho de 2012, foi celebrado um contrato de compra e venda entre, por um lado, a TAP S.A., a TAP SGPS, a Portugália e a SPdH e, por outro, a Urbanos Grupo, SGPS, S.A. para aquisição, por parte desta, de 50,1% do capital da SPdH, o qual produz os seus efeitos a partir de 20 de julho de 2012, data da deliberação da AdC quanto à decisão de não oposição à referida operação. Entretanto, em 17 de outubro de 2012, a Pasogal SGPS, S.A. sucedeu à Urbanos Grupo, SGPS, S.A. em todos os direitos e obrigações que para esta emergiam do referido contrato e Acordo Parassocial.

As licenças de atividade da SPdH para prestação de serviços de handling a terceiros, em Lisboa e no Porto, nas categorias 3 (assistência a bagagem), 4 (assistência a carga e correio) e 5 (assistência de operações em pista), de acesso reservado, tinham data de termo de vigência inicial reportada a 31 de dezembro de 2011.

Considerando que o Instituto Nacional de Aviação Civil (“INAC”) ainda não concluíra, à data, os concursos públicos internacionais para emissão de novas licenças, e conseqüente seleção do segundo prestador de serviços nessas categorias de acesso reservado para os aeroportos de Lisboa e Porto, em que a SPdH era opositora, foi, entretanto, publicado o Decreto-Lei nº 19/2012, de 27 de janeiro.

O referido Decreto-Lei veio permitir a possibilidade de o INAC prorrogar, a título excepcional, as licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala, nas referidas categorias reservadas nos aeroportos de Lisboa e Porto, detidas pela SPdH a 31 de dezembro de 2011, até à data em que os prestadores de serviços de assistência em escala, a selecionar no âmbito dos concursos públicos em curso, iniciassem a sua atividade.

Porém, o INAC já fez saber que, na sequência e em cumprimento de Despacho do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, publicado em 15 de novembro de 2013 na 2ª Série do Diário da República (que alterou as regras dos concursos públicos para prestadores de serviço de handling a terceiros nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro), procedeu ao cancelamento dos concursos públicos em curso e prepara a abertura de novos concursos públicos internacionais de acordo com as novas regras.

Salienta-se que, caso a SPdH não seja selecionada para prestadora dos serviços de handling a terceiros, nos futuros concursos públicos internacionais a abrir pelo INAC, a Pasogal SGPS, S.A. terá o direito de resolver o supra referido contrato de compra e venda.

Outras Provisões

A rubrica de Outras provisões corresponde maioritariamente a provisões do Grupo AdP no montante de 9,9 milhões de euros (31DEZ13: 11,7 milhões de euros), essencialmente para fazer face: (i) às dívidas que se encontram em processo de injunção, (ii) aos gastos com tratamento de lamas das ETAR; (iii) a contingências fiscais.

As outras provisões do Grupo TAP no montante de 3,9 milhões de euros (31DEZ13: 3,3 milhões de euros), incluem 0,8 milhões de euros correspondentes a processos judiciais em que a subsidiária TAP ME Brasil é parte envolvida e 3 milhões de euros de outras provisões relacionadas com as restantes subsidiárias do grupo.

Estão ainda incluídas provisões do Grupo SAGESTAMO no montante de 2,6 milhões de euros (31DEZ13: 2,6 milhões de euros) que visam cobrir a responsabilidade assumida contratualmente, no momento da compra ao Estado, de partilhar com este a mais-valia obtida com a venda de alguns imóveis.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda no primeiro semestre de 2014 correspondem ao saldo a 1 de janeiro de 2014 do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), o qual passou a estar incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21 onde são apresentados os saldos a 30 de junho de 2014.

25 - Financiamentos obtidos

Os empréstimos respeitam essencialmente a obrigações e financiamentos junto de instituições de crédito nacionais e estrangeiras, os quais se encontram mensurados ao custo amortizado.

Financiamentos obtidos	30-Jun-14		31-Dez-13	
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente
Empréstimos por obrigações	864 102	3 238 674	654 323	2 649 598
Empréstimos bancários	747 357	2 493 849	764 523	2 746 137
Passivos por locação financeira	124 881	343 413	99 561	416 560
Papel comercial	-	29 000	875 748	29 000
Descobertos bancários	183 821	-	169 191	-
Outros empréstimos obtidos	316	13 832	822	14 319
Derivados Embutidos	-	69 302	-	13 106
	1 920 476	6 188 069	2 564 167	5 868 721

A segmentação das quantias nominais da dívida por maturidades e tipos de taxa de juro é a seguinte:

Financiamentos obtidos	30-Jun-14	31-Dez-13
Por maturidades		
Até 1 ano	1 905 379	2 558 094
De 1 ano até 2 anos	366 884	648 985
De 2 anos até 3 anos	429 978	457 290
De 3 anos até 4 anos	1 131 965	1 183 118
De 4 anos até 5 anos	946 837	215 904
Superior a 5 anos	3 274 040	3 427 204
	8 055 082	8 490 595
Por tipo de taxa de juro		
Taxa variável		
Expira num ano	1 180 458	1 889 541
Expira entre 1 e 2 anos	127 294	322 828
Expira entre 2 e 3 anos	267 766	292 702
Mais de 3 anos	2 361 480	1 810 104
	3 936 998	4 315 175
Taxa fixa		
Expira num ano	724 920	668 553
Expira entre 1 e 2 anos	239 590	326 156
Expira entre 2 e 3 anos	162 212	164 588
Mais de 3 anos	2 991 361	3 016 123
	4 118 084	4 175 420
	8 055 082	8 490 595

Os Empréstimos por obrigações, contraídos na sua maioria pela PARPÚBLICA, são mensurados pelo custo amortizado e a opção embutida num desses empréstimos está mensurada pelo justo valor (vide nota 45). Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 eram os seguintes:

	30-Jun-14	31-Dez-13
PARPÚBLICA		
Empréstimo de 500,0 milhões de euros emitido em 2004	513 813	504 228
Empréstimo de 500,0 milhões de euros emitido em 2005	513 130	504 242
Empréstimo de 150,0 milhões de euros emitido em 2005	153 156	151 543
Empréstimo de 250,0 milhões de euros emitido em 2006	256 517	251 308
Empréstimo de 885,6 milhões de euros emitido em 2010 *	966 893	884 321
Empréstimo de 150,0 milhões de euros emitido em 2012	150 076	150 060
Empréstimo de 200 milhões de euros emitido em 2013	200 212	200 168
Empréstimo de 170 milhões de euros emitido em 2013	171 552	171 157
Empréstimo de 750 milhões de euros emitido em 2014	746 727	-
Sub-total PARPÚBLICA	3 672 078	2 817 027
Grupo AdP	500 000	500 000
Total	4 172 078	3 317 027

* Tem associada uma opção embutida com justo valor pelo *mark to market* de 69 302 milhares de euros (31DEZ13: 13 106 milhares de euros)

O empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, emitido em outubro de 2004 pelo prazo de 10 anos vence juros a taxa de juro anual fixa de 4,191%. O empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, emitido em setembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros à taxa de juro anual fixa de 3,567%. O empréstimo obrigacionista de 150 milhões de euros, emitido em dezembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros a uma taxa de juro anual variável indexada ao Euro *Mid Swap* a 10 anos. O empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros, emitido em novembro de 2006 pelo prazo de 20 anos vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 4,2%. Estes empréstimos preveem a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações Permutáveis Galp de 885,65 milhões de euros de setembro de 2010 pelo prazo de 7 anos, enquadra-se na 5ª fase de reprivatização do capital social da Galp, nos termos do Decreto-Lei nº 185/2008, de 19 de setembro. Vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 5,25%. Os obrigacionistas têm o direito de optar pelo reembolso das obrigações ao seu valor nominal na maturidade ou antecipadamente em 28 de setembro de 2015 ou pela troca das obrigações pelas ações Galp, que constituem o respetivo ativo subjacente, a partir de 28 de março de 2013. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos. A PARPÚBLICA tem a possibilidade de reembolsar as obrigações, se o valor do ativo subjacente for igual ou superior a 30%, em pelo menos 20 dias úteis durante 30 dias úteis consecutivos, a partir de 13 de outubro de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da

sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade ou da ocorrência de um evento de mudança do controlo da Galp. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão, não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2012-2014 de 150 milhões de euros, em dezembro de 2012 pelo prazo de 2 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Os obrigacionistas podem pedir o reembolso do empréstimo semestralmente, a partir de junho de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão, não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

As Obrigações PARPÚBLICA 2013-2015 de 200 milhões de euros, emitidas em junho de 2013 pelo prazo de 2 anos, vencem juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão, não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 2013-2016 de 170 milhões de euros, em setembro de 2013 pelo prazo de 3 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão, não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2014-2019 de 750 milhões de euros, em junho de 2014 pelo prazo de 5 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar

nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

O financiamento de 599,238 milhões de euros detido pela PARPÚBLICA é um empréstimo bancário sindicado com quatro bancos, no qual a PARPÚBLICA sucedeu ao consórcio ELOS. O financiamento tem uma maturidade de cerca de 30 anos, até 15 de dezembro de 2042, e será amortizado em 57 amortizações iguais, com início em 15 de dezembro de 2014 e final na maturidade. Vence juros a taxa variável, indexada à Euribor a 6 meses. Foi contratado tendo associados 4 *swaps* de taxa variável - taxa fixa, os quais permitem aos bancos a sua conversão em taxa fixa. Um dos Bancos já exerceu esse direito, pelo que presentemente o financiamento vence taxa variável para o montante de 465 069 milhares de euros e vence taxa fixa de 5,91% para o montante de 134 169 milhares de euros, mantendo os restantes 3 *swaps* taxa variável – taxa fixa associados. O justo valor inicial do empréstimo baseado em atualização a taxa de mercado foi de 514 771 milhares de euros donde resultou o reconhecimento de um ganho inicial de 84 467 milhares de euros a reverter ao longo da vida do empréstimo pela mensuração ao custo amortizado. O *mark to market* negativo do conjunto dos três *swaps* existentes foi inicialmente de 133 648 milhares de euros, sendo de 152 937 milhares de euros também negativo em 30 de junho de 2014.

O empréstimo obrigacionista do Grupo AdP encontra-se sujeito a cláusulas de ownership, que refere que eventuais alterações à estrutura acionista da empresa podem conduzir ao vencimento imediato da dívida. Relativamente aos contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento o Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, cross default, pari passu, negative pledge, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda:

- Alterações na estrutura acionista das empresas do Grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de empresas;
- Alterações no património das empresas;
- Alteração/cessação da atividade das empresas;
- Alterações na estrutura acionista da AdP/EGF;
- Operações serem realizadas com aval/garantia da AdP/EGF;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- Alterações no volume de negócios das empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constitui-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

A rubrica Empréstimos bancários – passivo não corrente, no valor de 2 494 milhões de euros (31DEZ13: 2 746 milhões de euros), inclui:

- o montante de 1 752 milhões de euros (31DEZ13: 1 907 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, respeitantes na sua maioria a financiamentos do Banco Europeu de Investimento;
- o montante de 514 milhões de euros (31DEZ13: 518 milhões de euros) referentes a empréstimos obtidos pela PARPÚBLICA em instituições financeiras nacionais e estrangeiras; e
- o montante de 170 milhões de euros (31DEZ13: 261 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP, respeitantes a quatro empréstimos bancários contraídos à taxa fixa e Euribor 3 meses. Estão incluídos 67,9 milhões de euros correspondentes a um passivo gerado no âmbito de uma operação de securitização de créditos futuros, realizada pela TAP S.A. em dezembro de 2006, ao abrigo do Decreto-Lei nº 453/99, de 5 de novembro, na qual o Deutsche Bank atuou como lead manager, tendo os créditos futuros sido adquiridos pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Em 30 de junho de 2014, os Financiamentos obtidos do Grupo EGF, que totalizam 184 milhões de euros, foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

Os passivos por locação financeira detalham-se como se segue:

Passivos por locação financeira	30-Jun-14	31-Dez-13
Locações financeiras		
Dívidas respeitantes a locação financeira		
Terrenos e recursos naturais	-	64
Edifícios e outras construções	17 566	18 500
Equipamento básico	450 513	497 079
Equipamento de transporte	65	307
Outras imobilizações corpóreas	150	170
	468 294	516 121
Futuros pagamentos mínimos		
Até 1 ano	125 001	99 691
De 1 ano até 5 anos	312 533	372 687
Mais de 5 anos	31 394	44 384
	468 928	516 762
Juros		
Até 1 ano	120	130
De 1 ano até 5 anos	351	337
Mais de 5 anos	163	174
	634	641
Valor presente dos pagamentos mínimos		
Até 1 ano	124 881	99 561
De 1 ano até 5 anos	312 182	372 350
Mais de 5 anos	31 231	44 210
	468 294	516 121

Os passivos por locação financeira, correntes e não correntes, respeitam essencialmente ao Grupo TAP, decorrentes de contratos de locação financeira de 11 aviões Airbus A330, 15 aviões Airbus A319, 5 aviões Airbus A320, 2 aviões Airbus A321, 6 aviões Fokker 100, 8 aviões Embraer 145 e de outro imobilizado, como segue:

Passivos por Locação Financeira – Grupo TAP	30-Jun-14	31-Dez-13
Dívidas respeitantes a locação financeira		
Equipamento básico	450 400	496 692
Outras imobilizações corpóreas	150	170
	450 550	496 862

Pagamentos de fundos de capital		
Até 1 ano	123 143	97 285
De 1 ano até 5 anos	305 453	365 445
Mais de 5 anos	21 954	34 132
	450 550	496 862

As responsabilidades de locação operacional do Grupo TAP não se encontram registadas no Balanço. Estes contratos têm durações variáveis que podem ir até aos 9 anos, podendo ser prorrogados por vontade expressa das partes contraentes.

Em 30 de junho de 2014 existiam, em regime de locação operacional, vinte e quatro aeronaves e quatro reatores, que incluem 5 aeronaves, cuja entrada em operação apenas se estima para o segundo semestre de 2014.

Os planos de rendas das locações operacionais detalham-se como segue:

	30-Jun-14	31-Dez-13
Até 1 ano	31 424	49 556
De 1 a 2 anos	62 549	48 656
De 2 a 3 anos	61 006	47 254
De 3 a 4 anos	54 101	40 517
Mais de 4 anos	116 890	66 479
	325 970	252 462

Estes contratos obrigam à constituição de depósitos de garantia que em 30 de junho de 2014 totalizavam 8 164 milhares de euros e em 31 de dezembro de 2013 totalizavam 8 150 milhares de euros. Estes depósitos serão devolvidos ao Grupo TAP, à medida que os aviões são restituídos aos locadores.

26 - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Responsabilidades por benefícios pós-emprego	30-Jun-14	31-Dez-13
Responsabilidade por serviços passados no início do período	115 374	143 001
Custo de juros	2 474	5 316
Custo do serviço corrente	3 090	4 206
Contribuições para fundo de pensões - empregador	(2 328)	(8 207)
Ganhos e perdas atuariais	(417)	(16 845)
Alterações cambiais nos planos mensurados numa moeda diferente	145	(2 998)
Rendimento ativos do fundo	-	(224)
Benefícios pagos	(5 723)	(10 319)
Reconhecimento custo do serviço passado	-	(1 074)
Outros	(529)	2 517
Transferência para Detidos para venda	5 305	-
Responsabilidade por serviços passados no final do período	117 391	115 374
Excesso de cobertura		
Valor no início do período	38 278	38 037
Retorno efetivo	2 553	1 390
Contribuição ao fundo	922	-
Benefícios pagos	(2 033)	2 031
Outros	(468)	(3 181)
	39 252	38 277
Excesso de cobertura	-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	78 138	77 097

A evolução das Responsabilidades nos últimos 5 anos foi a seguinte:

	30-Jun-14	31-Dez-13	31-Dez-12	31-Dez-11	31-Dez-10
Valor presente das responsabilidades	129 614	252 797	285 220	87 631	289 840
Justo valor dos ativos dos fundos	51 475	176 282	180 662	46 188	160 597
Défices dos planos	78 138	77 097	104 558	41 443	129 243

O Justo valor dos ativos dos fundos decompõe-se da seguinte forma:

Justo valor por categoria dos ativos dos fundos	30-Jun-14	31-Dez-13
Instrumentos de capital próprio	15 201	37 423
Instrumentos de dívida	33 503	131 174
Propriedade	504	1 730
Outros ativos	2 267	5 955
	51 475	176 282

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém em algumas das empresas (PARPÚBLICA, por via da fusão com a Portucel, TAP, Companhia das Lezírias, EPAL e INCM) um conjunto de obrigações de benefícios definidos, para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da ex-Portucel, SGPS com mais de cinco anos de serviço têm direito após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida atualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes diretos. Para cobrir esta responsabilidade existe um fundo de pensões autónomo, gerido por uma entidade externa.

Os planos de benefícios definidos contemplam não apenas benefícios de reforma mas, na TAP, também: (i) prémios de jubilação que consistem em prémios a serem pagos, de uma só vez, aos pilotos de avião na data da reforma e até aos 60 anos de idade, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pelo Grupo; e (ii) cuidados de saúde que o Grupo assegura aos pré-reformados e reformados do segmento de Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas.

O Acordo de Empresa da TAP S.A. celebrado com o Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil (SPAC) prevê a garantia, por parte da TAP S.A., para além de um plano de pensões, de um prémio de jubilação a cada piloto, a ser pago de uma só vez no momento da reforma à data da formação da pensão completa, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pela TAP S.A. em nome dos pilotos. Os princípios subjacentes à apólice de reforma coletiva celebrada com a companhia seguradora, que reproduzem este Plano de Benefícios de Reforma dos Pilotos, são como segue:

- (i) Condições de admissão: Pilotos que se encontrem em efetividade de serviço;

(ii) Idade normal de reforma: 60 anos;

(iii) Garantias: Cada participante terá direito, na idade normal de reforma, a um capital de 16 vezes o último salário mensal declarado.

O financiamento do plano de benefícios é efetuado através da apólice, que é reforçada pelas contribuições (prémios) efetuadas pela Empresa e pelo rendimento obtido a partir das aplicações financeiras realizadas pela companhia seguradora num Fundo Autónomo que suporta esta modalidade de seguro.

Após a alteração do acordo de empresa com o SPAC, em Outubro de 2008:

(i) Pilotos admitidos até 31 de Maio de 2007: o jubileu é mantido, mas apenas será devido no caso de reforma à data da formação da pensão completa, podendo o capital ser aumentado por cada ano de prestação de serviço após a formação da pensão completa;

(ii) Pilotos admitidos a partir de 1 de Junho de 2007: não existe jubileu.

A TAP S.A. assegura aos pré-reformados e reformados antecipadamente, que tenham idade inferior a 65 anos, um plano de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos a uma taxa reduzida. Por outro lado, a TAP S.A. vem facultando aos reformados, a título de liberalidade, a possibilidade de acesso e de utilização dos serviços médicos da UCS, pelos quais pagarão, por cada ato clínico, uma parcela do custo do serviço, sendo a parte restante suportada pela TAP S.A..

A TAP S.A. entende que o facto de permitir aos seus ex-trabalhadores, reformados a utilização dos serviços de saúde prestados na UCS (uma empresa do Grupo TAP), não constitui uma obrigação, mas tão somente uma liberalidade em cada momento concedida, pelo que não terá que registar qualquer responsabilidade com a prestação de cuidados de saúde, relativamente aos trabalhadores presentemente no ativo, para o período após a cessação da sua atividade laboral na empresa. Desta forma, a esta data, a provisão existente cobre a totalidade das responsabilidades com atos médicos com pré-reformados, reformados antecipadamente, tendo a referida responsabilidade sido determinada com base em estudo atuarial calculado por entidade independente.

A EPAL dispõe de um plano de benefícios sociais para os seus trabalhadores, o qual tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma. As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela empresa. As responsabilidades globais da empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo da empresa. Em 22 de março de 2008, a EPAL alterou o plano de pensões de benefício definido para um plano misto de benefício definido e contribuição definida.

A INCM proporciona aos seus colaboradores, com carácter liberatório, determinados benefícios pós-reforma, nomeadamente cuidados médicos, subsídio pecuniário complementar de funeral e pensões especiais de sobrevivência. Existem outros benefícios pós-reforma mas de difícil previsão de utilização por parte dos colaboradores (refeitórios, etc). A INCM reconhece de imediato todos os ganhos e perdas atuariais do valor das responsabilidades por serviços passados com benefícios pós-emprego de saúde.

A Companhia das Lezírias atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada.

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo PARPÚBLICA foram determinadas por estudos atuariais elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o método “Unidade de Crédito Projetado” e com os seguintes pressupostos dominantes:

	30-Jun-14	31-Dez-13
	Portugal	Portugal
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de rendimento	3,10%/3,75%	3,10%/3,75%
Taxa de crescimento		
Salários	0% até 2014; depois 1,5% - 2,5%	0% até 2014; depois 1,5% - 2,5%
Pensões	0% até 2014; depois 1,0% - 1,5%	0% até 2014; depois 1,0% - 1,5%
Pensão de reforma da Segurança Social	2,5%	2,5%

O montante identificado como Transferências para Detidos para venda no primeiro semestre de 2014 no valor de 5 milhões de euros corresponde ao saldo a 1 de janeiro de 2014 do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), o qual passou a estar incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21 onde são apresentados os saldos a 30 de junho de 2014.

27 - Adiantamentos de clientes

Os Adiantamentos efetuados por clientes são de 1 954 milhares de euros (31DEZ13: 1 722 milhares de euros), que correspondem na sua maioria ao Grupo TAP com 1 246 milhares de euros (31DEZ13: 1 358 milhares de euros).

28 - Fornecedores

Fornecedores	30-Jun-14	31-Dez-13
Fornecedores c/c	110 622	167 876
Fornecedores - faturas em receção e conferência	33 760	13 515
Outros	2 856	2 664
	147 237	184 055

O montante em dívida a Fornecedores c/c resulta sobretudo de valores a pagar: (i) pelo Grupo TAP com 68 235 milhares de euros (31DEZ13: 107 135 milhares de euros); (ii) pelo Grupo AdP com 31 864 milhares

de euros (31DEZ13: 38 849 milhares de euros); (iii) pela INCM com 5 747 milhares de euros (31DEZ13: 4 878 milhares de euros); (iv) pela Baía do Tejo com 1 306 milhares de euros (31DEZ13: 1 434 milhares de euros); (v) pelo Grupo SAGESTAMO com 1 259 milhares de euros (31DEZ13: 2 440 milhares de euros); e (vi) pela PARPÚBLICA com 550 milhares de euros (31DEZ13: 11 661 milhares de euros) no desenvolvimento da sua atividade operacional.

O montante em dívida a Fornecedores - faturas em receção e conferência - resulta na sua maioria de valores a pagar pelo Grupo TAP com 31 511 milhares de euros (31DEZ13: 11 151 milhares de euros).

29 - Outras contas a pagar

Outras contas a pagar	30-Jun-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Documentos pendentes de voo	535 425	-	364 507	-
Acréscimos de gastos	258 102	-	248 907	-
Fornecedores de investimentos financeiros	485 085	-	-	481 456
Adiantamentos por conta de vendas	31 412	-	39 264	-
Fornecedores de imobilizado	39 038	35 460	42 045	32 916
Entidades participantes e participadas	7 272	-	953	-
Pessoal	13 721	-	17 572	-
Outros	169 761	93 053	167 129	104 150
	1 539 816	128 513	880 377	618 523

O valor registado em documentos pendentes de voo, que provém da subsidiária TAP, corresponde ao valor de venda do transporte de passageiros e carga, que no momento de venda é registado como um passivo na rubrica “documentos pendentes de voo”. Durante o primeiro semestre de 2014 e no exercício de 2013, com base nas análises parciais e periódicas que são efetuadas a esta rubrica, resultaram ajustamentos às receitas de transporte de passageiros e de carga, respetivamente, nos montantes de 21 988 milhares de euros (2,3% da receita voada) e 90 678 milhares de euros (4,4% da receita voada), que foram reconhecidos na rubrica “Vendas e serviços prestados”.

Em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a responsabilidade do Grupo TAP, relativamente a bilhetes emitidos e não utilizados, registada na rubrica “Documentos pendentes de voo”, era a seguinte:

	30-Jun-2014	31-Dez-2013
Passageiros	534 530	364 387
Carga	895	120
	535 425	364 507

O aumento verificado nesta rubrica é explicado, essencialmente, pelo aumento da operação e pelo facto dos clientes anteciparem a aquisição dos seus bilhetes com uma antecedência cada vez mais significativa.

A rubrica de Acréscimos de gastos – passivo corrente – inclui:

- 221 832 milhares de euros do Grupo TAP (31DEZ13: 205 761 milhares de euros) refere-se essencialmente a remunerações (55 806 milhares de euros), reservas de manutenção

(48 661 milhares de euros), combustíveis de avião (27 870 milhares de euros), taxas de navegação aérea (15 004 milhares de euros) e encargos especiais da atividade de venda (7 498 milhares de euros);

- 32 319 milhares de euros referentes ao Grupo AdP (31DEZ13: 34 992 milhares de euros) respeitantes a acréscimos de juros, eletricidade, seguros, etc; e
- 1 071 milhares de euros do Grupo SIMAB (31DEZ13: 1 118 milhares de euros) respeitantes a gastos com o imposto municipal sobre imóveis, a gastos com o Edifício CRE no MARL, a remunerações a liquidar, e a outros gastos operacionais de funcionamento.

O montante de 485 085 milhares de euros em passivo corrente (31DEZ13: 481 456 milhares de euros em passivo não corrente) é proveniente da PARPÚBLICA e respeita à parte em dívida por aquisições de ações em reforço de posições em associadas, tendo em vista a reprivatização.

Os Adiantamentos por conta de vendas relacionam-se essencialmente com a venda de propriedades pelo Grupo SAGESTAMO, incluindo 26 milhões de euros (o mesmo montante em 31DEZ13) referente ao Imóvel do Pavilhão do Conhecimento.

As dívidas a Fornecedores de imobilizado advêm essencialmente do Grupo AdP com 32 748 milhares de euros em passivo corrente (31DEZ13: 35 835 milhares de euros) e 35 460 milhares de euros em passivo não corrente (31DEZ13: 32 916 milhares de euros).

As dívidas a Entidades participantes e participadas advêm na sua maioria do Grupo TAP e correspondem a dívidas com a SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. no montante de 7 084 milhares de euros (31DEZ13: 364 milhares de euros).

A rubrica Outros – passivo corrente inclui, essencialmente:

- 99 648 milhares de euros (31DEZ13: 57 087 milhares de euros) respeitantes a taxas e impostos do Grupo TAP;
- 41 206 milhares de euros (31DEZ13: 71 764 milhares de euros) respeitantes a tarifas de saneamento, integração de património dos municípios e diferimentos do Grupo AdP;
- 13 387 milhares de euros (31DEZ13: 14 379 milhares de euros) referentes ao Grupo SAGESTAMO.

A rubrica Outros – passivo não corrente-, inclui essencialmente:

- 85 125 milhares de euros (31DEZ13: 96 364 milhares de euros) relativos ao Grupo AdP, respeitando a dívidas aos municípios pela integração do património nos sistemas Multimunicipais;
- 4 804 milhares de euros (o mesmo montante em 31DEZ13) correspondentes à dívida líquida do Grupo Baía do Tejo à Direção Geral do Tesouro; e
- 1 628 milhares de euros (31DEZ13: 1 546 milhares de euros) do Grupo TAP, resultantes do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *swaps* de taxa de juro.

30 - Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros	30-Jun-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
<i>Swaps</i>	-	170 590	-	125 869

A quantia registada em Outros passivos financeiros – passivo não corrente – inclui:

- 152 938 milhares de euros da PARPÚBLICA de três *swaps* associados ao empréstimo bancário de 599 238 milhares de euros (vide nota 25). O valor inicial destes *swaps* foi de 133 648 milhares de euros, sendo o seu justo valor (*mark-to-market*) a 30 de junho de 2014 de 152 938 milhares de euros (31DEZ13: 110 122 milhares de euros); e
- 17 652 milhares de euros (31DEZ13: 15 747 milhares de euros) relativos aos *swaps* de taxa de juro e de taxa de câmbio do Grupo AdP, não integrados na contabilidade de cobertura mensurados pelo justo valor à data de balanço, com base em valorizações indicadas por entidades independentes. Estes *swaps* estão associados a um montante nocional global de 395 milhões de euros.

31 - Vendas e serviços prestados

Rébito das vendas e dos serviços prestados	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Vendas		
Mercado interno	264 570	262 578
Mercado externo	86 703	70 844
	351 273	333 422
Prestações de serviços		
Mercado interno	286 780	789 526
Das quais: rendas de propriedade de investimento	30 682	31 284
Mercado externo	1 035 328	1 078 165
	1 322 108	1 867 691
Total	1 673 381	2 201 114

Pelo relato por segmentos de negócio apresentado na nota 1, o Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas evidenciam-se como o segmento mais significativo contribuindo com cerca de 1 192 milhões de euros (1º semestre de 2013: 1 372 milhões de euros), correspondentes a 71% (1º semestre de 2013: 62%) do total de Vendas e Prestações de serviços. No primeiro semestre de 2013, o total deste segmento incluía cerca de 188 milhões de euros respeitantes a unidades de atividades descontinuadas (Grupo ANA) pelo facto dos seus ativos e passivos terem sido incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5. O segundo segmento mais significativo é o de Águas e Resíduos contribuindo com cerca de 388 milhões de euros (1º semestre de 2013: 394 milhões de euros), correspondentes a 23% (1º semestre de 2013: 18%) do total de Vendas e Prestações de serviços.

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Vendas e Prestações de serviços 343 milhões de euros do Grupo CTT e 188 milhões de euros do Grupo ANA, o que explica em parte a diminuição desta rubrica.

32 - Subsídios à exploração

Subsídios à exploração	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Relacionados com ativos biológicos	994	933
Outros	1 847	1 652
Total	2 841	2 585

Os subsídios à exploração relacionados com ativos biológicos dizem respeito à atividade operacional da Companhia das Lezírias.

A rubrica de Outros inclui os Subsídios à exploração provenientes, essencialmente, do Grupo TAP com 1 694 milhares de euros (1º semestre de 2013: 1 603 milhares de euros) de subsídios do Estado relativamente à comparticipação no preço de venda do bilhete para passageiros com destino ou origem na Região Autónoma dos Açores, quando os passageiros se enquadrem no regime legal aplicável. O montante reconhecido, em cada exercício, corresponde, à estimativa do Grupo TAP, do valor a receber, por bilhetes voados no próprio exercício, por passageiros abrangidos pelo benefício.

33 - Ganhos e perdas imputados de associadas

Ganhos/perdas imputados de associadas	1º semestre 2014	1º semestre 2013
<u>Ganhos pela aplicação do método de equivalência patrimonial</u>		
ECODETRA	-	6
Parcaixa, SGPS, SA	6 136	5 141
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	355	125
Subtotal	6 491	5 272
<u>Perdas pela aplicação do método de equivalência patrimonial</u>		
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	28	182
Credip - Instituição Financeira de Crédito	-	4
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	917	383
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	47	-
Subtotal	992	569
TOTAL	5 499	4 703

34 - Dividendos de participações ao custo e ao justo valor

Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	1º semestre 2014	1º semestre 2013
REN	9 041	8 988
GALP	8 391	6 970
PT - Portugal Telecom, SA	80	260
Lisnave	178	119
ZON Multimédia	14	14
Futuro SGFP	-	14
CTT	18 902	0
IHRV (ex-INH)	41	0
	36 645	16 364

35 - Ganhos/Perdas em alienações de participações

A menos valia no montante de 20 376 milhares de euros decorre da alienação das ações (participação remanescente de 9,9%) da REN, decorrente da 2.ª fase de reprivatização, conforme descrito na nota 11.

Ganhos/ perdas em alienações de participações	1º semestre 2014	1º semestre 2013
REN		
Receita de venda	141 669	-
Valorização da empresa pelo justo valor no momento da venda (inclui despesas de venda)	162 045	-
Valor do ganho/ perda na alienação	(20 376)	-

36 - Variação nos inventários da produção

Variação nos inventários da produção (variação da produção)	1º semestre 2014			1º semestre 2013		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso
Inventários iniciais ¹	(10 218)	(1 964)	(22 197)	(10 227)	(3 400)	(28 139)
Regularização de inventários ¹	4 144	(76)	(1 534)	(493)	0	(2 865)
Transferência para Detidos para venda	1 192		-			-
Existências finais ¹	7 185	2 222	38 309	10 917	3 478	31 614
Variação da produção	2 303	181	14 578	197	78	611
			17 062			886

¹ para efeitos de demonstração da variação dos inventários da produção inclui-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

37 - Trabalhos para a própria entidade

Trabalhos para a própria entidade	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Ativo não corrente		
Ativos Intangíveis	-	146
Ativos fixos tangíveis	61	894
Outros ativos não correntes	5 944	8 516
	6 004	9 556
Ativo corrente		
Inventários	407	600
	407	600
TOTAL	6 411	10 156

Os Trabalhos para a própria entidade relativos aos Outros ativos não correntes, no montante de 5 944 milhares de euros (1º semestre de 2013: 8 516 milhares de euros) respeitam essencialmente à capitalização de gastos incorporados na formação do custo dos direitos de utilização de infraestruturas do Grupo AdP, assim decompostos:

- Gastos financeiros – 1 878 milhares de euros (1º semestre de 2013: 4 123 milhares de euros);
- Gastos com o pessoal – 2 189 milhares de euros (1º semestre de 2013: 2 933 milhares de euros); e
- Fornecimentos e serviços externos – 1 502 milhares de euros (1º semestre de 2013: 1 461 milhares de euros).

Os Trabalhos para a própria entidade, relativos aos Ativos fixos tangíveis, incluem essencialmente a capitalização de custos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção dos ativos. No primeiro semestre de 2014, relativos à Companhia das Lezírias no montante de 49 milhares de euros e no primeiro semestre de 2013, relativos ao Grupo ANA no montante de 877 milhares de euros.

Os Trabalhos para a própria entidade relativos a Inventários, no montante de 407 milhares de euros, dizem respeito a Gastos com o pessoal e Outros gastos incluídos no custo de aquisição/produção de inventários com duração superior a um ano do Grupo TAP (1º semestre de 2013: 600 milhares de euros).

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Trabalhos para a própria empresa os montantes de 146 milhares de euros do Grupo CTT e 877 milhares de euros do Grupo ANA.

38 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)	1º semestre 2014		1º semestre 2013	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventários iniciais ¹	826 034	147 156	907 652	170 732
Compras ¹	35 923	137 991	101 935	88 250
Regularização de existências	79	5 871	(873)	(4 859)
Transferência de/para Detidos para venda	1 044	2 628	-	-
Inventários finais ¹	(838 847)	(168 411)	(942 537)	(170 048)
Inventários consumidos e vendidos	24 232	125 234	66 176	84 076
		149 467		150 252

¹ para efeitos de demonstração do CMVMC inclui-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no montante de 149 467 milhares de euros (1º semestre de 2013: 150 252 milhares de euros) inclui essencialmente:

- 111 227 milhares de euros (1º semestre de 2013: 105 904 milhares de euros) do Grupo TAP, maioritariamente relacionados com material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação;
- 11 099 milhares de euros (1º semestre de 2013: 10 035 milhares de euros) de imóveis do Grupo SAGESTAMO;
- 10 945 milhares de euros (1º semestre de 2013: 8 616 milhares de euros) de moedas e outros bens relativos à INCM; e
- 8 953 milhares de euros (1º semestre de 2013: 15 054 milhares de euros) relativos a reagentes e contadores do Grupo AdP;

Os movimentos de Regularização de existências de Mercadorias e de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, respeitam essencialmente ao Grupo TAP (6 830 milhares de euros de ajustamentos positivos no primeiro semestre de 2014).

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas os montantes de 7 760 milhares de euros do Grupo CTT e 1 217 milhares de euros do Grupo ANA.

39 - Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Combustíveis	355 361	382 934
Outros materiais e serviços consumidos	120 568	211 023
Assistência por terceiros nos aeroportos	75 974	74 120
Trabalhos especializados	67 218	90 120
Taxas de navegação aérea	66 361	64 753
Conservação e reparação de equipamento de voo	40 813	43 648
Conservação e reparação de outros ativos	26 763	29 636
Subcontratos	25 601	37 044
Locação operacional de aviões	24 516	26 175
Comissões	20 044	17 706
Despesas a bordo	21 691	21 194
Encargos especiais da atividade de venda - atividade de transporte aéreo	14 848	21 850
Rendas e alugueres	33 832	35 431
Taxas de aterragem	29 187	15 265
Vigilância e segurança	3 606	15 521
Alojamento e alimentação nas escalas	10 026	9 865
Seguros	7 242	10 763
Honorários	2 952	3 310
	946 602	1 110 357

O segmento de atividade que mais contribuiu para esta rubrica da demonstração dos resultados foi o setor de Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas, representando 86% (78% no 1º semestre de 2013) dos gastos incorridos.

Os Combustíveis são o gasto mais representativo, 38% do total de Fornecimentos e serviços externos.

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Fornecimentos e serviços externos 114 milhões de euros do Grupo CTT e 79 milhões de euros do Grupo ANA, o que explica em parte o decréscimo desta rubrica.

Os Outros materiais e serviços consumidos advêm essencialmente do Grupo TAP com 62 032 milhares de euros (1º semestre de 2013: 53 431 milhares de euros) e do Grupo AdP com 52 073 milhares de euros (1º semestre de 2013: 45 939 milhares de euros). No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Outros materiais e serviços consumidos 62 542 milhares de euros do Grupo CTT e 42 818 milhares de euros do Grupo ANA, o que explica em parte o decréscimo desta rubrica.

40 - Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Remunerações	273 196	434 495
Encargos sociais	50 892	90 690
Outros gastos com o pessoal	32 527	41 832
Gastos com benefícios de reforma	5 280	6 227
	361 895	573 245

As retribuições pagas aos membros dos órgãos sociais da PARPÚBLICA e das suas subsidiárias em 30 de junho de 2014, foram:

- Mesa da Assembleia Geral: 7 milhares de euros
- Conselho de Administração: 2 384 milhares de euros

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Gastos com Pessoal 161 550 milhares de euros do Grupo CTT e 49 867 milhares de euros do Grupo ANA, o que explica em parte a diminuição desta rubrica.

Os outros gastos com o pessoal advêm essencialmente do Grupo TAP (20 673 milhares de euros), assim decompostos:

- Gastos de ação social – 6 060 milhares de euros (1º semestre de 2013: 5 761 milhares de euros);
- Seguros – 4 992 milhares de euros (1º semestre de 2013: 5 485 milhares de euros);
- Comparticipações de refeições – 2 587 milhares de euros (1º semestre de 2013: 2 461 milhares de euros);

- Seguros de acidentes de trabalho – 1 832 milhares de euros (1º semestre de 2013: 1 696 milhares de euros);
- Outros – 5 202 milhares de euros (1º semestre de 2013: 4 698 milhares de euros).

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Gastos com benefícios de reforma	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Custo do serviço corrente	3 090	5 556
Custo de juros	1 903	10 164
Outros	286	(9 493)
TOTAL	5 280	6 227

Os Gastos com benefícios de reforma advêm essencialmente do Grupo TAP com 5 017 milhares de euros. O movimento ocorrido no ano relativamente aos passivos de benefícios definidos, bem como os principais pressupostos atuariais utilizados na elaboração dos estudos, são apresentados na nota 26.

41 - Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)

Ajustamentos em inventários	1º semestre 2014		1º semestre 2013	
	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários
Mercadorias	-	4 866	190	1 679
Produtos acabados e intermédios	-	3	-	1
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	401	941	3 333	27
	401	5 810	3 522	1 707
		5 409		(1 815)

As reversões de ajustamentos em inventários de mercadorias referem-se aos imóveis do Grupo SAGESTAMO.

As perdas e reversões dos ajustamentos em inventários são registadas em função do valor realizável líquido estimado no final de cada período.

As perdas e reversões de ajustamentos em inventários de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se essencialmente ao Grupo TAP relativamente a material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Ajustamentos de inventários perdas de 188 milhares de euros relativos ao Grupo CTT.

42 - Imparidade de dívidas a receber

Imparidade de dívidas a receber	1º semestre 2014		1º semestre 2013	
	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber
Cientes	7 036	1 962	5 233	3 676
Outras contas a receber - correntes	57	3	888	143
Outros ativos e passivos financeiros	-	-	-	33
	7 093	1 965	6 121	3 852
		(5 128)		(2 268)

As quantias registadas nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber (vide notas 14 e 17) encontram-se líquidas das perdas de imparidade acumuladas.

O reforço efetuado em Ajustamentos em contas a receber resulta essencialmente de: (i) 6 039 milhares efetuados pelo Grupo TAP; e (ii) 890 milhares de euros efetuados pelo Grupo AdP.

A Reversão de ajustamentos em contas a receber no primeiro semestre de 2014 respeita, essencialmente, a: (i) 1 628 milhares de euros do Grupo TAP; e (ii) 220 milhares de euros da INCM.

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em imparidade de dívidas a receber perdas de 1 729 milhares de euros do Grupo CTT e 1 741 milhares de euros do Grupo ANA.

43 - Provisões

Provisões (gastos / reversões)	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Provisão para processos judiciais em curso	58	1 283
Outras provisões	(785)	(1 490)
	(727)	(207)

As principais variações encontram-se discriminadas na nota 24 - Provisões, destacando-se os montantes mais significativos no Grupo TAP, resultantes de Processos judiciais em curso e outras provisões.

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Provisões gastos de 3 520 milhares de euros do Grupo CTT.

44 - Imparidade de investimentos

Não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)

Imparidade de investimentos não depreciables	1º semestre 2014		1º semestre 2013	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos fixos não depreciables				
Outros ativos financeiros				
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	-	-	-	2 033
Outros	6	-	100	-
Obrigações do tesouro INCM	-	-	-	5 000
CVP	-	29	-	-
	6	29	100	7 033
		23		6 933

Depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)

Imparidade de investimentos depreciables	1º semestre 2014		1º semestre 2013	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos fixos tangíveis depreciables				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	1
Edifícios e outras construções	-	-	1 031	-
	-	-	1 031	1
				(1 031)

No primeiro semestre de 2013, as perdas por imparidade respeitam na íntegra ao Grupo CTT.

45 - Aumentos / reduções de justo valor

Aumentos / reduções de justo valor	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Ajustamentos positivos		
Ativos biológicos	514	1 180
Ganhos de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e outros	85 358	-
Ganhos de outros investimentos financeiros	213	-
Outros	-	111 936
	86 085	113 115
Ajustamentos negativos		
Propriedades de investimento	2	2 992
Activos biológicos	327	322
Perdas de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e outros	-	22 525
Outros	99 699	123 148
	100 028	148 987
	(13 942)	(35 872)

Os ajustamentos positivos e negativos de justo valor em ativos biológicos respeitam na sua totalidade à Companhia das Lezírias.

Os métodos utilizados para a determinação do justo valor encontram-se discriminados na nota 9 - Ativos Biológicos.

Os Ganhos/Perdas de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e os aumentos/reduções de justo valor referente a Outros (valores líquidos) podem ser sintetizados, como se segue:

	1º semestre 2014			1º semestre 2013		
	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos
Perdas de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e outros:						
Ações GALP (*)	85 358	-	85 358	-	22 525	-22 525
	85 358	-	85 358	-	22 525	-22 525
Outros ajustamentos:						
Opção sobre ações da GALP	-	56 195	-56 195	85 783	-	85 783
Swaps de taxa de juro	-	43 504	-43 504	13 267	123 148	-109 881
Ajustamento para o JV no reconhecimento de financiamento	-	-	-	12 704	-	12 704
Outras ações e fundos	-	-	-	181	-	181
	-	99 699	-99 699	111 936	123 148	-11 212
	85 358	99 699	-14 341	111 936	145 673	-33 737

Nota: (*) Participações sociais em empresas que não se qualificam como subsidiárias ou associadas

O justo valor das ações é fundamentado na cotação na NYSE Euronext e o justo valor dos derivados é baseado no *mark to market* determinado por entidades financeiras internacionais.

46 - Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos operacionais	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Rendimentos suplementares	27 752	31 222
Ganhos em existências	237	1 273
Ganhos em imobilizações	1 425	7 247
Outros rendimentos e ganhos de propriedades de investimento	1 224	1 249
Desc de pronto pagamento obtidos	95	220
Outros juros obtidos	21 720	31 414
Outros rendimentos e ganhos	10 202	6 859
Diferenças de câmbio favoráveis	554	1 705
Concentração da SIMAB	-	41 555
Total	63 209	122 744

Os Rendimentos suplementares advêm, maioritariamente, do segmento de Transporte Aéreo e Atividades relacionadas e referem-se, entre outros, a venda de milhas do programa TAP Victoria a parceiros de 8 881 milhares de euros (1º semestre de 2013: 9 314 milhares de euros), rendimentos com publicidade de 4 395 milhares de euros (1º semestre de 2013: 4 620 milhares de euros), a vendas de material de armazém recuperado de 4 316 milhares de euros (1º semestre de 2013: 4 634 milhares de euros), rendas e sublocações de 1 186 milhares de euros (1º semestre de 2013: 965 milhares de euros). Incluem ainda 2 765 milhares de euros referentes ao Grupo AdP (1º semestre de 2013: 2 984 milhares de euros).

A rubrica de Ganhos em imobilizações advêm essencialmente do Grupo TAP no montante de 1 160 milhares de euros (1º semestre de 2013: 245 milhares de euros).

Os juros obtidos, no montante de 21 720 milhares de euros (1º semestre de 2013: 31 414 milhares de euros), respeitam essencialmente a 19 532 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2013: 20 466 milhares de euros).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, no montante de 10 202 milhares de euros é composta maioritariamente pelo Grupo SAGESTAMO em 3 809 milhares de euros (1º semestre de 2013: 1 579 milhares de euros), pelo Grupo AdP no montante de 1 735 milhares de euros (1º semestre de 2013: 2 908 milhares de euros), pelo Grupo TAP no montante de 1 210 milhares de euros. Esta rubrica também inclui o montante de 2 596 milhares de euros referente à INAPA, que corresponde à diferença entre a quantia escriturada após a aplicação do método de equivalência patrimonial e o justo valor (dado pela cotação das ações da INAPA), à data de 23 de abril de 2014, menos os custos estimados de vender (considerados imateriais).

No primeiro semestre de 2013, existia ainda o montante relativo à concentração da SIMAB que foi apurado de forma provisória, dado que quer a retribuição correspondente ao preço de aquisição, quer o justo valor dos ativos e dos passivos adquiridos eram ainda provisórios aquela data.

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Outros rendimentos e ganhos 10 977 milhares de euros do Grupo CTT e 4 067 milhares de euros do Grupo ANA.

47 - Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas operacionais	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Impostos	14 646	12 854
Perdas em imobilizações	1 188	1 626
Perdas em existências	823	881
Multas e penalidades	342	141
Diferenças de câmbio desfavoráveis	12 125	21 518
Descontos de pronto pagamento obtidos	9	9
Gastos e perdas de serviços financeiros	2 998	4 768
Outros	8 413	15 957
	40 544	57 754

A rubrica de Impostos inclui, essencialmente, 6 945 milhares de euros do Grupo TAP (1º semestre de 2013: 4 460 milhares de euros), 5 100 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2013: 4 912 milhares de euros) e 1 923 milhares de euros da INCM (1º semestre de 2013: 2 133 milhares de euros).

As Perdas em imobilizações referem-se essencialmente ao Grupo TAP, com um total de perdas de 1 110 milhares de euros (1º semestre de 2013: 872 milhares de euros).

Relativamente às Perdas em existências, estas referem-se na sua maioria ao Grupo TAP com um montante de 716 milhares de euros (1º semestre de 2013: 618 milhares de euros).

As Diferenças de câmbio desfavoráveis são provenientes na sua quase totalidade do Grupo TAP.

Os Gastos e perdas de serviços financeiros respeitam essencialmente ao Grupo TAP, 2 039 milhares de euros (1º semestre de 2013: 1 929 milhares de euros), e ao Grupo SAGESTAMO com 951 milhares de euros (1º semestre de 2013: 1 089 milhares de euros).

A rubrica de Outros respeita essencialmente ao Grupo TAP, 2 742 milhares de euros de Indemnizações por ação judicial, 2 266 milhares de euros da PARPÚBLICA e 1 948 milhares de euros do Grupo SAGESTAMO.

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Outros gastos e perdas operacionais 5 127 milhares de euros do Grupo CTT e 10 382 milhares de euros do Grupo ANA, o que explica em parte a diminuição desta rubrica.

48 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	87	87
Edifícios e outras construções	9 889	18 409
Equipamento básico	58 921	67 147
Equipamento de transporte	275	722
Ferramentas e utensílios	854	906
Equipamento administrativo	1 518	3 957
Outras imobilizações corpóreas	3 750	4 359
	75 294	95 587
Outros ativos intangíveis		
Gerados internamente		
Com vida útil finita	3	1 806
Outros ativos fixos intangíveis		
Com vida útil finita	110 901	131 121
	110 904	132 927
Propriedades de investimento (método do custo)	47	48
Ativos biológicos (método do custo)	35	31
Total	186 280	228 593

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Gastos de depreciação e de amortização 12 414 milhares de euros do Grupo CTT e 27 878 milhares de euros do Grupo ANA, o que explica em parte a diminuição desta rubrica.

49 - Subsídios ao investimento

Os Subsídios ao investimento no montante de 36 835 milhares de euros (1º semestre de 2013: 36 709 milhares de euros) advêm maioritariamente do segmento das Águas e Resíduos (99% do montante dos subsídios).

50 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados

Juros e outros rendimentos e gastos de financiamento	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Rendimentos e ganhos		
Juros de invest. finan. não registados pelo justo valor através de resultados	30	36
Outros juros	1 686	1 584
Outros rendimentos e ganhos financeiros	486	-
	2 202	1 620
Gastos e perdas		
Juros suportados	180 377	224 048
Diferenças de câmbio desfavoráveis	331	1 899
Outros gastos e perdas financeiros	10 755	19 958
	191 463	245 906

Os Outros juros obtidos, bem como os rendimentos e ganhos com outros juros respeitam essencialmente ao Grupo TAP.

Os Juros suportados de financiamentos no montante de 180 377 milhares de euros (1º semestre de 2013: 224 048 milhares de euros) incluem:

- 105 200 milhares de euros da PARPÚBLICA (1º semestre de 2013: 117 087 milhares de euros);
- 49 981 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2013: 54 382 milhares de euros);
- 23 106 milhares de euros do Grupo TAP (1º semestre de 2013: 20 654 milhares de euros).

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Juros suportados 140 milhares de euros do Grupo CTT e 27 864 milhares de euros do Grupo ANA, o que explica em parte a diminuição desta rubrica.

Os Outros gastos e perdas financeiros, no montante de 10 755 milhares de euros (1º semestre de 2013: 19 958 milhares de euros) referem-se a:

- 8 521 milhares de euros da PARPÚBLICA (1º semestre de 2013: 4 731 milhares de euros) relativos a gastos/pagamentos efetivos nos contratos de swaps de taxa de juro no montante de 5 963 milhares de euros e comissões de financiamentos no montante de 2 558 milhares de euros; e
- 1 458 milhares de euros do Grupo TAP (1º semestre de 2013: 1 878 milhares de euros).

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Outros gastos e perdas financeiras 8 206 milhares de euros do Grupo ANA, entretanto alienada, o que explica em parte a diminuição desta rubrica.

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em juros e rendimentos obtidos 493 milhares de euros do Grupo ANA e em juros e gastos suportados 173 milhares de euros do Grupo CTT e 36 070 milhares de euros do Grupo ANA.

51 - Imposto sobre o rendimento do período

Impostos sobre o rendimento (DR)	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Gasto/rendimento por impostos correntes	35 815	57 276
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	-	(235)
Gasto/rendimento relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias	(5 946)	(6 208)
Benefícios provenientes de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gasto de impostos correntes	(776)	-
Gasto provenientes de redução ou reversão de um ativo por impostos diferidos	1 283	3 157
Outros	(477)	(121)
TOTAL	29 899	53 869

Impostos sobre o rendimento - relação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Resultado antes de imposto	(66 906)	(3 486)
Taxa	23,2%	28,9%
Produto	(15 525)	(1 007)
Rendimentos e gastos não dedutíveis ou não tributáveis	17 460	32 737
Ativos e passivos por impostos diferidos	1 600	10 711
Derrama	3 264	7 261
Tributações autónomas	1 382	2 245
Diferenças temporárias	(1 998)	(5 978)
Amortizações não aceites fiscalmente + taxa	-	-
Utilização de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	18 757	30 893
Atualização de encargos com explorações agrícolas (majoração encargos dedutíveis)	-	-
Outros	4 960	(22 994)
TOTAL	29 899	53 869

Prejuízos fiscais não relevados como ativos por impostos diferidos (por data de extinção):	1º semestre 2014	1º semestre 2013
N	236 160	10 197
N+1	122 826	45 460
N+2	8 032	59 188
N+3	131 867	25 474
N+4	32 107	3 647
N+5	1 629	4 340
TOTAL	532 621	148 307

Os Impostos sobre o rendimento do período no montante de 29 899 milhares de euros (1º semestre de 2013: 53 869 milhares de euros) correspondem na generalidade ao Grupo AdP (1º semestre de 2014: 20 427 milhares de euros; 1º semestre de 2013: 22 642 milhares de euros).

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos em Imposto sobre o rendimento 14 405 milhares de euros do Grupo CTT e 7 559 milhares de euros do Grupo ANA, o que explica em parte a diminuição desta rubrica.

O Grupo PARPÚBLICA está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). O cálculo do imposto corrente do exercício a 30 de junho de 2014 corresponde à taxa anual de 23%, acrescida de Derrama, Derrama Municipal e Derrama Estadual. A Derrama Municipal incide sobre o lucro tributável com uma taxa máxima de 1,5%. A Derrama Estadual incide sobre o lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros a uma taxa de 3%, superior a 7,5 milhões de euros a uma taxa de 5% e superior a 35 milhões de euros a uma taxa de 7%.

As declarações de autoliquidação, do Grupo PARPÚBLICA ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. O Conselho de Administração do Grupo PARPÚBLICA entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de junho de 2014.

52 - Interesses que não controlam – Resultado Líquido

Interesses que não controlam (resultado líquido)	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Interesses que não controla (resultado líquido)		
Grupo AdP (exceto EGF - detido para venda)	17 875	23 346
EGF - detido para venda	1 375	-
Cateringpor	440	184
LFP	1 196	1 818
APIS	-	(1)
SAGESECUR	9	(257)
ECODETRA	(6)	(6)
Margueira	43	47
ANAM	-	120
SPE	-	(165)
EAD - Empresa de Arquivo e Documentação, S.A.	-	136
Correio Expresso de Moçambique, S.A.	-	39
MARL, SA	224	111
MARF, SA	(18)	(78)
MARE, SA	8	13
MARB, SA	19	(18)
	21 165	25 288

No primeiro semestre de 2013, estavam incluídos no Resultado líquido - Interesses que não controlam de 174 milhares de euros do Grupo CTT e 120 milhares de euros do Grupo ANA.

53 - Unidades operacionais descontinuadas

Os resultados e os fluxos de caixa no primeiro semestre de 2014 relativos às unidades operacionais descontinuadas têm correspondência com a participação detida pelo Grupo AdP no capital da Empresa Geral de Fomento e os dividendos obtidos dos CTT por parte da PARPÚBLICA. Os resultados e os fluxos de caixa no primeiro semestre de 2013 relativos às unidades operacionais descontinuadas têm correspondência com o Grupo ANA, Grupo CTT e dividendos recebidos da REN por parte da PARPÚBLICA.

Os resultados e os fluxos de caixa no primeiro semestre de 2014 e 2013 relacionados com unidades operacionais descontinuadas são os seguintes:

RUBRICAS	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Vendas e serviços prestados	78 787	528 826
Subsídios à exploração	42	-
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	18 902	7 219
Trabalhos para a própria entidade	365	1 023
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(5 817)	(8 977)
Fornecimentos e serviços externos	(28 692)	(155 962)
Gastos com o pessoal	(19 946)	(211 342)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	(188)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	(3 470)
Provisões (aumentos / reduções)	24	(3 520)
Outros rendimentos e ganhos	3 207	15 044
Outros gastos e perdas	(1 844)	(15 505)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	45 325	153 147
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(28 930)	(40 292)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (gastos/reversões)	-	(1 031)
Subsídios ao investimento	9 121	111
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	25 516	111 935
Juros e rendimentos similares obtidos	1	493
Juros e gastos similares suportados	(3 078)	(36 243)
Resultado antes de impostos	22 439	76 184
Imposto sobre o rendimento do período	(840)	(21 964)
Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas	21 599	54 220
Resultado líquido dos interesses que não controlam	1 375	294
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	20 224	53 926

Fluxos de caixa líquidos atribuíveis às unidades operacionais descontinuadas

RUBRICAS	1º semestre 2014	1º semestre 2013
Fluxos das:		
Atividades de exploração	25 707	182 483
Atividades de investimento	8 947	(735 091)
Atividades de financiamento	(28 002)	755 876
	6 652	203 269

O Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas no montante de 21 599 milhares de euros no 1º semestre de 2014 inclui:

- 18 902 milhares de euros provenientes da PARPÚBLICA relativos aos dividendos obtidos dos CTT referentes ao exercício de 2013; e
- 2 698 milhares de euros referentes à participação detida pelo Grupo AdP no capital da EGF (1 322 milhares de euros excluindo os interesses que não controlam).

O Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas no montante de 54 220 milhares de euros no 1º semestre de 2013 corresponde a:

- 31 371 milhares de euros provenientes do Grupo CTT (31 197 milhares de euros excluindo os interesses que não controlam);
- 15 644 milhares de euros provenientes do Grupo ANA (15 524 milhares de euros excluindo os interesses que não controlam); e

- 7 205 milhares de euros provenientes da PARPÚBLICA relativos aos dividendos obtidos da REN referentes aos exercício de 2012.

54 - Entidades Relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do Grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações das principais empresas do Grupo PARPÚBLICA com entidades relacionadas são:

Saldos e transações com entidades relacionadas em 30-Jun-14	Total	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	498 331	10 133	-	488 198
Saldos passivos	100 088	8 181	-	91 907
Rendimentos	199 568	4 204	-	195 364
Gastos	42 271	39 241	181	2 849

Saldos e transações com entidades relacionadas em 30-jun-13	Total	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	552 783	11 396	-	541 387
Saldos passivos	124 429	10 351	-	114 078
Rendimentos	236 269	4 380	-	231 889
Gastos	49 047	39 843	178	9 026

Os termos ou condições praticados entre o Grupo PARPÚBLICA e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

55 - Ativos e passivos financeiros

1) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo PARPÚBLICA apresentam-se da seguinte forma:

Ativos e Passivos Financeiros	30-Jun-14						
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos							
Ativo não corrente							
Participações financeiras - outros métodos	-	13 155	781 607	-			794 762
Outros ativos financeiros	4 315 437	9	-	6 165			4 321 611
Outras contas a receber	226 625	-	-	-			226 625
	4 542 062	13 164	781 607	6 165			5 342 999
Ativo corrente							
Clientes	799 758	-	-	-			799 758
Adiantamentos a fornecedores	22 128	-	-	-			22 128
Acionistas / sócios	-	-	-	-			-
Outras contas a receber	164 043	-	6 536	-			170 579
Outros ativos financeiros	-	25	7 055	-			7 080
Caixa e depósitos bancários	876 420	-	-	-			876 420
	1 862 349	25	13 591				1 875 965
Total do ativo	6 404 411	13 189	795 198	6 165			7 218 964
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos					69 302	6 118 768	6 188 069
Outras contas a pagar					1 628	126 885	128 513
Outros passivos financeiros					170 590	-	170 590
					241 519	6 245 653	6 487 172
Passivo corrente							
Fornecedores						147 237	147 237
Adiantamentos de clientes						1 954	1 954
Acionistas / sócios						18	18
Financiamentos obtidos						1 920 476	1 920 476
Outras contas a pagar						1 539 816	1 539 816
						3 609 501	3 609 501
Total do passivo					241 519	9 855 154	10 096 674
Valor Líquido	6 404 411	13 189	795 198	6 165	(241 519)	(9 855 154)	(2 877 710)

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	30-Jun-14			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	781 607	7 055	-	788 662
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	6 536	-	6 536
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	13 049	-	-	13 049
	794 656	13 591		808 247
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	239 892	-	239 892
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	1 628	-	1 628
		241 520		241 520

Ativos e Passivos Financeiros	31-Dez-13						Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
Ativos							
Ativo não corrente							
Participações financeiras - outros métodos	-	121 623	696 248	-	-	-	817 871
Outros ativos financeiros	4 344 214	9	34	6 158	-	-	4 350 415
Outras contas a receber	281 084	-	-	-	-	-	281 084
	4 625 298	121 632	696 282	6 158	-	-	5 449 371
Ativo corrente							
Clientes	734 100	-	-	-	-	-	734 100
Adiantamentos a fornecedores	18 328	-	-	-	-	-	18 328
Acionistas / sócios	54	-	-	-	-	-	54
Outras contas a receber	263 084	-	7 988	-	-	-	271 072
Outros ativos financeiros	-	36	6 459	-	-	-	6 495
Caixa e depósitos bancários	926 643	-	-	-	-	-	926 643
	1 942 209	36	14 447	-	-	-	1 956 692
Total do ativo	6 567 508	121 668	710 729	6 158	-	-	7 406 063
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	13 106	5 855 615	5 868 721
Outras contas a pagar	-	-	-	-	1 729	616 794	618 523
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	125 869	-	125 869
	-	-	-	-	140 704	6 472 408	6 613 112
Passivo corrente							
Fornecedores	-	-	-	-	-	184 055	184 055
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	1 722	1 722
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	18	18
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	2 564 167	2 564 167
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	880 377	880 377
	-	-	-	-	-	3 630 340	3 630 340
Total do passivo	-	-	-	-	140 704	10 102 748	10 243 452
Valor Líquido	6 567 508	121 668	710 729	6 158	(140 704)	(10 102 748)	(2 837 390)

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	31-Dez-13			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	696 283	6 459	-	702 742
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	7 988	-	7 988
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	121 517	-	-	121 517
	817 800	14 447	-	832 247
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	138 975	-	138 975
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	1 546	183	1 729
	-	140 521	183	140 704

Mensurações pelo justo valor

i) Justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados pelo justo valor de forma recorrente

Alguns dos ativos e passivos do Grupo PARPÚBLICA encontram-se mensurados pelo justo valor no final de cada período de relato. O quadro que se segue apresenta informação relativamente à forma como os justos valores destes ativos e passivos financeiros são determinados, nomeadamente as técnicas de avaliação e os dados (input) utilizados nestas mensurações:

Ativos / Passivos financeiros	30-Jun-14	31-Dez-13	Técnicas de avaliação utilizadas
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	788 662	702 740	
Ações detidas pela Parpública	781 607	696 247	Cotações em mercado ativo (NYSE Euronext)
UP do Fundo Imopoupança	10	10	O justo valor das UP do Fundo Imopoupança resulta da mensuração pelo valor patrimonial divulgado pela respetiva sociedade gestora no final de 30 de junho de 2014
UP do Fundo Fundiestamo I	7 045	6 449	O justo valor das UP do Fundo Fundiestamo I, pela escassez de transações em mercado e por estas terem por referência o preço oferecido ao abrigo de um contrato de criação de liquidez, é determinado por uma perpetuidade tendo como fluxos de caixa anuais futuros os correspondentes à média das remunerações pagas pelo Fundo nos últimos 3 anos (30,341; 58,896 e 46,018) e como taxa de desconto a correspondente ao índice do IPD relativo ao mercado imobiliário português para o segmento de escritórios (4,2%).
Ações detidas pela AdP	-	34	Cotação bolsista
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	6 536	7 988	
Swaps jet fuel	6 538	7 988	Discounted cash-flows
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	13 049	121 517	
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor pela Parpública	13 049	121 517	Cotações em mercado ativo (NYSE Euronext)
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	239 892	138 975	
SWAPs de taxa de juro da Parpública	152 938	110 122	O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o "mark-to-market" desses instrumentos.
Opção em empréstimo obrigacionista da Parpública	69 302	13 106	
Derivados ao justo valor por resultados	17 652	15 747	Sempre que disponível, o justo valor dos derivados do Grupo AdP é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	1 628	1 729	
Swaps de taxa de juro	1 628	1 546	Discounted cash-flows
Cobertura de risco de taxa de juros - SWAP da Simab	-	183	Justo valor determinado por entidade bancária

ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros que não estão mensurados pelo justo valor de forma recorrente (mas são requeridas divulgações de justo valor)

Devido à sua natureza de curto-prazo, o Conselho de Administração do Grupo AdP considera que a quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros que não são mensurados ao justo valor aproxima-se do seu justo valor, com exceção das seguintes situações:

	30-Jun-14		31-Dez-2013	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Passivos Financeiros				
Financiamentos obtidos	2 267	1 082	2 423	1 579
Total	2 267	1 082	2 423	1 579

iii) Reconciliação das mensurações de justo valor do nível 3

A reconciliação das mensurações de justo valor do nível 3 apresenta-se, como segue:

RECONCILIAÇÃO ENTRE OS SALDOS DE ABERTURA E OS DE FECHO (APENAS PARA AS MENSURAÇÕES DE JUSTO VALOR DO NÍVEL 3 DA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR)	
Saldo inicial	183
Variação do perímetro de consolidação (sinal + ou -)	-
Aquisições (sinal +)	-
Alienações (sinal -)	-
Liquidações (sinal -)	(183)
Saldo final (30 de junho de 2014)	-

56 - Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que o Grupo está exposto, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de mercado, o qual inclui três tipos de risco: (i) risco cambial – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio; (ii) risco de taxa de juro – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado; e (iii) risco de preço – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores sistémicos.
- Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. O Grupo

PARPÚBLICA encontra-se sujeito a risco de crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que o Grupo venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um ativo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor.

Pela sua expressão no Grupo PARPÚBLICA, merecem referência as seguintes entidades: PARPÚBLICA, Grupo AdP e Grupo TAP.

PARPÚBLICA

No exercício da sua atividade a PARPÚBLICA identifica as seguintes áreas de riscos financeiros que podem afetar o seu valor patrimonial ou o interesse de terceiros: (i) risco de crédito, (ii) risco de liquidez, e (iii) risco de mercado, pela taxa de juro e pelo preço.

i) Risco de Crédito

O risco de crédito, associado à possibilidade da parte devedora num instrumento financeiro não honrar as suas obrigações, incide fundamentalmente ao nível das aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria, aos *swaps* contratados e aos suprimentos concedidos.

Os suprimentos são concedidos a empresas cujas políticas financeiras são controladas (subsidiárias) para aplicação em investimentos com retorno adequado. Os suprimentos são aprovados Comissão Executiva da PARPÚBLICA e são remunerados.

ii) Risco de Liquidez

O risco de liquidez, associado à possibilidade de a entidade não dispor de meios financeiros para satisfazer os seus compromissos, está mitigado pela emissão de um empréstimo obrigacionista no início de julho de 2014, no montante de 600 milhões de euros e já formalizado à data deste relatório, e que permitirá à PARPÚBLICA um nível de liquidez adequado atendendo a que os fundos resultantes da emissão estarão imediatamente disponíveis.

A segmentação da dívida por natureza de instrumentos e por tempo remanescente até à maturidade é a seguinte (valores nominais em milhões de euros):

	30-06-2014					
	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos						4.153,9
Papel Comercial						0,0
<i>Eurobonds</i>		499,0			900,0	1.399,0
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7
Outras Obrigações		350,0		920,0		1.270,0
Financiamento Bancário		21,0	21,0	63,1	494,1	599,2

31-12-2013

	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos						4 278,9
Papel Comercial	620,0	255,0				875,0
<i>Eurobonds</i>		499,0			900,0	1 399,0
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7
Outras Obrigações		150,0	200,0	170,0		520,0
Financiamento Bancário		10,1	21,0	63,1	505,1	599,2

As cláusulas de *covenant* existentes nos instrumentos de dívida são as seguintes:

Financiamentos	Covenants
<i>Eurobonds</i>	
Bonds 500M€ - 2004, due 2014	<i>Cross Default / Force Majeure</i>
Bonds 500M€ - 2005, due 2020	<i>Cross Default / Force Majeure</i>
Bonds 150M€ - 2005, due 2020	<i>Cross Default</i>
Bonds 250M€ - 2006, due 2026	<i>Cross Default</i>
Obrigações Permutáveis Galp 885,65M€ – 2010, due 2017	<i>Cross Default / Negative Pledge / Restrictions on Activity</i>
Obrigações PARPÚBLICA 200M€ – 2013/2015	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 170M€ - 2013/2016	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 750M€ - 2014/2019	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Financiamento Bancário 599,238M€	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>

iii) *Risco de Mercado*

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro respeita à possibilidade de, por alteração das taxas de juro no mercado, existir variação da remuneração de instrumentos financeiros a taxa variável ou variação no justo valor de instrumentos financeiros a taxa fixa.

Relativamente à dívida de médio e longo prazo, cerca de 51,4% da mesma vence juros a taxa de juro fixa e cerca de 48,6% vence juros a taxa de juro variável.

Assim, com a percentagem de dívida emitida a taxa fixa, a PARPÚBLICA, em termos de fluxos de caixa, reduz a sua exposição à flutuação de taxa de juro. Quanto ao impacto em termos de justo valor, não é relevante para os financiamentos existentes, mas é pelo efeito que venha a ter em yields no mercado secundário que condicionem novas emissões de dívida.

A PARPÚBLICA mantém três estruturas de swaps de taxa de juro plain vanilla (swap de taxa variável para taxa fixa). O montante nocional total das três estruturas é de 465 milhões de euros. O conjunto das três estruturas teve os seguintes impactos (milhares de euros):

	1S2014	2013
Fluxos de caixa líquidos	-5 963	-11 697
Ganhos (Perdas) por variação do justo valor	-42 816	23 526

Os fluxos previsionais dos juros da dívida de médio e longo prazo e dos juros dos *swaps* eram os seguintes em 30 de junho de 2014, comparados com os de 31 de dezembro de 2013:

30-06-2014				
	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-167 595,7	-478 773,6	-536 091,1	-1 182 460,4
Fluxos dos swaps	-12 135,3	-65 694,2	-91 258,3	-169 087,8

31-12-2013				
	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-152 474,3	-417 976,6	-589 477,7	-1 159 928,6
Fluxos dos swaps	-11 815,4	-50 348,7	-62 541,0	-124 705,1

Risco do Preço

O risco de preço entende-se pela possibilidade do valor de um instrumento financeiro flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores sistémicos. No caso específico do empréstimo obrigacionista de montante nominal de 885,65 milhões de euros, com opção embutida em favor dos investidores de permutarem as obrigações por ações da GALP detidas na carteira, o risco coloca-se essencialmente pelos efeitos da variação da cotação destas ações.

O financiamento de 885,65 milhões de euros tem vencimento em 28 de setembro de 2017, com a possibilidade de (i) os investidores poderem trocar as obrigações por ações Galp a partir de março de 2013, (ii) a empresa exercer uma call e reembolsar as obrigações a partir de 13 de outubro de 2013, em determinadas condições, e (iii) os investidores poderem pedir o reembolso das obrigações em 28 de setembro de 2015. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos.

A componente base e a opção embutida destes empréstimos estão separadas contabilisticamente sendo mensuradas de acordo com o referido nas notas 2m), 2t) e 2w).

Pela mensuração pelo justo valor das opções e também das ações subjacentes, são reconhecidos os efeitos líquidos anuais decorrentes da evolução das cotações do ativo subjacente. Esses efeitos foram os seguintes (em milhões de euros):

	1S2014	2013
Variação do valor das opções	- 56,2	+ 101,1
Variação do valor do ativo subjacente	85,4	11,3
Ganho líquido/ Perda Líquida	29,2	112,40

Os efeitos na opção embutida nas obrigações permutáveis em ações da Galp por variações positivas e negativas de 15% na cotação das ações em 30 de junho de 2014 seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP						
Ações da GALP			Opção			Var. líquida (M€)
Cotação	Valor (M€)	Variação	Valor %	Valor (M€)	Variação	
13,38	779,6	-	7,83%	69,3	-	-
15,39	896,6	15,0%	10,09%	89,3	28,8%	96,9
11,37	662,7	-15,0%	6,03%	53,4	-23,0%	-101,0

Os efeitos na mesma opção por variações na volatilidade implícita seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP			
Volatilidade implícita			
%	Opção (%)	Valor (M€)	Variação
15%	7,83%	69,3	-
20%	9,42%	83,4	20,4%
10%	6,39%	56,6	-18,4%

Os efeitos nos *swaps* associados ao empréstimo de 599,2 milhões de euros por variações positivas e negativas de 1% na taxa de juro variável (Euribor 6M) seriam os seguintes:

Taxa	Valor	Variação
Euribor 6M	-152,9	
Euribor 6M + 1%	-91,0	-40,5%
Euribor 6M - 1%	-221,7	45,0%

Grupo AdP

Fatores de Risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. É prática corrente no Grupo AdP, entre outros instrumentos, a contratação de instrumentos financeiros derivados para minimizar alguns dos riscos a que se encontra exposto. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de

exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

i) Risco de Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo AdP. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água, saneamento e resíduos). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de dívidas de clientes permanece com valores significativos.

As perdas por imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração do Grupo AdP avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes) e o estabelecimento de acordos de pagamento.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdP SGPS continua a entender que, sobre esses saldos, não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 30 de junho de 2014, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	30-Jun-14	31-Dez-13
Depósitos à ordem	47 403	50 323
Depósitos prazo	206 395	297 945
Outros Títulos	16 500	18 200
Fundo de renovação do equipamento	-	2 678
Fundo de reconstituição de capital	97 139	123 317
Outros	109	162
Total	367 545	492 625

Rating	30-Jun-14
A1	58
A2	935
B1	8 608
B2	20 671
B3	100 130
Ba1	109 555
Ba3	50 094
Baa 2	5 229
Baa 3	59 938
BB+	5
Caa1	3 062
Sem <i>rating</i> conhecido	9 260
Total	367 545

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em julho de 2014.

ii) *Risco de Taxa de Câmbio*

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP não é relevante. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão, bem como financiamentos em moeda estrangeira expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda, e dos empréstimos com *swaps* de cobertura de taxa de câmbio.

iii) *Risco de Liquidez*

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo AdP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. Nestes últimos exercícios esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo elevado montante das dívidas de clientes.

Face a este problema o Grupo AdP procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos do Grupo AdP, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos assumidos com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	544 784	443 407	1 824 042
Fornecedores e outros passivos	171 150	56 990	63 596

O Grupo AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, o Grupo AdP entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

iv) Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo AdP ao risco do justo valor associado à taxa de juro. O Grupo AdP gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, mediante a contratação de *swaps* que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e, conseqüentemente, o desvio tarifário.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

	30-Jun-14	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados	44 125	71 229	18 467

v) Risco de Capital

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo AdP, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados. A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita à EPAL e aos empréstimos ao investimento - BEI), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	30-Jun-14	31-Dez-13
Empréstimos não correntes	2 267 450	2 423 506
Empréstimos correntes	544 785	616 695
Disponibilidades	(270 963)	(369 391)
Dívida	2 541 271	2 670 810

Subsídios ao investimento	1 642 540	1 943 203
Total do capital próprio	1 260 726	1 242 276
Capital e subsídios	5 444 537	5 856 289
Dívida/total do capital	0,47	0,46

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

vi) Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo AdP. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo AdP têm procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

O Programa do XIX Governo Constitucional, assim como o Plano de Assistência Económica e Financeira, preveem a autonomização do subsector dos resíduos do Grupo AdP e a necessidade de implementar as medidas necessárias à sua abertura ao sector privado. Assim durante o primeiro semestre de 2012, iniciaram-se diversos grupos de trabalho, para se desenvolver estudos relativos à revisão do modelo de regulação vigente, nomeadamente ao nível da regulação dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos urbanos, ao nível do quadro jurídico-económico. Estão em curso diversas medidas conducentes a uma reestruturação do setor, entre as quais a venda da sub-holding EGF (resíduos). A esta data o Conselho de Administração da AdP SGPS desconhece os impactos que as mesmas podem ter nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AdP, para além das divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

Através da lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes. Foi também publicada a Lei n.º 12/2014, de 6 de março que altera, pela segunda vez, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (alterado já pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho), e que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.

A atribuição de poderes reforçados à ERSAR, enquanto entidade reguladora independente, veio acentuar a necessidade, por parte desta, de garantir a prática de preços capazes de assegurar a viabilidade económica e financeira das entidades gestoras dos serviços de gestão de resíduos urbanos. Assim, e no âmbito das competências atribuídas ao Conselho Diretivo da ERSAR, foi aprovado, por este órgão, em 17 de fevereiro de 2014 o regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, aplicável a todas as entidades gestoras prestadoras desses serviços, independentemente do modelo de gestão adotado por cada uma delas. Este regulamento foi publicado em Diário da República IIª Série de 15 de abril de 2014.

Grupo TAP

O enquadramento, no qual se desenrolou a atividade do Grupo TAP, no decorrer do primeiro semestre do ano, a nível nacional e internacional, caracterizou-se pelo abrandamento das expectativas económicas globais e pelo agravamento de tensões geoestratégicas designadamente na Europa e Médio-Oriente.

Muito embora a atividade do Grupo TAP não seja afetada, dado o âmbito geográfico da sua operação, pelos conflitos armados que deflagraram ou se agudizaram nos primeiros meses do ano, na Ucrânia, no Médio-Oriente, e também no Norte de África, o agravamento do clima de tensão geopolítica e diplomática geral em redor da Europa, bem como o crescendo de sanções económicas decorrentes do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, poderá gerar incerteza e instabilidade crescentes com real impacto económico.

Por outro lado, a atividade económica na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil, ficou aquém das expectativas existentes no início do ano, com um ritmo de crescimento fraco na generalidade dos países, dando lugar a revisões em baixa para as previsões de crescimento do PIB por parte dos organismos internacionais e refletindo-se, ainda, em níveis muito baixos de inflação e níveis elevados de desemprego. A economia portuguesa estabilizou, após três anos de recessão, tendo sido concluído o programa de assistência financeira internacional ao país, contudo, apesar da estabilização macroeconómica, a eclosão de novos e graves problemas financeiros no sistema bancário português, em final do semestre, veio colocar de novo em dúvida a solidez da recuperação da economia.

Também a economia brasileira ficou abaixo das expectativas, tendo registado ritmos de atividade inferiores à média de anos anteriores, prosseguindo a desaceleração do crescimento do PIB. O significativo esforço de investimento em infraestruturas levado a cabo, incluindo o investimento relacionado com os grandes eventos desportivos internacionais organizados pelo Brasil, revelou-se insuficiente para contrariar a tendência global de arrefecimento da economia. As dificuldades vividas por outros países vizinhos do Brasil, como a Argentina ou a Venezuela, por exemplo, agravaram o clima económico, em geral, na América do Sul.

Ao contrário da evolução desfavorável verificada na Europa, Estados Unidos e América Latina, face a final de 2013, na África subsariana continuou a verificar-se um forte dinamismo económico e uma relativa estabilidade política, proporcionando um ambiente favorável aos negócios, ao investimento e ao desenvolvimento dos mercados internos da generalidade dos países.

Globalmente, os mercados financeiros mantiveram-se estáveis, não reagindo negativamente aos desenvolvimentos geopolíticos adversos ocorridos nos últimos meses. Os mercados acionistas e obrigacionistas continuaram a valorizar, nos mercados monetários dos EUA e UE as taxas de juro mantiveram-se próximas de zero, a disponibilidade de crédito aumentou e, nos mercados de commodities, designadamente energia, as cotações mantiveram-se estáveis, em geral, com uma ligeira tendência de descida.

Neste contexto, a gestão de risco ou, por outras palavras, o esforço contínuo de adaptação às mudanças, tem uma importância determinante.

i) Risco de Preço

A atividade da subsidiária TAP S.A. manteve-se distribuída de forma equilibrada entre os dois lados do Atlântico, em termos de volume de tráfego. O indicador fundamental de atividade, número de passageiros, ponderados pelos quilómetros percorridos (“PKU’s”), apresentou quotas, no tráfego total, próximas de 40%, quer nas rotas intraeuropeias, quer nas rotas entre Portugal e Brasil. Dos restantes 21%, África foi responsável por 10%, os EUA representaram 5% do tráfego total, Venezuela 2% e o tráfego entre Portugal e as Regiões Autónomas da Madeira e Açores representou cerca de 4%.

O crescimento do tráfego no primeiro semestre de 2014 face ao período homólogo de 2013 foi forte, 6,9%. O aumento de tráfego foi particularmente intenso nas rotas do Atlântico Norte e Venezuela, com crescimentos de 2 dígitos, e foi também significativo na Europa, com crescimentos de 8%. África e Brasil apresentaram crescimentos de tráfego próximos de 5%. Este aumento da procura muito expressivo resultou em subidas também significativas das taxas de ocupação (“load factor”), dadas as limitações existentes a nível da disponibilidade de aeronaves para responder ao acréscimo de procura.

Deste modo, o load factor que havia sido já bastante elevado em 2013, no conjunto da operação, situando-se em 77%, ultrapassou, em termos médios, 80% no primeiro semestre, numa fase de menos tráfego, em termos sazonais. Nas rotas transatlânticas as taxas de ocupação aproximaram-se inclusive dos 90%, valor esse muito elevado quer em termos históricos quer em termos relativos no contexto da indústria. A subida dos load factors é indissociável das limitações à operação resultantes do número de aeronaves e das restrições impostas pelas necessidades de manutenção e reparação dos equipamentos.

A oferta, medida pelo número de lugares oferecidos, ponderados pelos quilómetros percorridos (“PKO’s”), aumentou apenas 2,9%. Os níveis tarifários atrativos terão constituído um fator potenciador da subida da procura e do aumento das taxas de ocupação. Aspetos como a estratégia comercial, a estratificação tarifária, a maior ou menor agressividade dos concorrentes nas diversas rotas, determinaram uma receita média por passageiro-quilómetro (“yield”) mais baixa que no período homólogo do ano anterior. A baixa do yield foi significativa, anulando a maior parte do aumento do volume de tráfego verificado.

Em síntese, o primeiro semestre de 2014 registou um forte aumento de procura, um moderado aumento de oferta de acordo com as possibilidades existentes, uma significativa subida da taxa de ocupação e, em virtude da baixa generalizada do preço médio, um aumento pouco expressivo dos proveitos de passagens, face ao período homólogo de 2013, abaixo de 1%. Em termos comerciais, o mercado nacional continuou a representar uma quota-parte de cerca de um quarto do total. O mercado brasileiro continua a ser o segundo mercado da TAP S.A. com um peso também muito significativo, superior a um quinto do total, embora com uma ligeira retração face ao ano anterior. As vendas na Europa – sem Portugal – geraram cerca de 40% dos proveitos totais de passagens. África e Américas continuam a representar, cada uma 7% a 8% do total de vendas.

Em termos de perspetivas de desenvolvimento e expansão da atividade, deve assinalar-se o aumento programado em cerca de 10% da capacidade oferecida, resultante da entrada em operação de 2 aviões de longo curso e 4 aviões de médio curso, a partir de junho e julho de 2014, bem como a abertura de 11 novas rotas na Europa e América do Sul. Este salto quantitativo e qualitativo da atividade da TAP S.A. poderá

solucionar os constrangimentos de oferta existentes e simultaneamente dinamizar e diversificar a operação, melhorando o perfil de risco a que a atividade de transporte aéreo está sujeita.

No contexto do Grupo TAP, a atividade de transporte aéreo de passageiros representa mais de 80% do volume de negócios total. As restantes atividades apresentaram comportamentos distintos. Os proveitos de transporte de carga registaram alguma contração, em parte também devido ao já referido aumento dos load factors no transporte de passageiros, provocando fortes condicionamentos à operação de carga por via dos limites de pay-load das aeronaves. A manutenção para terceiros esteve também limitada na sua atividade pela necessidade de apoio à frota TAP, dados os elevados níveis de utilização e rotação das aeronaves e consequente necessidade de assistência constante à operação TAP. Não obstante, a manutenção conseguiu, apesar dos fatores condicionantes, manter um nível elevado de trabalho para clientes terceiros.

A atividade de manutenção no Brasil aumentou o volume de trabalhos prestados, contribuindo positivamente para o aumento de rendimentos do Grupo TAP. Também as outras empresas do Grupo TAP apresentaram, no seu conjunto, um contributo positivo para o crescimento dos rendimentos globais, designadamente a LFP, cujas receitas continuaram a aumentar consistentemente.

ii) Risco cambial

A exposição cambial do Grupo TAP e o risco que daí advém continua a manter as características de exercícios anteriores.

A exposição ao dólar é de natureza passiva e resultante do saldo negativo que, aos níveis atuais de preço do combustível, existe entre recebimentos e pagamentos indexados ao dólar. As receitas da TAP S.A., que estão ligadas, de forma estreita, direta ou indiretamente ao dólar, são as provenientes dos mercados brasileiro, angolano, e do próprio mercado norte-americano, que representam aproximadamente 30% dos rendimentos de transporte aéreo do Grupo. A esse valor acrescem valores da faturação em dólares da manutenção em Portugal e da TAP M&E Brasil. O preço do combustível, mesmo sendo faturado em Euros e noutras divisas, consoante os mercados, é sempre calculado por referência ao dólar americano, pelo que o custo final com combustíveis depende efetivamente da cotação média do euro-dólar no período em questão. Por outro lado, tendo em conta que muitas outras despesas do Grupo TAP são denominadas em dólares, a balança cambial do dólar é, globalmente, deficitária.

De referir, a título de exemplo, que a totalidade das locações operacionais de aviões se encontram contratadas em dólares. Já a nível da dívida bancária e das locações financeiras, a percentagem denominada em dólares é cerca de 11% da dívida total. Por fim, muitos encargos operacionais e de manutenção são denominados em dólares. Em conclusão, a depreciação do dólar registada no primeiro semestre, face ao período homólogo anterior, superior a 4%, terá tido um contributo para a melhoria dos resultados de exploração.

Uma outra fonte de exposição cambial reside no real brasileiro, muito embora esta exposição seja em parte significativa conjugada com a própria exposição ao dólar da receita no mercado brasileiro. A exposição combinada resultante de tarifas em dólares e pagamentos em reais, posteriormente transferidos para Euros, significa que existe sempre algum grau de risco de exposição ao real correspondente aos saldos a receber denominados nessa moeda. Por outro lado, o volume de vendas no mercado brasileiro não é

inelástico à relação cambial entre o real e o dólar, e, por exemplo, um real mais valorizado traduzir-se-á em mais vendas, visto que as tarifas têm por base o dólar. Por outras palavras, as vendas e proveitos anuais gerados pelo Grupo TAP no mercado brasileiro não estão imunes à variação do real. No primeiro semestre do ano, a valorização do real traduziu-se por conseguinte em ganhos contabilísticos relativos a valores a receber, por contraposição a perdas registadas no período homólogo do ano anterior, em que o real desvalorizou.

Uma terceira fonte de exposição cambial do Grupo TAP está relacionada com o bolívar venezuelano, dado o montante significativo de fundos retidos nesse país, pendentes da autorização das autoridades para o seu repatriamento. No passado, o bolívar foi fortemente desvalorizado em início de 2010 e em início de 2013. O montante total de depósitos retidos na Venezuela, dada a sua expressão está exposto a um risco cambial efetivo que é continuamente monitorizado e objeto de permanentes negociações, quer bilaterais, quer multilaterais envolvendo as restantes companhias da IATA que operam na Venezuela e que sofrem as mesmas vicissitudes. De referir que a quota-parte da receita proveniente da operação na Venezuela representa atualmente 4,2% do total, tendo subido 2,7% no período homólogo de 2013.

Por último, o Grupo TAP apresenta ainda exposição a um conjunto alargado e diversificado de divisas, em especial na receita, entre as quais se destacam a libra inglesa, o franco suíço e as divisas nórdicas. Qualquer destas apresenta um peso de cerca de 4% no conjunto de rendimentos de passagens, sendo a moeda com volatilidade mais significativa a libra. A restante exposição cambial, pouco relevante, reporta-se a divisas do leste europeu e de África.

A exposição do Grupo TAP ao risco de taxa de câmbio, em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros do Grupo TAP, em divisas, convertidos para Euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

Ativos e Passivos em Divisas	30-Jun-14			
	USD	BRL	Outras	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	6 038	4 656	128 836	139 530
Contas a receber - Clientes	27 115	127 773	29 380	184 268
Contas a receber - outros	29 338	24 348	1 803	55 489
	62 491	156 777	160 019	379 287
PASSIVOS				
Financiamentos obtidos	108 305	12	-	108 317
Contas a pagar - fornecedores	3 212	13 109	4 598	20 919
Contas a pagar-outros	3 068	12 485	2 219	17 772
	114 585	25 606	6 817	147 008

Ativos e Passivos em Divisas	31-Dez-13			
	USD	BRL	Outras	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	14 490	2 626	121 478	138 594
Contas a receber - Clientes	23 523	98 865	25 584	147 972
Contas a receber - outros	32 561	26 133	1 044	59 738
	70 574	127 624	148 106	346 304
PASSIVOS				
Financiamentos obtidos	114 626	13	-	114 639

Contas a pagar - fornecedores	21 932	13 428	4 563	39 923
Contas a pagar-outros	3 224	12 315	3 167	18 706
	139 782	25 756	7 703	173 268

Em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica “Outras – Caixa e equivalentes de caixa” inclui um montante de 97 milhões de euros e 93,7 milhões de euros, respetivamente, denominados em bolívares venezuelanos (“VEF”).

Em 30 de junho de 2014, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao Euro, resultaria num impacto nos resultados do período de, aproximadamente, 23 milhões de euros.

iii) Risco de taxa de juro

A dívida do Grupo TAP situou-se, em final do primeiro semestre de 2014, abaixo de 1 000 milhões de euros, pela primeira vez desde 2006. O passivo remunerado reduziu-se em 7,5% face a final de 2013, representando a dívida da TAP S.A. cerca de 85% do total consolidado do Grupo TAP. O conjunto de linhas de curto prazo, automaticamente renováveis, corresponde a cerca de 20% do total em dívida, estando as várias linhas distribuídas por diversas instituições financeiras do mercado nacional. A maior parte da dívida do Grupo TAP é, no entanto, de médio e longo prazo estendendo-se as datas de reembolso até 2020, embora os maiores volumes a reembolsar se situem nos anos de 2015 a 2017. A dívida está colocada em diversas instituições financeiras internacionais e nacionais, sendo 46% correspondente a locação financeira de aeronaves.

Em termos de encargos, a taxa de juro média ponderada do Grupo TAP tem-se mantido estável desde 2013. O montante total de encargos financeiros do Grupo TAP representa cerca de 2% dos gastos globais. A sensibilidade à evolução da Euribor está limitada a metade da dívida, na medida em que 51% do endividamento vence juros a taxas fixas. A exposição ao risco de câmbio é muito limitada, sendo a componente em dólares da dívida de 11% do valor total.

No quadro do passivo remunerado abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se os pressupostos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do Euro-dólar, como segue: 3% para a Euribor, 1,75% para a Libor do Dólar e 1,3658 no Euro-dólar (2013: 1,3791 no Euro-dólar). Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

	30-Jun-14				
	< 1 ano	1- 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	TOTAL
Empréstimos	367 447	85 166	93 437	-	546 050
Locações Financeiras	139 542	94 160	242 338	22 404	498 444
Total	506 989	179 326	335 775	22 404	1 044 494
Empréstimos taxa fixa	102 333	49 126	73 836	-	225 295
Locações Financeiras taxa fixa	91 492	50 111	152 296	22 404	316 303
Total	193 825	99 237	226 132	22 404	541 598

	31-Dez-13				TOTAL
	< 1 ano	1- 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	
Empréstimos	311 537	138 087	135 671	-	585 295
Locações Financeiras	116 763	130 303	272 767	34 959	554 792
Total	428 300	268 390	408 438	34 959	1 140 087
Empréstimos taxa fixa	51 676	102 380	98 134	-	252 190
Locações Financeiras taxa fixa	68 530	82 894	162 418	34 959	348 801
Total	120 206	185 274	260 552	34 959	600 991

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo tem empréstimos, a 30 de junho de 2014, resultaria numa diminuição ou aumento do montante dos juros vincendos de, aproximadamente, 2 900 milhares de euros (2013: 3 500 milhares de euros).

iv) Risco de preço de combustível

O encargo com combustíveis continua a representar cerca de 33% do total de custos da TAP S.A. e cerca de 29% do total de custos do Grupo TAP. Dada a manutenção, desde 2011, das cotações do petróleo bruto um pouco acima de 100 dólares por barril, e a manutenção dos preços do combustível de aviação em torno de 1 000 dólares por tonelada, o impacto deste custo variável na exploração tem-se mantido simultaneamente elevado mas também estável. Em 2014, verificou-se uma ligeira baixa no preço médio do Platts face ao período homólogo de 2013 e face também ao nível médio do ano anterior. A redução de preço no semestre rondou os 2%. Por outro lado, a baixa do dólar na faturação deste item, correspondente ao primeiro semestre, foi de cerca de 4%. Quanto ao volume de combustível consumido, verificou-se um aumento de 3%, em linha com o aumento de PKO's, isto é, com o aumento de oferta da TAP. O resultado conjugado dos vários fatores de custo de combustível traduziu-se num decréscimo global da fatura de combustível, em Euros, em cerca de 3%. A estes fatores deve adicionar-se o efeito do hedging que permitiu baixar um pouco mais o custo global, ao contrário do que sucedera no período homólogo do ano anterior. A redução total registada nesta rubrica dos custos de exploração foi, assim, superior a 4%, a despeito do aumento da atividade de transporte aéreo de 2,6%.

Manteve-se durante o período uma atividade de hedging regular, tendo sido levadas a cabo operações para o próprio semestre, que produziram os resultados acima referidos, e para o segundo semestre do ano, correspondentes a metade do consumo estimado. Tendo presente o hedging efetuado, a análise de

sensibilidade ao preço do jet fuel conduzirá ao seguinte resultado: uma variação, por hipótese, em 100 dólares, do preço da tonelada de combustível, teria, no segundo semestre do ano, com o euro-dólar a 1,35, um impacto aproximado, na parcela sem hedging (metade do consumo estimado) de cerca de 18,5 milhões de euros.

v) *Risco de crédito e de liquidez*

A situação de tesouraria tem vindo a evoluir favoravelmente dispondo o Grupo de montantes de liquidez adequados ao prosseguimento da sua atividade. Os montantes totais depositados nos diversos bancos nacionais e internacionais correspondem a quase 17% do ativo e a cerca de 12% do total de gastos anualizados do Grupo. De notar que uma parte das disponibilidades, essencialmente montantes detidos na Venezuela, está condicionada a permissão por parte das autoridades para a sua transferência. Dada a grande diversidade de geografias e jurisdições em que o Grupo TAP opera, os riscos políticos, financeiros, fiscais e cambiais podem afetar os fundos a repatriar, contudo o Grupo tem vindo a ultrapassar os vários obstáculos que se apresentam e a reforçar consistentemente a sua tesouraria.

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

O quadro seguinte apresenta elementos relativos à posição de liquidez do Grupo em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	30-Jun-14	31-Dez-13
Ativos não correntes		
Depósitos Judiciais – Brasil	19 710	17 648
Outros ativos não correntes	25 281	25 253
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	305 641	270 611
Contas a receber – clientes	257 158	205 690
Outros ativos correntes	79 438	75 246
	687 228	594 448
Exposição ao risco de crédito fora de balanço		
Garantias prestadas	74 783	66 904
Outros compromissos	325 970	252 462
	400 753	319 366

A qualidade de risco de crédito e liquidez do Grupo, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, face a ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivados), cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

	30-Jun-14	31-Dez-13
AA-	-	-
A+	-	108
A	30 212	18 219
A-	4 475	769
BBB	-	-
BBB-	4 406	-
BB+	-	-
BB	312	5 346
BB-	33 237	3 522
B+	156	-
B	38 984	61 446
Outros	200 088	188 984
	311 870	278 394
Instrumentos financeiros derivados	6 536	7 988
Depósitos bancários	305 334	270 406
	311 870	278 394

A rubrica “Outros” contém valores referentes a diversas instituições internacionais, para as quais não foi possível obter a notação de *rating*, incluindo 97 milhões de euros depositados na Venezuela.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento:

	30-Jun-14	31-Dez-13
Valores não vencidos	167 437	136 754
de 1 a 90 dias	66 940	10 090
de 91 a 180 dias	4 110	20 375
de 181 a 270 dias	4 606	17 504
de 271 a 365 dias	4 556	17 662
a mais de 366 dias	74 562	63 165
	322 211	294 260
Imparidades	(65 053)	(62 686)
Saldo líquido	257 158	231 574

Os valores apresentados correspondem aos montantes em dívida, após os prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas. A imparidade reconhecida respeita, essencialmente, às dívidas com mais de 366 dias.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens são regularizados, principalmente, através do sistema *IATA Clearing House*, o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

57 - Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes

PARPÚBLICA

i) Ativos e Passivos Contingentes

Não são conhecidos ativos e passivos contingentes além dos seguintes:

- Eventuais responsabilidades por remunerações variáveis dos ex-administradores decorrentes dos contratos de gestão para o mandato 2007-2009, sobre as quais existe dúvida sobre o grau de certeza de serem passivos efetivos da empresa. Os prémios respeitam a 50% da remuneração variável de 2008 (77 850,06 euros) cujo pagamento fora diferido pelo acionista, bem como à remuneração variável de 2009 e por desempenho no mandato de 2007-2009. Em 2010 o acionista pronunciou-se no sentido da não atribuição de remuneração variável tendo em conta o disposto no artigo 172.º da Lei do OE/2010.
- A IMOCAPITAL, SGPS, S.A. interpôs em 2005, contra o Estado português e a PARPÚBLICA (esta na qualidade de sucessora nos direitos e obrigações da extinta PORTUCEL, SGPS, S.A.), uma ação administrativa em que pede a condenação dos Réus a pagar-lhe uma indemnização no mínimo de 46 765 399,62 euros, acrescida de juros de mora desde a data da citação até ao integral pagamento, alegando a violação, pelo Estado e pela ex-PORTUCEL, SGPS, S.A., do direito que lhe assistiria de comprar 25% das ações representativas do capital social da GESCARTÃO. Esse direito teria origem no contrato celebrado em 2002 entre a IMOCAPITAL e as referidas entidades, no decurso da 1.ª fase de reprivatização do capital social da GESCARTÃO, no âmbito da qual a IMOCAPITAL adquiriu 65% do mesmo capital social. A ação foi ganha em 1.ª instância pelos Réus, em 2008, mas desde então tem sido objeto de vários recursos, por força dos quais o processo regressou recentemente à 1.ª instância, tendo sido anulado todo o processado a partir de fls. 1610 e ordenada a baixa dos autos a fim de serem conhecidas as reclamações apresentadas e seguidos os termos normais do processo. Não obstante, não se prevê que ocorra, em futura decisão, alteração significativa do teor da sentença anteriormente proferida em 1.ª instância quanto à questão substantiva apresentada a juízo.

ii) Eventos Subsequentes relevantes

Na assembleia geral extraordinária da INAPA em 6 de agosto de 2014, foi aprovada uma alteração ao contrato de sociedade, prevendo que, durante o período temporal em que as ações preferenciais emitidas pela sociedade confirmam direito de voto, não sejam considerados os votos emitidos por um acionista em nome próprio ou como representante de outro que excedam um terço da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

De acordo com informação prestada pela Direção Geral do Orçamento, a PARPÚBLICA irá constar da lista das entidades que integram o setor institucional das Administrações Públicas para efeitos do Orçamento de Estado de 2015. O INE divulgará essa informação, oficialmente, em setembro de 2014.

Grupo AdP

i) Ativos e Passivos Contingentes

Empresa	Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)
Águas do Algarve, S.A.	Processo n.º 232/2000 - O processo corre termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposto pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.. O pedido formulado contra a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. - inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, S.A., - é de € 2 662 385,97 (dois milhões seiscentos e sessenta e dois mil trezentos e oitenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos). Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se pela decisão sobre a matéria de facto.	Remoto	2 662 386
Águas do Algarve, S.A.	Processo nº 46/09.3BELLE Ação proposta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé contra a Águas do Algarve S.A. por Somague, Engigás, Neopul, Construtores ACE, em que, no âmbito da empreitada de “conceção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida” e com fundamento em alegada inexecuibilidade técnica das travessias da Ria Formosa, foi formulado um pedido no valor de €8 332 017,21.	Remoto	8 332 017
Águas do Algarve, S.A.	Processo nº 516/09.3BELLE - Ação proposta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé contra a Águas do Algarve, S.A. por Somague, Engigás, Neopul, Construtores, S.A., em que, com o mesmo alegado fundamento de inexecuibilidade técnica das travessias da Ria Formosa (e, desta feita, invocando a nulidade parcial do respetivo contrato de empreitada), vem impugnada a decisão tomada pela Águas do Algarve, S.A. no sentido da rescisão com justa causa do contrato de empreitada por incumprimento definitivo imputado ao ACE empreiteiro e em que vem formulado pedido de €9 191 597,54 (que é mera atualização do pedido de €8 332 017,21 formulado na anterior ação nº 46/09.3 BELLE). A ação foi contestada pela Águas do Algarve, S.A. com fundamentos idênticos aos da anterior ação /Proc. 46/09.3BELLE.	Provável	9 191 598
Águas do Algarve, S.A.	Proc. n.º 297691/11.6YIPRT - Proc. 105/12.5BELLE - Município de VRSA – Em 05-12-2011 a Ada intentou um processo de injunção no montante de €1 596 416. Após contestação da Ré o Tribunal administrativo e fiscal de Loulé decidiu anular todo o processo por inaptidão do mesmo. A AdA interpôs recurso da decisão e a Ré também. O auto deu entrada no Tribunal Central Administrativo do Sul no dia 13-11-2012 e tem o número 9414/12 e está a aguardar decisão judicial. Considerando que os processos em tribunal relacionados com a faturação de VMG acarretam algum risco quanto à sua decisão, já que existe alguma resistência por parte dos Clientes relativamente ao pagamento de gastos não incorridos pela Empresa. Foi constituída uma provisão de €1 081 293,57 (VRSA €390 043,69 + TaviraVerde €691 249,87) em 2012. Em 2013, a mesma foi reforçada em €223 233.	Provável	1 596 416
Águas do Algarve, S.A.	Proc. n.º 296791/11.4YIPRT - Proc. 10/12.7BELLE - Município de VRSA – Em 05-12-2011 a Ada intentou um processo de injunção no montante de €2 495 898,41. O auto deu entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé no dia 23-01-2012. Foi pedido à Ada para aperfeiçoar a petição inicial tendo esta sido novamente enviado para o tribunal no dia 01-03-2012 a Ré apresentou a contestação em 11-04-2012 e a audiência preliminar realizar-se-á no dia 31-01-2013. Considerando que os processos em tribunal relacionados com a faturação de VMG acarretam algum risco quanto à sua decisão, já que assiste alguma resistência por parte dos Clientes relativamente ao pagamento de gastos não incorridos pela Empresa, foi constituída uma provisão de €1 081 293,57 (VRSA €390 043,69 + TaviraVerde €691 249,87) em 2012.	Provável	2 495 898
Águas do Algarve, S.A.	Proc. 4278/11.2BELLE - Município de Tavira/TaviraVerde, E.M. – Ação administrativa intentada em 14-07-2011, no valor de €2 533 779,30. Em 21-05-2012 realizou-se a audiência preliminar onde foi decidido apensar este processo ao processo anterior com o número 65/10.7BELLE. Aguarda decisão do tribunal. Considerando que os processos em tribunal relacionados com a faturação de VMG acarretam algum risco quanto à sua decisão, já que assiste alguma resistência por parte dos Clientes relativamente ao pagamento de gastos não incorridos pela Empresa, foi constituída uma provisão de €1 081 293,57 (VRSA €390 043,69 + TaviraVerde €691 249,87) em 2012. Em 2013, a mesma foi reforçada em €223 233.	Provável	2 533 779

Empresa	Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)
Águas do Algarve, S.A.	Processo Nº 715/09.8 BELLE. Ação instaurada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé pela Águas do Algarve, S.A. contra Somague, Engigás, Neopol, Construtores, ACE e contra as respetivas empresas agrupadas, na qual foi formulado pedido de €1 894 762,79 por incumprimento definitivo do contrato de empreitada, imputável ao empreiteiro (trata-se da mesma empreitada de “conceção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida”). Foi proferida sentença que absolveu as demandadas. Essa sentença não apreciou as questões de mérito suscitadas na ação (basicamente, a justeza da rescisão do contrato de empreitada e da pretensão indemnizatória daí emergente, reclamada pela Águas do Algarve), tendo sido fundamentada, exclusivamente, na circunstância de, no entendimento do Tribunal, a ação ter sido instaurada para além do prazo de caducidade de 132 dias previsto no art. 255º do RJEOP (aprovado pelo Decreto Lei nº 59/99, de 2 de Março). Essa decisão é manifestamente ilegal. O preceito legal (art. 255º do RJEOP) que fixa o prazo de caducidade de 132 dias invocado pela sentença, como resulta da respetiva letra, é aplicável apenas às ações propostas pelo empreiteiro e não já também às ações propostas pelo dono da obra (no caso, a Águas do Algarve). E ainda que tal preceito fosse aplicável ao caso vertente, a ação foi instaurada no 130º dia subsequente à rescisão do contrato de empreitada. Assim, foi interposto recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul, que se acha pendente.	Remoto	1 894 763
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Processo 360365/10.4YIPRT que corre os seus termos no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Évora, no qual a AdCA é autora e o Município de Évora Réu, trata-se da conversão em ação ordinária da injunção intentada em Novembro de 2010, para cobrança do valor de €5 599 742,96. O processo encontra-se a aguardar a marcação de audiência de julgamento. À data, está por liquidar cerca de €107 737,39 de capital assim como valores correspondentes a juros de mora.	Provável	5 599 743
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Processo 194/12.2BEBJA que corre termos no TAF de Beja, sendo um processo de execução contra o Município de Évora, para cobrança de €5 026 576,34. Trata-se da execução da injunção n.º 216966/11.0YIPRT, a qual foi convertida em título executivo. O município de Évora deduziu oposição à execução, sem fundamento legal, alegando a inclusão das faturas apresentadas para execução no PAEL. Ao abrigo do referido programa, o município já pagou a totalidade do capital em dívida (€4 462 414,09), encontrando-se por liquidar valores correspondentes a juros de mora.	Provável	5 026 576
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Processo 358/13.1BEBJA que corre os seus termos no TAF de Beja e resultou da remessa da injunção 98658/13.5YIPRT, contra o Município de Évora, para a cobrança de €7 498 698,00. Trata-se da conversão em ação ordinária da injunção intentada em julho de 2013, por via da dedução de oposição por parte do Município em causa. As probabilidades de ganho de causa são elevadas.	Possível	7 498 698
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Processo 359/13.0BEBJA que corre os seus termos no TAF de Beja e resultou da remessa da injunção 99440/13.5YIPRT, contra o Município de Évora, para a cobrança de €7 030 769,97. Trata-se da conversão em ação ordinária da injunção intentada em julho de 2013, por via da dedução de oposição por parte do Município em causa. As probabilidades de ganho de causa são elevadas.	Possível	7 030 770
Águas do Noroeste, S.A.	Construtora do Tâmega, SA e Outros	Remoto	2 965 666
Águas do Noroeste, S.A.	Construtora do Tâmega, SA e Outros	Remoto	3 326 980
Águas do Noroeste, S.A.	Alberto Martins de Mesquita & Filhos, SA	Remoto	8 457 485
Águas do Oeste, S.A	Faturação de mínimos ao Município de Alcobaça em 2010	Possível	2 285 656
Águas de Santo André, S.A	Processos de injunções e ações administrativas ordinárias à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, relativos à prestação de serviços de Recolha e Tratamento de Água Residual Urbana	Provável	2 684 867
Águas de Santo André, S.A	Processos de injunções e ações administrativas ordinárias à Câmara Municipal de Sines, relativos à prestação de serviços de Recolha e Tratamento de Água Residual Urbana e Abastecimento de Água para Consumo Humano em Alta	Provável	3 133 076
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Contraordenação por falta de licença (a obra foi devidamente licenciada pela CCDRN, conforme licença P.DV.nº266/07). Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo n.º 403549	Remoto	2 500 000
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa, processo nº 2063/2008.	Remoto	2 500 000
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Contraordenação de rejeição de águas residuais para a valeta. Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº 5955/2008.	Remoto	2 500 000

Empresa	Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Contraordenação de rejeição de águas residuais para uma linha de água no solo. Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº 10586/2009.	Remoto	2 500 000
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº 403549.	Remoto	2 500 000
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Através desta ação, alegam que a Ré, no âmbito do contrato de empreitada para a construção de execução da barragem de Pretarouca, impôs uma série de alterações e modificações ao projeto inicial, alterando o seu objeto e a forma inicial do concurso, no sentido de obter uma indemnização para si, a ação já foi contestada, e juntou-se bastante prova documental que considere relevante para o decaimento do pedido. Em ambas as situações aguarda-se marcação de audiência de julgamento, não sendo, na presente data, possível afirmar, com um grau de probabilidade razoável, qual a estimativa final de responsabilidades, incluindo custas judiciais e outros encargos. Processo nº 334/10.	Remoto	4 383 552
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Ação declarativa de condenação por falta de pagamento de faturas emitidas pela ATMAD. Processo nº 149/12.	Remoto	1 736 980
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Ação administrativa comum, em que o consórcio SADE/EDIOC, pedem o valor de €3 053 327,10, título de indemnização por sobregastos em obra. A ATMAD contestou e reconveio pedindo o valor €1 917 816,48, a título de indemnização pelos prejuízos causados pelas AA. à ATMAD, pela demora em terminarem a obra, sendo que a ATMAD aplicou multas contratuais a este consórcio que não estão, ainda a ser discutidas judicialmente.	Remoto	1 859 936
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Ação administrativa entreposta pela empresa Conduril relativa ao contrato de empreitada de construção da barragem de Olgas no tribunal administrativo e fiscal de Mirandela. Processo nº 280/09.	Remoto	2 019 888
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Ação arbitral proposta pelo MUNICÍPIO DO FUNDÃO, que vem reclamar o pagamento de indemnização no montante de €43 394 957,71 (quarenta e três milhões trezentos e noventa e quatro mil novecentos e cinquenta e sete euros e setenta e um cêntimos). Paralelamente, a AzC reclama do MUNICÍPIO DO FUNDÃO o pagamento de indemnização no valor de €186 149 (cento e oitenta e seis mil cento e quarenta e nove euros). Por acórdão de 29 de outubro de 2010, o Tribunal Arbitral reconheceu apenas parcialmente a pretensão do MUNICÍPIO DO FUNDÃO, com um quantitativo a fixar em sede de execução de sentença e com um valor limite de €762 022,59 (setecentos e sessenta e dois mil vinte e dois euros e cinquenta e nove cêntimos). Por seu turno, relativamente à ÁZC, o pedido indemnizatório formulado foi julgado parcialmente procedente, com a atribuição de uma indemnização também a fixar em execução de sentença e com o limite máximo de €364 615 (trezentos e sessenta e quatro mil seiscientos e quinze euros). Ambas as partes recorreram da decisão do Tribunal Arbitral, encontrando-se o processo, neste momento, ainda a aguardar a decisão do Tribunal Central Administrativo Sul.	Remoto	43 394 958
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Processo n.º 450/11.7BECTB – Ação administrativa comum, sob a forma de processo ordinário, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, proposta pelo MUNICÍPIO DE AGUIAR DA BEIRA, MUNICÍPIO DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE BELMONTE, MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA, MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES, MUNICÍPIO DO FUNDÃO, MUNICÍPIO DE GOUVEIA, MUNICÍPIO DA GUARDA, MUNICÍPIO DE MANTEIGAS, MUNICÍPIO DE MEDA, MUNICÍPIO DE PENAMACOR, MUNICÍPIO DE PINHEL e MUNICÍPIO DE SABUGAL contra o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO e a AZC. Nessa ação pretendem os municípios que (i) seja declarada a nulidade do contrato de concessão de exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes celebrado em 15 de Setembro de 2000, entre o Estado Português e a AZC, que (ii) seja declarada a nulidade dos contratos de recolha de efluentes e de abastecimento de água, celebrados, na mesma data, entre os Autores e a AzC e que (iii) seja declarada a nulidade dos contratos de cedência e valorização de infraestruturas municipais celebrados entre os Autores e a AzC. Aguarda-se pela fase de indicação de meios de prova, que é prévia à fase de julgamento;	Remoto	n/a
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Injunção n.º 389714/08.3YIPRT, que passou a Proc. Judicial nº 119/09.2BELSBTAC Lisboa. Descrição do processo: Injunção instaurada pela SANEST, conforme instruções da AdP, contra o Município de Sintra, por dívidas dos respetivos SMAS relacionadas com a prestação de serviços de recolha de efluentes da área do referido Município, faturados na sequência da implementação do sistema de faturação por medição de caudais, conforme Contrato de Concessão e Contrato de Recolha de Efluentes.	Possível	1 845 277

Empresa	Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Processo Judicial n.º 3872/07.4TBCSC e Apenso / Cascais – de determinação da indemnização por expropriação. Descrição do processo: Recurso Contencioso da Arbitragem Indemnizatória no âmbito da expropriação pela SANEST da Parcela 1, necessária a construção da nova ETAR da Guia, Fase Líquida, que se refere a DUP constante do despacho n.º 26441/2005, do Senhor SEOTC, publicado no D.R. II série n.º 244, de 22/12/2005;	Provável	1 382 600
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Processo Judicial n.º 1263/12.4BELSB – TAC Lisboa Descrição do Processo: Ação Administrativa Comum – forma ordinária, intentada pelo Município de Sintra contra a SANEST, por alegados prejuízos causados pela não retificação/ reembolso de IVA liquidado em excesso pela mesma na faturação à quele, de Julho de 2000 a Abril de 2003 e pelo mesmo paga, dos Serviços de Recolha e Tratamento de Águas Residuais, conforme Contratos de Concessão e de Recolha de Efluentes.	Provável	1 564 420

ii) Eventos Subsequentes relevantes

No dia 4 de agosto de 2014, a Administração do Grupo AdP teve conhecimento da existência de um Processo Especial de Revitalização sobre a empresa Artland PTA, SA, cliente do grupo (Águas de Santo André). À data da emissão das presentes demonstrações financeiras são incertos os desfechos e impactos potenciais deste processo, no entanto, no pior cenário a exposição máxima do Grupo AdP é de aproximadamente 5,4 milhões de euros.

Grupo TAP

i) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o Grupo não possuía ativos contingentes.

ii) Passivos contingentes

A subsidiária brasileira TAP M&E Brasil possui ações de naturezas tributária, civil e laboral, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão, conforme segue:

Descrição	(Valores em milhares de euros)	
	30-Jun-14	31-Dez-13
Ações laborais - Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS") não depositado entre 2002/2004 e Periculosidade/Insalubridade A principal ação laboral trata-se de um processo movido pelo Sindicato onde é reclamado o depósito do FGTS entre o período 2002 e 2004 de todos os funcionários de Porto Alegre. A outra ação refere-se, ao requerimento de pagamento adicional de insalubridade e periculosidade, para todos os funcionários que exercem a função de auxiliar de manutenção de aeronaves em Porto Alegre. Após análise da prova pericial, foi concluído que as atividades exercidas não se caracterizam como perigosas ou insalubres. O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho de Brasília com recurso do Sindicato para ser julgado. A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014.	81 349	67 701
Ação fiscal - Execução fiscal de obrigações acessórias de ICMS Em dezembro de 2007, a subsidiária foi notificada, no âmbito de uma execução fiscal, proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo (Guarulhos), relativa a obrigações acessórias de ICMS. A subsidiária realizou a penhora de 2% da faturação, bem como a suspensão da execução com as razões para a revisão da execução fiscal. Atualmente, a subsidiária está a aguardar a decisão do Juiz em relação à suspensão da execução. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.	9 954	8 927

Descrição	30-Jun-14	31-Dez-13
<p>Ação fiscal - Auto de infração de imposto de importação ("II"), imposto sobre produtos industrializados ("IPI"), programa de integração social ("PIS") e contribuição para financiamento da segurança social ("COFINS")</p> <p>A subsidiária foi notificada pela Reserva Federal, em 16 de outubro de 2007, que entendeu não serem aplicáveis às operações de importação da subsidiária a isenção de II e IPI e a alíquota 0% de PIS e COFINS. Aguarda-se o julgamento da defesa apresentada pela subsidiária. A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que deste processo não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	38 894	34 677
<p>Ação fiscal - Auto de infração de imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ"), contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL"), PIS e COFINS referente ao ano de 2007</p> <p>O fisco federal entendeu que haveria inconsistência nas declarações apresentadas pela subsidiária TAP M&E Brasil, desconsiderando, assim, toda a contabilidade para o período mencionado e arbitrando o valor dos tributos devidos. No decurso do ano de 2013, o processo, cujo montante era mais significativo, relacionado com o IRPJ e CSLL foi concluído com êxito. Relativamente às contribuições PIS e COFINS foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1ª instância.</p>	1 634	1 449
<p>Ação fiscal - Auto de infração de incumprimento no regime de importação temporária</p> <p>Em 2012, a subsidiária foi notificada pela Receita Federal, devido ao não cumprimento do regime de importação temporária. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.</p>	5 773	5 090
<p>Ação fiscal - Auto de infração de IRPJ/CSLL</p> <p>Em 2012, foram instaurados vários processos administrativos, decorrentes da não homologação da compensação, realizada através da Declaração de Compensação de Tributos referentes a saldos negativos de IRPJ e de CSLL, por suposta utilização de créditos indevidos. Foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1ª instância. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	333	213
<p>Ação fiscal - Auto de infração - Multa tributária</p> <p>A subsidiária TAP M&E Brasil foi multada por incumprimento de regimes de exportação temporária em 2009. Todos os processos administrativos decorrentes estão a ser defendidos no âmbito do Conselho de Contribuintes, sendo a probabilidade de perda por parte da subsidiária considerada possível.</p>	213	190
<p>Ação fiscal - Auto de infração – Compensação de tributos não homologada</p> <p>A subsidiária foi notificada pela inconformidade no preenchimento da Declaração de Compensação de Tributos, não tendo sido homologada. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda é considerada como possível.</p>	87	77
<p>Ação cível – Execução de honorários de advogados</p> <p>Execução de honorários de advogados contra a subsidiária brasileira, após desistência de ação e recurso à adesão ao parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). Encontra-se em fase de apelação com probabilidades de perda possível.</p>	3 963	n.a.
<p>Ação cível – Ação de cobrança de contribuição fiscal</p> <p>A subsidiária TAP M&E Brasil foi notificada a pagar uma contribuição mensal com o argumento de que a TAP M&E Brasil é identificada como uma indústria. Aguarda nova audiência, cuja probabilidade de perda é considerada como possível.</p>	115	n.a.
<p>Outras - Ativos penhorados</p> <p>A subsidiária TAP M&E Brasil possui diversos bens ativos penhorados, no valor de 16 363 milhares de euros (15 070 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013), que se referem a garantias requeridas em processos fiscais e laborais. Entre os bens encontram-se veículos, computadores, componentes, itens dos hangares do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outros.</p>	16 363	15 070

Grupo Baía do Tejo

i) Passivos contingentes

Dos processos judiciais em curso em 30 de junho de 2014 referentes a um fornecedor que reclamava o pagamento de faturas em dívida e respetivos juros de mora, bem como de outros trabalhos prestados, no montante global de 4 563 milhares de euros apenas está em curso a ação que reclamava os juros de mora sendo que as restantes ações já transitaram em julgado com decisão favorável à Baía do Tejo. A garantia bancária prestada no montante de 1 666 milhares de euros, foi já reclamada em fevereiro de 2014 no sentido da mesma ser libertada.

Os acórdãos favoráveis à Baía do Tejo, proferidos no âmbito dos processos findos no corrente ano mormente o proferido no âmbito do processo nº 4155/05 TB SXL, foi junto à referida ação de reclamação

de juros de mora esperando-se decisão favorável à Baía do Tejo. Foi também proferida sentença favorável à Baía do Tejo relativa a uma das ações em que são reclamados juros por atraso no pagamento de faturas, encontrando-se em curso o recurso de revista interposto pela Autora já em janeiro de 2013.

Salienta-se que, do valor da dívida reclamada, a Empresa tem registada uma fatura no montante de 635 milhares de euros. Por outro lado, uma vez que este assunto está relacionado com o processo de despoluição dos pós históricos da Maia, todos os gastos deste processo foram assumidos pelo Estado, por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças nº 814/08-SETF, de outubro, pelo que não foi constituída qualquer provisão.

Ainda relacionado com o processo dos Pós históricos da Maia decorre em contencioso um processo, interposto em julho de 2008, contra a Urbindústria, Sneges, SN Longos e o fornecedor acima referido, referente a um pedido de suposta remoção de resíduos depositados indevidamente nos terrenos do autor da ação. O pedido da ação ascende a 1 045 milhares de euros. Tal como na situação acima referida, assume-se que os eventuais encargos que possam ocorrer serão assumidas pelo Estado, não sendo por isso constituída qualquer provisão para o efeito.

1) Matérias Ambientais

No âmbito do processo de liquidação da Siderurgia Nacional, SGPS, S.A., foram assumidas pela Urbindústria, mediante Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e da Indústria e Energia, as responsabilidades que aquela Empresa tinha assumido, no âmbito dos acordos celebrados em Julho de 1995, com a Lusosíder, Aços Planos, S.A., com a Siderurgia Nacional – Empresa de Produtos Longos, S.A., associadas aos processos de privatização e com a Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, S.A., (posteriormente transformada em SNEGES), relacionadas com ações de descontaminação ambiental, tratamento de resíduos sólidos e sedimentos nas instalações destas sociedades, no Seixal e na Maia, que tivessem sido gerados antes da constituição das mesmas.

No âmbito dos mencionados acordos de 1995 a então Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, S.A., também assumiu responsabilidades ambientais de natureza semelhante.

Deste modo, e face ao processo de fusão operado em 2009, as referidas responsabilidades foram todas integradas na Baía do Tejo.

Por sua vez, a ex-Quimiparque, ao integrar no seu património uma área industrial, no Barreiro, onde, ao longo dos anos, se desenvolveram diversas indústrias químicas, assumiu igualmente responsabilidades decorrentes dos diversos resíduos e sedimentos existentes no referido território.

1.a) Instalações siderúrgicas da Maia

Em 2001 deu-se início ao processo de descontaminação ambiental dos resíduos da fábrica da Maia, pertencente à SN Longos. No entanto, na sequência de uma determinação da Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território – Norte, foram suspensos os trabalhos de remoção de resíduos, para clarificação de dúvidas relacionadas com as quantidades e classificação dos resíduos removidos e a remover. Em resultado desta decisão, o Conselho de Administração da altura decidiu suspender o

pagamento de faturas apresentadas diretamente pela entidade responsável pela remoção dos resíduos, até completo esclarecimento da situação.

Em consequência da suspensão dos trabalhos e do não pagamento das faturas foram, entretanto e numa primeira fase, intentados processos de injunção por parte da empresa responsável pela remoção dos resíduos, no valor global de 1 648 milhares de euros, reclamando o pagamento das faturas vencidas.

A Baía do Tejo deduziu oposição, tendo em consideração as dúvidas existentes relacionadas com as quantidades de resíduos removidos, tendo prestado garantia pelo montante global reclamado pelo fornecedor. Entretanto, uma das faturas em causa, no montante de 1 013 milhares de euros, foi devolvida, por se entender que não correspondia a serviços efetivamente prestados.

Os restantes 635 milhares de euros encontram-se registados em Fornecedores conta corrente, muito embora não estejam a ser reconhecidos juros vencidos.

Adicionalmente, a empresa prestadora dos serviços de remoção tentou ainda mais três ações judiciais contra a Baía do Tejo, requerendo o pagamento de juros de mora pelo atraso no pagamento das faturas, nos montantes de 1 606 milhares de euros, 46 milhares de euros e 1 285 milhares de euros.

O Tribunal proferiu, em junho de 2010, decisão desfavorável à Baía do Tejo, tendo esta interposto recurso, requerendo efeito suspensivo e prestado garantia bancária, acabando por vir a ser absolvida do pedido por decisão do Supremo Tribunal de Justiça em sede de recurso. Atualmente, encontra-se a aguardar decisão sobre o requerimento apresentado pela Autora da ação, que arguiu a nulidade do Acórdão proferido pelo STJ, razão pela qual ainda não transitou em julgado o referido Acórdão, mantendo-se, todavia, cativa a caução prestada. Contudo, foi também proferida sentença favorável à Baía do Tejo relativa a uma das ações em que são reclamados juros por atraso no pagamento de faturas, encontrando-se em curso o recurso de revista interposto pela Autora em já janeiro de 2013.

As demonstrações financeiras não refletem qualquer responsabilidade relacionada com estes processos, entendendo o Conselho de Administração que assiste razão à Empresa. No entanto, ainda que tal não se verifique, qualquer responsabilidade adicional que recaia sobre a Baía do Tejo será repercutida sobre o Estado, atendendo a que se trata de responsabilidade ambientais por factos ocorridos no período pré-privatização.

Em dezembro de 2009 foi já concluída a empreitada de remoção dos pós históricos remanescentes que ainda permaneciam nas instalações da SN-Longos Maia, tendo sido emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente o Atestado de Não Contaminação da área de intervenção em causa, nos termos previstos no Acordo celebrado em dezembro de 2009 entre a Urbindústria, a SN-Longos e a PARPÚBLICA. No âmbito da assunção, pelo Estado, destas responsabilidades, esta empreitada não gera qualquer impacto sobre a conta de exploração da Baía do Tejo.

1.b) Instalações siderúrgicas do Seixal

Com a transformação da Siderurgia Nacional, Empresa de Serviços, S.A., dando origem à SNESGES, operada em 2005, os principais objetivos da gestão centraram-se no desenvolvimento do estudo de Ordenamento Urbano e Paisagístico de reconversão da área afeta à atividade siderúrgica do Seixal, perspetivando-se a

criação nesta zona de um Pólo Empresarial, no qual venham a sediar-se novas unidades empresariais destinadas à indústria, comércio e serviços, zonas de habitação, de recreio e de lazer junto ao rio.

Entretanto, foram concluídas, no decurso do exercício de 2009, as ações relativas às demolições de parte significativa dos edifícios desativados e ao desmantelamento dos equipamentos afetos à antiga atividade siderúrgica, bem como à respetiva limpeza dos terrenos.

Na sequência do Despacho Conjunto nº 28.176/2007, de 24 de Agosto, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, visando a inventariação, qualificação e quantificação dos passivos ambientais por solos contaminados em zonas agrícolas, industriais e de exploração mineira, entre outras, e consequente aplicação de um plano de investimento para a sua recuperação, foi constituído um Grupo de Trabalho para definir orientações e prioridades no domínio da reabilitação das áreas contaminadas e enquadrar o programa de investimento neste domínio a submeter a financiamento comunitário no âmbito dos Programas Operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013).

Neste contexto, foi constituído, em dezembro de 2008, um ACE juntamente com a EGF, com o objetivo de coordenar e preparar a candidatura ao Programa Operacional de Valorização do Território, com vista à obtenção de financiamento comunitário necessário à realização do programa de requalificação ambiental dos terrenos anteriormente afetos à atividade siderúrgica no Seixal.

No âmbito deste ACE foi adjudicado o Estudo final de caracterização do estado de contaminação dos solos e águas subterrâneas e definição dos usos futuros do território, avaliação do risco e definição de cenários de descontaminação e respetiva estimativa de gastos, bem como a prestação de serviços de fiscalização deste estudo, que se realizou a coberto das candidaturas apresentadas.

A candidatura deste Estudo aos apoios do POVT teve decisão favorável, envolvendo um contrato de financiamento de 500 milhares de euros já assinado, com uma comparticipação de 350 milhares de euros.

O referido Estudo foi concluído no 4º trimestre de 2011 permitindo a elaboração o Plano Diretor de Intervenção apresentado à Agência Portuguesa do Ambiente e ao P.O.V.T./Q.R.E.N. para validação e posterior apresentação de novas candidaturas a fundos comunitários no sentido de prosseguir com as ações de remoção de resíduos e de descontaminação de solos e águas subterrâneas.

Entretanto, em 2010, foi apresentada uma segunda candidatura ao POVT, para a remoção dos resíduos depositados no Vazadouro Central e no Vazadouro I, incluindo as respetivas ações de fiscalização, bem como do seu transporte e entrega em destino final adequado para valorização / tratamento / eliminação. Esta candidatura, que já foi objeto de decisão favorável de financiamento, contempla uma estimativa de investimento de 12 974 milhares de euros, com uma comparticipação comunitária estimado de 9 082 milhares de euros.

Em 2011 e na sequência de concurso público internacional, foi adjudicada e concluída a ação de remoção de resíduos depositados na Zona Poente do Vazadouro I. Esta ação que incluiu a prestação de serviços de fiscalização, teve um gasto global de 2 870 milhares de euros com uma comparticipação comunitária de 2 009 milhares de euros.

Em 2012 e na sequência de um novo concurso público internacional, foi adjudicada e concluída a remoção das lamas do alto-forno localizadas na zona central, mais concretamente na margem norte da Lagoa da Palmeira. Esta ação teve um gasto global, incluindo os serviços de fiscalização, no montante de 2 084 milhares de euros.

Segundo a mesma metodologia das ações anteriores, em 2013 foram executadas duas ações de eliminação de passivos ambientais (remoção de resíduos nas Zonas Central e Nascente do Vazadouro I), no valor global de 5 714 milhares de euros.

Encontra-se constituída uma provisão no montante de 4 415 milhares de euros, para fazer face às responsabilidades ambientais decorrentes em questão. Adicionalmente, existe ainda uma outra provisão, destinada a acautelar encargos com desmantelamento de instalações, no montante de 499 milhares de euros, totalizando 4 914 milhares de euros.

Deste modo, o Conselho de Administração não se encontra ainda em condições de avaliar se a provisão constituída será, ou não, suficiente para fazer face aos encargos envolvidos de responsabilidade da empresa.

1.c) Instalações industriais do Barreiro

Na sequência do referido Despacho Conjunto nº 28.176/2007, de 24 de Agosto, foi igualmente constituído, no final de 2008, um outro ACE, envolvendo também a EGF, com o objetivo de coordenar e preparar a candidatura ao POVT, com vista à obtenção de financiamento comunitário necessário à realização do programa de requalificação ambiental da zona industrial do Barreiro pertencente à Baía do Tejo.

A candidatura teve decisão favorável, envolvendo uma comparticipação de 350 milhares de euros.

O referido Estudo foi concluído no 3º trimestre de 2011, e na sequência do concurso realizado, foi já adjudicada e concluída a empreitada de remoção dos resíduos depositados no Parque de Lamas de Zinco. Este investimento foi contratualizado por 4 355 milhares de euros com uma decisão favorável de cofinanciamento, no montante de 3 049 milhares de euros.

Em 2010, foi apresentada uma segunda candidatura ao POVT para remoção de resíduos de hidrometalurgia do zinco, incluindo as respetivas ações de fiscalização, bem como o transporte e entrega em destino final adequado para valorização/tratamento/eliminação.

Não obstante os trabalhos em curso contribuirão para a redução das responsabilidades ambientais, não é ainda possível estimar o volume global de encargos que resultarão para a Baía do Tejo, decorrentes das responsabilidades ambientais, não se encontrando constituída qualquer provisão específica para as responsabilidades existentes no território do Barreiro.

Contudo e conforme referido, encontram-se constituídas provisões, no montante de 4 914 milhares de euros, para fazer face a responsabilidades de natureza ambiental.

Grupo SIMAB

i) Ativos Contingentes

Em 4 de janeiro de 2013 deu entrada no Tribunal Tributário de Lisboa um processo de impugnação judicial contra a Administração Tributária em que a SIMAB reclama o pagamento de 12 milhares de euros, a título de juros indemnizatórios. Este processo teve origem numa ação de inspeção tributária realizada à SIMAB, decorrente de um pedido de reembolso de IVA de junho de 2000. O último desenvolvimento foi em 18 de outubro de 2013, quando o Tribunal Tributário de Lisboa deu conhecimento, no âmbito do contraditório, da contestação apresentada pela Autoridade Tributária.

ii) Passivos Contingentes

1) Na SIMAB, relativamente à ação declarativa interposta pela SIMAB contra a MACB – Mercado Abastecedor da Cova da Beira, SA, para pagamento da dívida no valor de 45,5 milhares de euros e no mesmo processo judicial, com o pedido reconvenicional na qual a MACB, SA solicita o pagamento de 230 milhares de euros, foi proferida sentença, em 21 de novembro de 2013, a qual julgou improcedentes ambos os pedidos, tendo absolvido a MACB e a SIMAB do pagamento das dívidas peticionadas. A SIMAB interpôs recurso para o tribunal da relação em janeiro de 2014. A MACB não interpôs qualquer recurso da decisão de 1ª instância. Aguarda-se decisão da Relação. Não sendo possível determinar a probabilidade de haver um desfecho favorável ou não à SIMAB, dependendo o mesmo de fatores exógenos não controláveis pela empresa, não foi constituída qualquer provisão para riscos e encargos no âmbito deste processo.

A SIMAB foi citada pela Segurança Social por alegada falta de pagamento de contribuições no valor de 7 milhares de euros. Uma vez que a SIMAB não é devedora de qualquer montante à Segurança Social, sendo este valor resultado de compensações entre folhas de remunerações positivas e negativas e pagamentos a mais de deduções, existindo valores por compensar na nossa conta corrente dos serviços da Segurança Social, a SIMAB deduziu oposição à execução fiscal em 9 de junho de 2014, aguardando-se o desenvolvimento do processo.

2) O montante das ações interpostas por parte de operadores e outras entidades nas quais a MARL se apresenta como ré ascende a 14 121 milhares de euros, destacando-se:

Identificação	Tipo de Ação	Posição do MARL	Valor do Pedido (milhares de euros)	Estado do processo
Categoria	Ação declarativa de condenação com processo ordinário	Ré	7 812	Pedido de ineficácia do contrato e pedido de indemnização. MARL absolvida. Custas de parte (2 137,6 euros) pedidas à Categoria. O processo pronto para seguir para execução deste valor.
Ricofish	Ação declarativa	Ré	2 000	Foi proferida sentença que absolveu a MARL (ré) do pedido. Neste momento encontra-se apenas em falta a quantia de 2 203 euros a título de custas de parte.
MARL Energia	Ação declarativa	Ré	4 290	Pedido de indemnização por incumprimento contratual, com contestação apresentada e a aguardar saneamento.

3) Na MARB, SA, em 2 de dezembro de 2008 foi apresentada perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (Proc. N.º 1736/08.3BEBRG) ação administrativa especial contra o Gestor do Programa Operacional da Região do Norte (Presidente da CCDR-N), o Ministério da Economia e Inovação e o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, para a anulação ou a declaração de nulidade da decisão do gestor do POR-Norte e do coordenador setorial da DRE-Norte do pedido de reembolso de subvenções pagas no valor de 1 015 milhares de euros e relativas ao projeto de construção do MARN (atual MARB).

O pedido da ação administrativa especial consiste na anulação ou declaração de nulidade da decisão do Gestor do Programa Operacional da Região do Norte e da decisão do Coordenador setorial da DRE Norte que exigiram, respetivamente, a restituição da quantia de 1 015 milhares de euros e de 338 milhares de euros, restituição essa que fundamentam apenas com o vício de forma de não publicação de concursos de empreitadas em Diário da República, tendo, contudo, sido seguida toda a tramitação de contratação pública, incluindo a publicação dos concursos em vários jornais de edição diária, nacionais e regionais.

O pedido de anulação dessa decisão vai no sentido de que esse vício formal em nada afetou o curso normal dos concursos e das empreitadas, sendo inclusivamente de considerar que esse vício só é considerado essencial, para efeitos jurídicos de nulidade ou anulação, se conduzir a lesão do património comunitário, ou seja, se não tiver havido a boa aplicação das subvenções comunitárias atribuídas. Na verdade, seria por dizer que as quantias subvencionadas tinham sido afetadas a fim diferente.

Em 11 de março de 2011 o TAF de Braga proferiu decisão que confere integral provimento ao pedido da MARB, SA, tendo declarado nulo o ato administrativo, por falta de fundamentação, tendo o Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, interposto recurso jurisdicional.

Em 24 de janeiro de 2012, o TAF de Braga informou a MARB, SA que o processo transitou para o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (TAF), com o 296/09.2BEBRG, onde foram reunidos processos de valor superior a 1 000 milhares de euros. Em 8 de Fevereiro de 2013, por acórdão proferido pelo Tribunal Central Administrativo Norte (TCA), foi concedido provimento ao recurso jurisdicional interposto pelo Recorrente Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento e revogada a sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, admitindo erro de julgamento de direito, relativo ao vício de falta de fundamentação dos atos que impunham à MARB, SA restituir uma determinada parcela do incentivo que lhe foi concedido, ao abrigo do Programa Operacional de Região Norte. O provimento referido mandou a ação descer de novo à 1ª instância para reapreciação mas, contudo, a MARB decidiu ainda apresentar em 18 de março de 2013, recurso desta decisão do TCA do Porto, para o STA. O Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento veio a apresentar as suas alegações neste recurso em 27 de maio de 2013.

Neste processo não é possível determinar o desfecho que passa por tramitação processual morosa em várias instâncias e depende de fatores exógenos não controláveis pela empresa.

CE

i) Passivos Contingentes

Das responsabilidades contingentes da CE em 30 de junho de 2014 destaca-se o processo Nº 4345/12.9TBCSC, no qual existem vários réus, cujo montante ascende aproximadamente a 573,9 milhares de euros, com probabilidade de 15% de ocorrência, o qual aguarda procedimento na sequência da contestação da ação. Existem ainda mais 2 processos judiciais em curso (Proc. Nº 1797/05.7TBELSB e Proc. Nº 991/10.3 BESNT), contudo não é possível quantificar os montantes associados.

Existem três viaturas em regime de leasing operacional, sendo as rendas vincendas 38,6 milhares de euros.

58 - Divulgações de natureza não contabilística

i) Garantias

Grupo AdP

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas por unidades de negócio das empresas incluídas no perímetro de consolidação demonstram-se como se segue:

UN	Tribunais	Instituições financeiras	Entidades concedentes	Outros	30-Jun-14	31-Dez-13
UNAPD	9 185	-	383	14 411	23 980	23 538
EPAL	5 176	167 823	-	353	173 352	135 729
UNADR	-	-	-	405	405	314
UNI	-	2 196	-	26	2 222	2 552
Corporativos	-	1 619 360	-	377	1 619 738	1 629 092
TOTAL	14 361	1 789 379	383	15 573	1 819 696	1 791 225

A holding do Grupo AdP (AdP SGPS), no âmbito dos financiamentos contraídos junto do BEI, constitui-se como garante do bom cumprimento das obrigações contratadas.

O valor de garantias do Grupo EGF refletido em detidos para venda, correspondente a:

UN	Tribunais	Instituições financeiras	Entidades concedentes	Outros	30-Jun-14	31-Dez-13
UNR	132	255	1 142	5 250	6 780	10 931
TOTAL	132	255	1 142	5 250	6 780	10 931

Grupo TAP

Em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 as garantias prestadas pelo Grupo TAP decompõem-se como se segue:

	30-Jun-14	31-Dez-13
Garantias bancárias prestadas pela TAP S.A.		
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1 654	1 654
Natwest - <i>Acquiring</i> referente a cartões de crédito	2 620	2 519
Tribunal do Trabalho	1 548	2 243
Aeronaves	30 225	25 848

	30-Jun-14	31-Dez-13
Linha de crédito BIC Angola (não utilizada)	14 643	14 502
Combustíveis	2 964	2 956
Outras	13 879	9 932
Garantias bancárias prestadas pela L.F.P., S.A.		
Contratos de concessão de licenças de exploração das lojas francas	6 500	6 500
Garantias bancárias prestadas por outras Empresas do Grupo	663	663
Cauções prestadas a seguradoras	87	87
Total	74 783	52 402

O reforço efetuado, durante o primeiro semestre de 2014, nas garantias bancárias prestadas pela TAP S.A., referentes a aeronaves, prende-se, essencialmente, com os contratos de locação operacional.

Grupo Baía do Tejo

Em 30 de junho de 2014, as garantias bancárias prestadas a terceiros são as seguintes:

Beneficiário	Natureza	30-Jun-14	31-Dez-13
Câmara Municipal do Seixal	Boa execução das obras de infraestruturas.	141	141
Tribunal Cível da Comarca do Seixal	Caução para que seja atribuído efeito suspensivo ao recurso interposto relacionado com o processo da Terriminas (Pós da Maia)	1 666	1 666
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Garantir despesas relacionadas com a utilização do terminal do Seixal	68	68
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Utilização de área de domínio público	42	42
EDP	Garantir infraestruturas elétricas no Parque Industrial do Seixal - Processo EDP-RCLER.	21	21
Tribunal do Trabalho de Almada	Caução de um processo envolvendo um ex-trabalhador	19	19
SLE	Fornecimento de energia elétrica às instalações localizadas no parque do Barreiro.	7	7
		1 963	1 963

Relativamente à garantia do montante de 1 666 milhares de euros, a Baía do Tejo foi definitivamente absolvida do pedido formulado na ação respetiva, tendo sido pedido em fevereiro de 2014 o seu cancelamento.

Por sua vez, prometeu, a título de garantia, à Câmara Municipal do Seixal, efetuar a dação em cumprimento de 10 lotes de terreno no Parque Industrial do Seixal – 3ª fase (PIS III) em caso de incumprimento do compromisso de boa execução das infraestruturas a efetuar no referido parque, orçadas em 4 660 milhares de euros.

Grupo SIMAB

Garantias Prestadas a terceiros

Entidade Beneficiária	Entidade Emissora	Valores	Empresa
REPSOL	Millennium BCP	2	SIMAB
CEMG – Livrança Subscrita	CEMG – Papel Comercial	29 000	SIMAB
CEMG – Livrança Subscrita	CEMG – CC Caucionada	1 500	SIMAB
Repsol, Lda	CGD, S.A.	2	MARL
BES, S.A.	BES, S.A.	3 334	SIMAB

Garantia Prestada ao Banco Europeu de investimento (BEI)

No âmbito dos financiamentos que as participadas MARL, SA, MARF, SA e MARB, SA detém junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado Português ao cumprimento das obrigações de capital e juros resultantes dos respetivos empréstimos junto do BEI, para o financiamento do projeto “Projeto Agro Logistics Portugal”, substituindo-se deste modo o Estado à banca comercial, em condições bastante menos onerosas para as empresas e desonerando a responsabilidade pela SIMAB, SA assumida na data de assinatura dos contratos, deixando de vigorar a as respetivas *side letters*.

Em agosto de 2013 foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado aos financiamentos da MARB, SA e da MARF, SA.

Em setembro de 2011 tinha sido já autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado ao financiamento da MARL, SA.

Garantias detidas sobre terceiros

1) A MARL, SA, detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Armando Cunha, Lda	Remodelação da área envolvente do edifício dos CTT Expresso	Bancária – Millennium BCP	8,66
CHARON, Lda	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancária - BES	23,06
Dalkia, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação dos Sistemas Mecânicos, Elétricos, de AVAC, de Estruturas e Edificações, de <i>Chillers</i> e de Bombas de Calor	Bancária - BES	40,68
Edivisa, S.A.	Execução de Obras de Melhoramento do Pavilhão do Pescado	Bancária – Banco BIC (BPN)	9,74
Electrolimpa Sul, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução AXA	29,92
Electrolimpa	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução COSEC	100

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
JCDecaux, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	Bancária - SANTANDER	59,32
Planirest, Lda	Caução p/ Instalação Arquivo Documental - NAC	Bancária - BES	8,30
Proman, Lda	Serviços de fiscalização de cobertura do edifício dos CTT Expresso	Bancária – Banco BIC (BPN)	1,13
PT Comunicações	Concep. Const. Expl. e Manut. Redes de Telec. e dos Sist. Inform.	Bancária – Millennium BCP	149,64
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação de cobertura do edifício CTT Expresso	Bancária – Banco Popular	14,62
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação de cobertura do edifício CTT Expresso	Bancária – Banco Popular	15,20
Resopre, Lda	Contrato de Prest. de Serv. de Remod. e Instal. do Sist. Inform. Pórtico	Bancária - CGD	15,37
Strong, S.A.	Prestação de Serviços de Prevenção e Vigilância	Bancária – Millennium BCP	15,00
TRAFIURBE, S.A.	Execução de Obras de Pintura Sinaliz. Horiz. Pavimentos Betuminosos	Bancária - BES	0,75
SUMA, S.A.	Contrato de Prest. de Serviços de Limpeza	Bancária - Millennium BCP	60,8
VISACASA, S.A.	Contrato de Prest. de Serviços de Manutenção de Equip. e Instalações	Bancária – Banco BIC	9,62
VISACASA, S.A.	Empreitada de reabilitação do topo norte do pavilhão A07	Bancária - Millennium BCP	3,00
VISACASA, S.A.	Empreitada de coberturas dos pavilhões A08 e A10 no MARL	Bancária - Millennium BCP	13,4
TOTAL			578,1

Em 10 de julho de 2014 foi cancelada a garantia de 149,6 milhares de euros.

Em 30 de junho de 2014, a MARL detinha as seguintes garantias bancárias e entrega sobre terceiros, referentes à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços no MARL:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Bargosa, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BES	9,98
CEMG	Cauções contratuais	Bancária - MG	24,35
Doca Marinha, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	1,85
Eurotejo, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	3,69
Figueira, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	36,13
Repsol, Lda	Cauções contratuais	Bancária – Millennium BCP	15,00
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BPI	15,40
Disgelo, Lda	Caução p/ exploração Unidade Produção de Gelo e C. Frigoríficas	Bancária - CGD	19,00
Total			125,4

Em 11 de julho de 2014 foi executada a garantia de 19 milhares de euros.

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
MARL Energia, Lda	Contrato de utilização de espaço para central fotovoltaica.	Livrança	500
HYPESOLAR Fanhões, Lda	Garantia do integral e tempestivo cumprimento obrig. direito de superfície.	Livrança	50
HYPESOLAR Sacavém, Lda	Garantia do integral e tempestivo cumprimento obrig. direito de superfície.	Livrança	50
Total			600

2) Na MARF, SA em 30 de junho de 2014, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
JFS	Construção do Mercado Abastecedor de Faro – 4ª fase – Entrepasto E3	Apólice seguro/Mapfre Caucion y credito	148,7
JFS	Construção do Mercado Abastecedor de Faro – 4ª fase – Entrepasto E3 (reforço caução 5%)	Apólice seguro/Mapfre Caucion y credito	148,7
JFS	Construção do Mercado Abastecedor de Faro – 4ª fase – Entrepasto E3	Apólice seguro/Mapfre Caucion y credito	6,8
JFS	2ª adicional ao contrato de empreitada – 4ª fase – Entrepasto E3	Bancária - BPN	24,0
Electrolimpa, Sul, S.A.	Aquisição de serviços de limpeza interior dos escritórios, pavilhão do mercado e portaria	Seguro caução - AXA	1,5
Total			329,7

3) Na MARB, SA em 30 de junho de 2014, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para Instalação dos CTT Expresso no MARB	Bancária - BCP	16,99
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para Instalação dos CTT Expresso no MARB	Bancária - BES	17,34
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para verificação e reparação de águas pluviais no edifício do MARB	Bancária - BES	0,72
Climex, controlo de ambiente, S.A.	Contrato de Serviços de Limpeza e Remoção de resíduos sólidos no MARB.	Bancária – Millennium BCP	3,10
Total			37,8

4) Na MARE, SA em 30 de junho de 2014, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado	Bancária - BCP	4,80
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado (trabalhos a mais)	Bancária - BCP	1,00

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
José Quintino, Lda	Arranjos exteriores na Envolvência do Armazém (Chronopost)	Bancária - BPI	6,85
JFS, S.A.	Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancária – BCP	18,35
JFS, S.A.	2º Adicional ao contrato de Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancária – Santander Totta	1,92
Caetano Coatings, S.A.	Reparação de Pavimentos no Pavilhão do Mercado	Bancária - BES	0,59
PSG, S.A.	Garantia de cumprimento integral das obrigações que a empresa de segurança PSG assumiu contratualmente	Seguro Caução: Apólice nº 5622237/Zurich	2,40
Total			35,91

Companhia das Lezírias

Em 30 de junho de 2014, a Companhia das Lezírias detém as seguintes garantias bancárias que lhe foram prestadas:

- Garantia bancária no valor de 2 493,99 euros, no BPI, destinada a caucionar a exportação de vinhos;
- Garantia bancária no valor de 45 000 euros, no BCP, destinada a caucionar o fornecimento de gasóleo pela BP.
- Garantia bancária no valor de 202 509,95 euros, no BCP, destinada a caucionar um pedido de reembolso de IVA.

Na rubrica “Outras contas a receber” encontra-se escriturado o montante de 22 371 euros, depositado à ordem ao Tribunal de Trabalho de Tomar, relativo aos autos da ação emergente do acidente de trabalho em que é sinistrado Bernardo da Silva Moreira e foi feito para garantia das pensões futuras devidas.

ii) Compromissos financeiros assumidos que não figuram no balanço

Grupo AdP

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pelo Grupo AdP não relevados no balanço, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, de substituição, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão, apresenta-se do seguinte modo:

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado			
				(N)	(N+1)	(N+2...N+5)	(>N+5)
UNA-PD	6 961 739	4 728 639	254 102	97 617	131 318	291 717	1 460 044
	6 961 739	4 728 639	254 102	97 617	131 318	291 717	1 460 044

O valor de investimento contratual do Grupo EGF refletido em detidos para venda, corresponde a:

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado			
				(N)	(N+1)	(N+2...N+5)	(>N+5)
UNR	1 433 602	970 877	84 417	60 694	35 366	102 380	192 447
	1 433 602	970 877	84 417	60 694	35 366	102 380	192 447

No mapa seguinte encontram-se apresentados os compromissos futuros do Grupo relativos às rendas a pagar aos municípios, conforme definido nos contratos de concessão.

Empresas	Rendas já reconhecidas	Rendas reconhecidas em dívida	Rendas Futuras N	Rendas Futuras N+1	Rendas Futuras Restantes	30-Jun-14	30-Jun-13
Águas do Algarve, S.A.	-	-	-	-	-	-	3 778
Águas do Centro Alentejo, S.A.	1 428	176	-	180	2 142	3 925	3 816
Águas do Mondego, S.A.	32 163	-	743	1 519	1 842	36 267	36 267
Águas do Norte Alentejano, S.A.	432	37	43	88	1 318	1 918	1 918
Águas do Noroeste, S.A.	5 257	-	-	135	3 625	9 017	9 113
Águas do Oeste, S.A.	42	-	2	5	108	158	158
Águas de Santo André, S.A.	5 986	-	239	479	7 662	14 365	14 365
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	6 984	1 751	397	810	14 185	24 128	19 377
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	6 871	1 113	894	995	17 919	27 792	27 743
AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.	-	533	170	174	13 995	14 872	14 872
Simarsul, S.A.	2 158	827	271	276	5 179	8 712	8 740
Simdouro, S.A.	54 666	-	691	3 467	15 535	74 357	73 881
Simlis, S.A.	1 521	-	51	101	1 206	2 879	2 867
30-Jun-14	117 508	4 437	3 500	8 229	84 716	218 390	216 895

Grupo TAP

Em 30 de junho de 2014 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 325 970 milhares de euros (252 462 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

Adicionalmente está contratada com a Airbus a compra futura de doze aeronaves Airbus A350, com mais três de opção, a receber entre 2017 e 2019.

Grupo Baía do Tejo

Em 30 de junho de 2014 existem os seguintes compromissos financeiros que não figuram no balanço:

Natureza	30-Jun-14	31-Dez-13
Pagamento de IMT associado à aquisição do "Complexo da Margueira"	3 782	3 782
Estimativa de pagamento por benefícios de cessão de trabalho aos trabalhadores da ex-Quimigal	1 943	1 943
Contratos de <i>renting</i>	84	84
Total	5 808	5 808

Como referido acima existem ainda responsabilidades assumidas para execução de infraestruturização dos terrenos do PIS III que se estimam em cerca de 10 180 milhares de euros.

Companhia das Lezírias

O Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de Dezembro de 1952, incluía o projeto de defesa e enxugo da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. As obras realizadas foram financiadas pelo Estado Português, sendo responsabilidade dos proprietários o reembolso das verbas emprestadas pelo Estado, respondendo os terrenos pelo bom pagamento dos compromissos.

A execução das obras foi confiada à então denominada Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, atualmente Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

A aprovação destes financiamentos está definida nos seguintes diplomas: Decreto-lei n.º 39601, de 3 Abril de 1954; Decreto-lei n.º 41956, de 12 Novembro de 1958 e Decreto-lei n.º 840/76, de 4 de Dezembro.

Atualmente a responsabilidade da Companhia das Lezírias ascende a 10 492,57 euros, a serem pagos em 17 anuidades de 617,21 euros.

iii) Trabalhadores ao serviço

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014 e no ano de 2013 o número médio de trabalhadores ao serviço (da empresa e de todas as subsidiárias) foi de 16 908 e de 17 074, respetivamente.

iv) Honorários e serviços do Revisor Oficial de Contas (ROC)

Os honorários da sociedade de Revisores Oficiais de Contas das empresas do Grupo PARPÚBLICA no primeiro semestre de 2014 foram os seguintes:

- Relativo à revisão legal das contas – 291 milhares de euros.
- Relativo a outros serviços de garantia de fiabilidade – 208 milhares de euros.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 29 de agosto de 2014, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, as operações do Grupo PARPÚBLICA, bem como a posição financeira em 30 de junho de 2014 e a performance e os fluxos de caixa no primeiro semestre de 2014, de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

O Conselho de Administração

Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto

Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição

Administrador

José Manuel Pereira Mendes Barros

Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira

Administradora não executiva

Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo

Administradora não executiva

Pedro Miguel Nascimento Ventura

Administrador não executivo